

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS**

**Unifal-MG**

**RELATÓRIO DA COMISSÃO DE ESTUDOS SOBRE A  
FORMA DE INGRESSO PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO  
DA UNIFAL-MG EM 2016-2017-2018**

**Alfenas,**

**Novembro/2015**



### **Ficha catalográfica**

Universidade Federal de Alfenas

Relatório da Comissão de estudos sobre a forma de ingresso para cursos de graduação da Unifal-MG em 2016-2018. Alfenas: Unifal-MG, 2015.

111f.: il.

1. Processo seletivo de ingresso aos cursos de graduação. 2. Exame Nacional do Ensino Médio. 3. Avaliação da adesão ao Enem-SISU.

ISBN:

## **Administração Central**

### **Reitor**

Paulo Márcio de Faria e Silva

### **Vice-Reitor**

Magali Benjamim de Araújo

### **Pró-Reitora de Administração e Finanças**

Vera Lúcia de Carvalho Rosa

### **Pró-Reitora Adjunta**

Helena Maria dos Santos Couto

### **Pró-Reitor de Assuntos Comunitários e Estudantis**

Maria de Fátima San' Anna

### **Pró-Reitora Adjunta**

Daniela Braga Lima

### **Pró-Reitora de Extensão**

Eliane Garcia Rezende

### **Pró-Reitora Adjunta**

Ana Rute do Vale

### **Pró-Reitor de Gestão de Pessoas**

Júlio César Barbosa

### **Pró-Reitora Adjunta**

Fernanda Paiva de Oliveira

### **Pró-Reitora de Graduação**

Lana Ermelinda da Silva dos Santos

### **Pró-Reitor Adjunto**

Alessandro Aparecido Pereira

**Pró-Reitor de Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento Institucional**

Tomás Dias Sant'Ana

**Pró-Reitor Adjunto**

Lucas Cezar Mendonça

**Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação**

Eva Burger

**Pró-Reitor Adjunto e Coordenador de Pesquisa**

Eduardo Costa de Figueiredo

**Coordenadora de Pós-Graduação**

Isarita Martins

## **COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO**

Ato de designação: Portaria nº 2013 de 22 de setembro de 2015

Rosângela Rodrigues Borges – Presidente

Adailson José Rui

Alyne Gonçalves Siqueira Luz e Silva

Diego Duarte Ribeiro

Eliza Maria Rezende Dázio

Eric Batista Ferreira

Fernanda Aparecida Ribeiro

Gabriel Gerber Hornik

Geraldo José Rodrigues Liska

Gustavo Ferreira Afonso

Jacqueline Aparecida Silva

Mayk Vieira Coelho

Paulo Roberto Rodrigues de Souza

Robson Santos de Carvalho

Rozélis Sales Danziger

Thiago Antônio de Oliveira Sá

Vanja Myra Barroso Vieira da Silveira

SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>08</b>
<b>1 DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>10</b>
<b>1.1 O Cenário Nacional.....</b>	<b>10</b>
<b>1.2 O Cenário local.....</b>	<b>16</b>
<b>1.3 O Exame Nacional do Ensino Médio: contexto de criação e percurso histórico.....</b>	<b>22</b>
<b>1.3 Adesão das instituições de ensino superior ao Enem/SISU.....</b>	<b>31</b>
<b>1.4.1 A adesão da Universidade Federal de Alfenas.....</b>	<b>39</b>
i. Adesão ao SISU.....	39
ii. Adesão à equipe de produção de itens para o Banco Nacional de Itens (BNI).....	42
iii. A Rede Nacional de IPFES.....	44
iv. Eixos de avaliação da utilização do Enem/ SiSU.....	45
<b>1.5 Eixos de análise do uso do Enem/SiSU.....</b>	<b>46</b>
<b>1.5.1 - Eixo 1: Aluno.....</b>	<b>46</b>
i. Perfil do aluno ingressante na Unifal-MG.....	46
ii. Democratização do acesso a instituições públicas de ensino.....	62
<b>1.5.2 - Eixo 2: Universidade.....</b>	<b>63</b>
i. Plano de Desenvolvimento Institucional.....	63
ii. Breve histórico da UNIFAL-.....	66
iii. Equipe de elaboração e revisão de itens para o Banco Nacional de itens – BNI-Enem.....	77
vi - Unifal-MG: a adesão ao Enem/SiSU.....	79
<b>1.5.3 Eixo 3: Comunidade.....</b>	<b>82</b>
i. Impactos na comunidade decorrente da adesão ao SiSU/ Enem.....	82
ii. Impactos nas escolas locais.....	83
<b>1.5.4 Eixo 4: Enem como exame de ingresso: dimensões pedagógica, operacional e financeira.....</b>	<b>83</b>
i. Dimensão pedagógica.....	83
ii. Dimensão operacional.....	84
iii. Dimensão financeira.....	86
<b>1.5.5 Eixo 5: Enem e/ou exames alternativos ao Enem/SISU: a experiência da Unifal-MG e de outras IFES.....</b>	<b>87</b>
i) fragilidades e potencialidades do Enem como exame de ingresso.....	87
ii) fragilidades e potencialidades do SiSU.....	89

iii) fragilidades e potencialidades da utilização de Concurso Vestibular próprio.....	92
1.5.6 Operacionalização e trâmites necessários para a realização de um concurso vestibular.....	94
i. Funcionamento da COPEVE.....	94
ii. Terceirização e processo licitatório para vestibular.....	99
iii. Experiências recentes com os vestibulares para graduações EAD.....	98
iv. Experiências recentes com os concursos públicos.....	98
v. Desenvolvimento na instituição do vestibular por equipe própria.....	100
2 RECOMENDAÇÕES.....	102
2.1 Pesos e notas mínimas nas provas - determinando perfil do ingressante.....	102
2.2 Concepção da Matriz de habilidade.....	102
2.3 Equipe para produção de itens.....	103
2.4 Ações de marketing e publicidade.....	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
REFERÊNCIAS.....	108

## **INTRODUÇÃO**

Instituído em 1998 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)/ Ministério da Educação (MEC), o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) tornou-se o segundo maior exame do mundo, segundo dados do ex-Ministro da Educação, Prof. Renato Janine Ribeiro, no 1º semestre de 2015. Teve como objetivo precípua avaliar os sistemas de ensino, no nível médio da Educação Básica.

O Enem tem como bases teórico-metodológicas e legais o Art. 206, VII, c/c Art. 209, II, da Constituição Federal; Lei nº 9434 de 1996; Diretrizes curriculares Nacionais e Parâmetros Curriculares Nacionais. Constitui-se um exame consolidado no panorama educacional brasileiro, sendo um instrumento de avaliação individual de desempenho por competências, ao fim da escolaridade básica e serve como referência de autoavaliação aos jovens com vistas às escolhas futuras, em relação ao mundo do trabalho e ao prosseguimento de seus estudos. Além disso, de acordo com a regulamentação contida nos editais do Enem, sendo esta amparada pela LDB 9394/96,<sup>1</sup> o cidadão que não concluiu a educação básica em idade própria, poderá utilizar o resultado do exame para certificação de conclusão do ensino médio.

Por tais motivos, o Enem alcançou o status de patrimônio da sociedade brasileira e atualmente tem o seu valor reconhecido pela comunidade educacional.

Desde 2009, a Unifal-MG aderiu ao Processo Seletivo SiSU (Sistema de Seleção Unificada) como exame de ingresso nos Cursos de Graduação - modalidade presencial. Em 02 de outubro de 2013, O Consuni (Conselho Universitário da Universidade Federal de Alfenas), por meio da Resolução nº 148/2013, aprovou a utilização do Enem e a adesão da Unifal-MG para o ingresso de 100% das vagas dos Cursos de Graduação em 2014 e 2015.

Assim, este relatório tem como objetivos:

- a) subsidiar o Consuni quanto à forma de ingresso nos cursos de graduação da Unifal-MG;
- b) apresentar dados acerca dos efeitos da utilização do Enem nos últimos anos, como exame de ingresso e

---

<sup>1</sup> Art. 37 [...] § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

c) contribuir para uma reflexão acerca do Enem/SiSU, em especial, no contexto da Unifal-MG.

Este relatório está organizado da seguinte forma: inicialmente, apresentamos os cenários nacional e local no que se refere à oferta de cursos de graduação e à expansão e interiorização do ensino superior. Na sequência, contextualizamos o Enem, da sua criação à atualidade, e apresentamos o rol de instituições de ensino e suas respectivas formas de ingresso, incluindo a adesão, total ou parcial ao Enem como exame de ingresso. Pontuamos, em seguida, como se deu a adesão da Unifal-MG ao Enem/SiSU, no período de 2010 a 2015, destacando aspectos que decorreram, direta ou indiretamente, dessa adesão. Na seção subsequente, discutimos seis eixos de análise do uso do Enem/SiSU que julgamos mais relevantes, quais sejam: aluno, universidade, comunidade, Enem como exame de ingresso analisando as suas dimensões pedagógica, operacional e financeira, Enem e ou exames alternativos ao Enem/SiSU buscando apresentar potencialidades e fragilidades: a) do Enem como exame de ingresso; b) do SiSU; c) da realização de um Concurso Vestibular próprio. Apresentamos, ainda, breve descrição e discussão de uma possível operacionalização e dos trâmites necessários para a realização de um vestibular próprio, baseando-nos nas experiências vivenciadas nos últimos três anos com concursos para docentes e técnicos administrativos e vestibular para cursos EaD. Finalizamos o relatório com uma série de recomendações e pontuamos as conclusões a que chegamos com este trabalho.

## 1 DESENVOLVIMENTO

Para se avaliar a implementação do SISU, com utilização do Enem, na Unifal-MG, faz-se importante compreender o contexto de evolução destes, tanto no âmbito nacional, quanto no local, demonstrando os benefícios que toda a comunidade logrou com a atual política de acesso ao ensino superior.

Os dados a seguir foram levantados, inicialmente, pela comissão anterior que analisou o uso do SISU/Enem (2013) e reutilizados e atualizados neste relatório pela atual comissão.

Os dados são oriundos do questionário socioeconômico, respondido pelos alunos ingressantes no primeiro período dos cursos de graduação; além de dados obtidos junto à Comissão Permanente de Vestibular - Copeve, à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis - PRACE, à Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento Institucional - PROPLAN e ao Departamento de Registros Gerais e Controle Acadêmico - DRGCA. Fontes externas à Unifal-MG também foram consultadas.

### 1.1 O Cenário Nacional

No âmbito nacional, a partir de fins da década de 1990, verifica-se a expansão do ensino superior na rede pública. No período de 2003 a 2007, o governo federal passou a investir mais recursos na rede pública de ensino superior incentivando sua expansão, sendo esta primeira fase denominada de Expansão I. Para demonstrar o aumento de recursos destinados a este setor da educação no ano de 2005, destaca-se a criação de oito universidades federais (UFABC, Unifal-MG, UFTM, UFVJM, Ufersa, UTFPR, UFGD, UFRB).

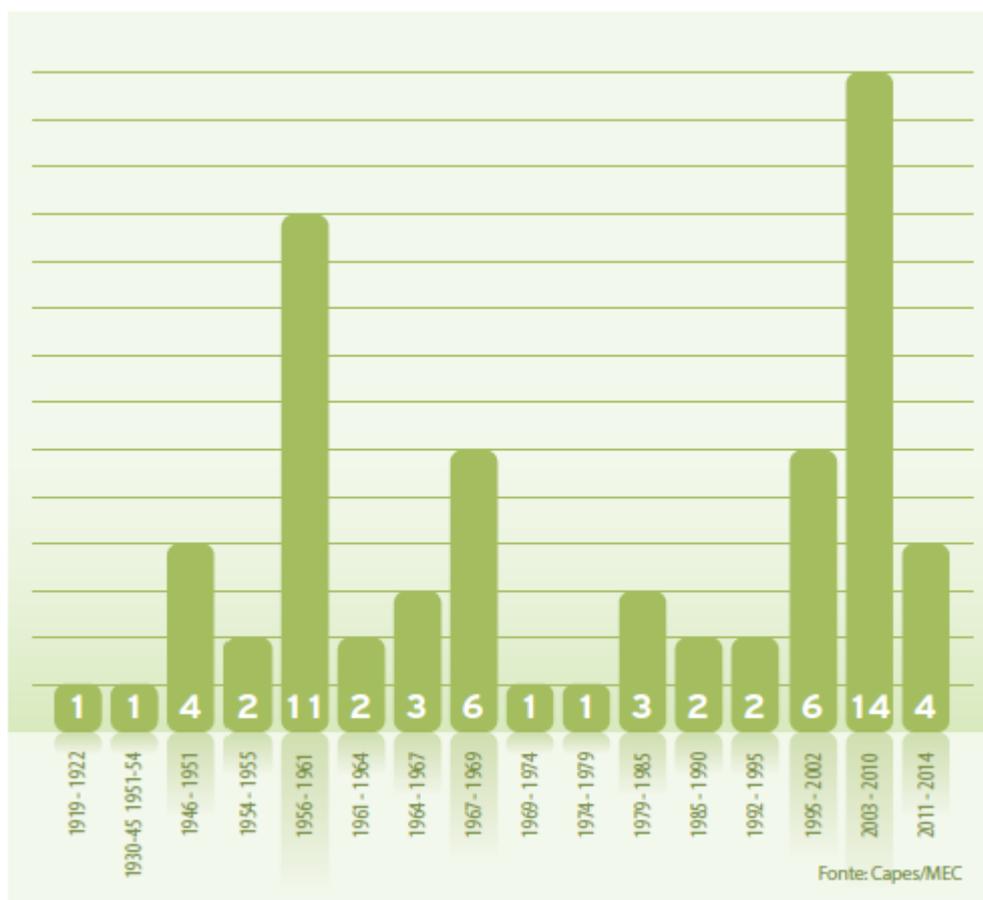
Assim, constata-se a interiorização do ensino superior público federal no país com a instalação de IFES não somente nos grandes centros, mas também em regiões interioranas.

No ano de 2007 o Governo Federal lançou Programa de apoio a planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI (Decreto Nº 6.096, de 24 de abril de 2007) para impulsionar ainda mais a oferta de vagas no ensino superior público com a criação de novos cursos, de *campi* e de universidades tendo como um dos principais objetivos

levar o ensino superior público e de qualidade às regiões mais afastadas ou menos desenvolvidas e promover a democratização do acesso a esse nível de ensino.

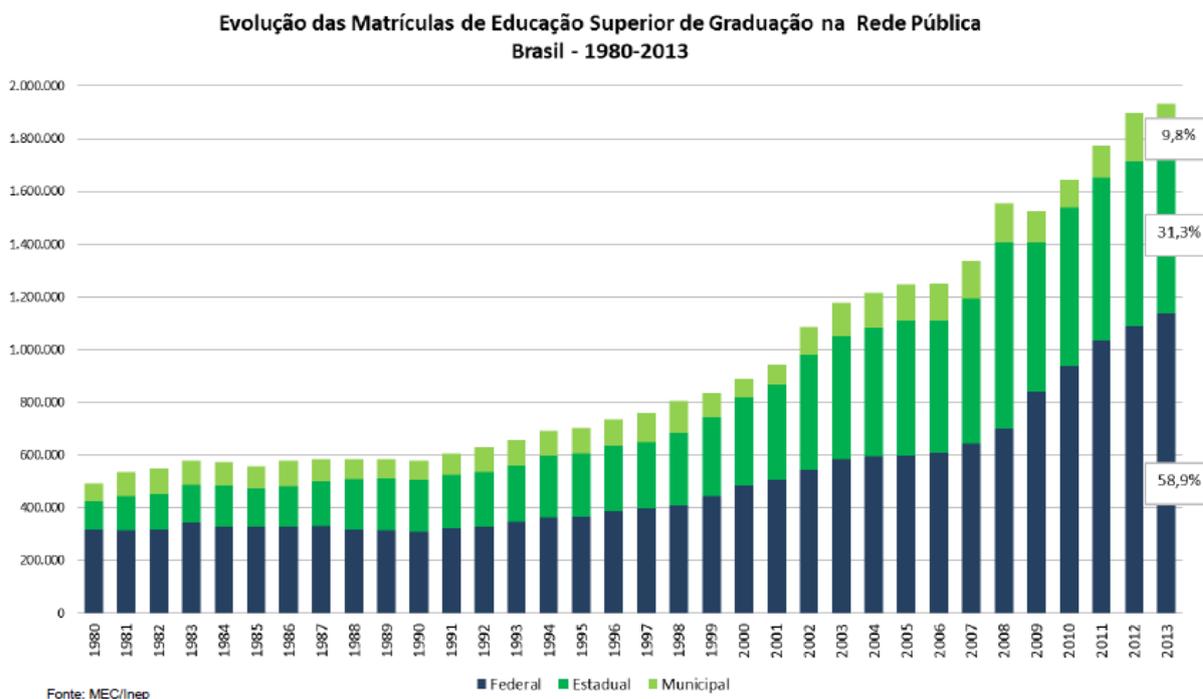
O Gráfico 1 mostra o histórico de criação de universidades federais no Brasil, no período de 1919-2014.

Gráfico 1 - Linha do tempo da criação das universidades federais no Brasil



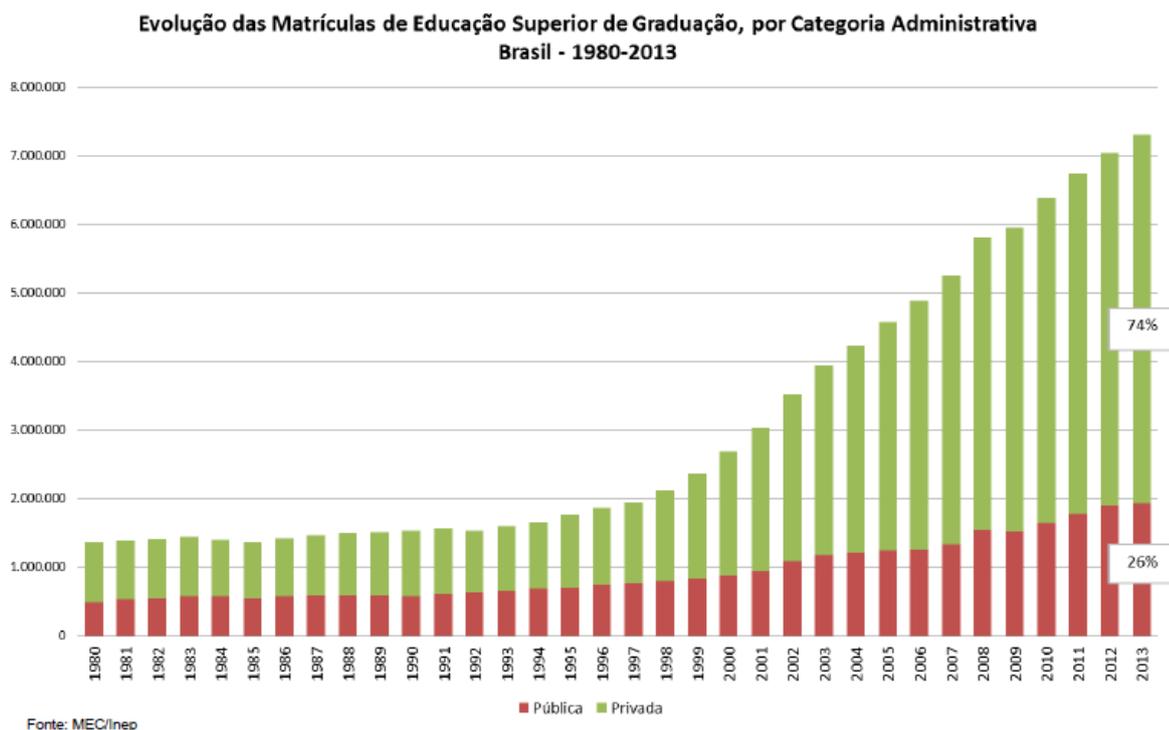
De acordo com o Prof. Luiz Cláudio Costa, ex-presidente do INEP, a oferta de vagas no ensino superior público apresentou um crescimento contínuo a partir de 1980, excetuando alguns anos (1984, 1988, 1989 e 1990) em que se observou uma retração na oferta de vagas, conforme apresentado pelo autor e reproduzido a seguir (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Evolução da matrícula na educação superior de graduação na rede pública– Brasil 1980-2013.



Essa análise é reafirmada pelos dados estatísticos apresentados pelo IBGE para o período de 1980 a 2013. Em 2000 a rede pública de ensino superior ofertou 245.632 vagas e, em 2010, foram ofertadas 445.337 vagas representando um aumento de 119.705 vagas ofertadas na rede pública de ensino superior. Em 2013, a matrícula na rede federal atinge 58,9%. De acordo com o Censo do Ensino Superior (INEP), foram 2.742.950 ingressantes, no Ensino Superior, em 2013. Destes, 531.846 se matricularam na rede federal, 325.26 na estadual, 142.842 na municipal e 63.737 na rede particular.

O Gráfico 3 mostra a evolução de matrículas por Categoria Administrativa.

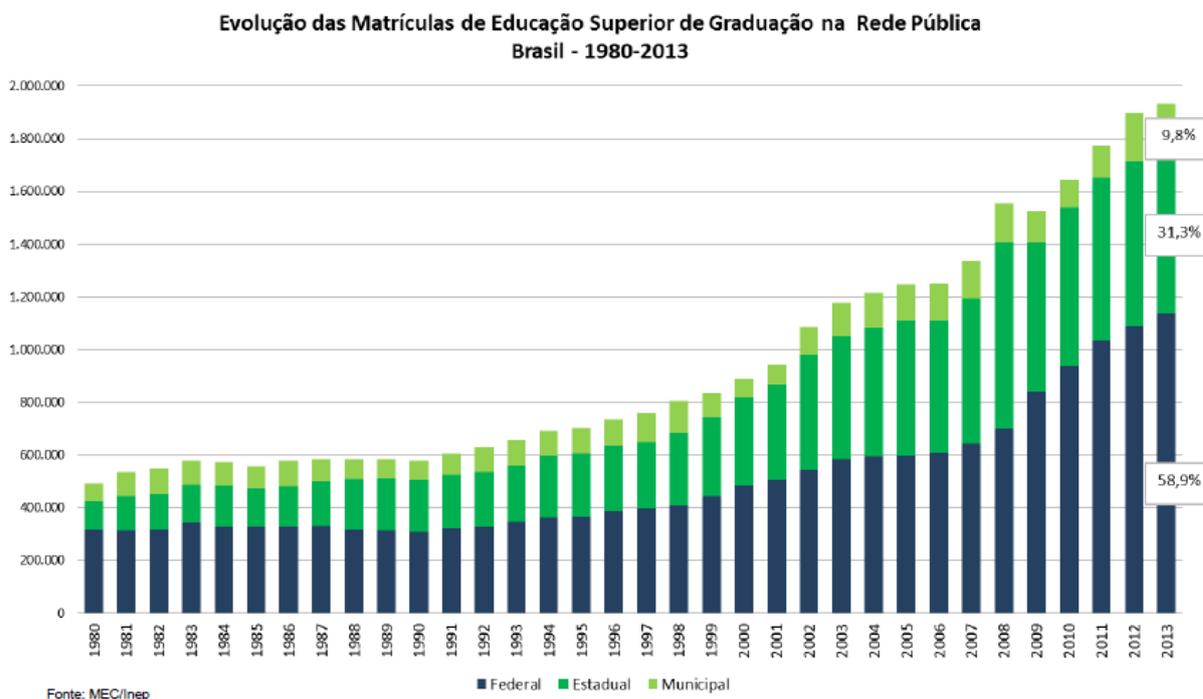


Observa-se que houve um crescimento de 3,8% no período de 2012-2013 e que, em 2013, a rede privada teve 74% das matrículas e a rede pública teve 26%.

Apesar da significativa expansão das universidades federais de 2003 a 2007, a rede privada recebeu, em 2013, 2.211.104 ingressantes, sendo responsável por 80,6% do total de vagas.

Em relação às matrículas na rede pública, o Gráfico 4 mostra que a rede federal foi a que mais cresceu, sendo responsável por 58,9% das vagas.

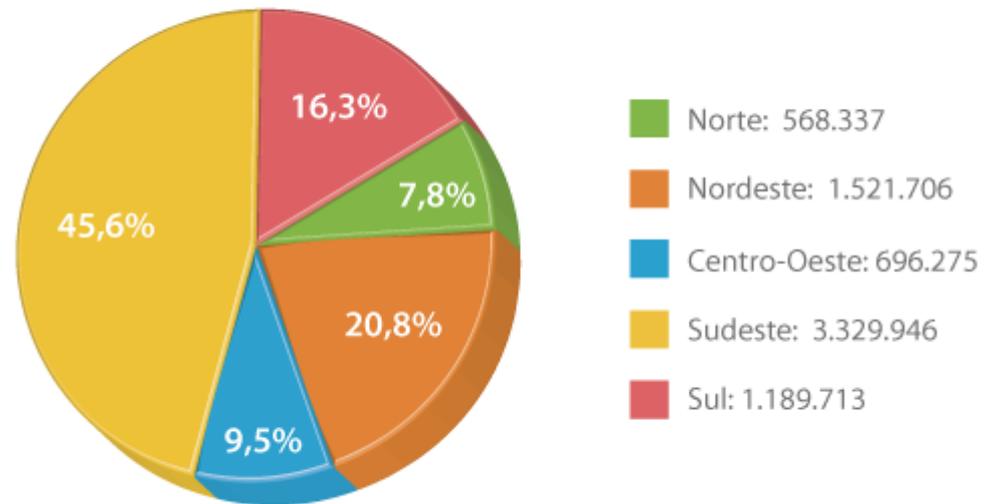
Gráfico 4 - Evolução das matrículas em Cursos de Graduação, na rede pública - 1980-2013.



Em relação às regiões do Brasil, o Sudeste atende 47,9% do total de universitários, o Nordeste com 18,8%, o Sul com 15,7%, o Centro-Oeste com 10,2% e o Norte com 7,4%, conforme se observa no Gráfico 5 que mostra onde estão os estudantes universitários no Brasil.

Gráfico 5 - Distribuição de estudantes universitários por Região Geográfica

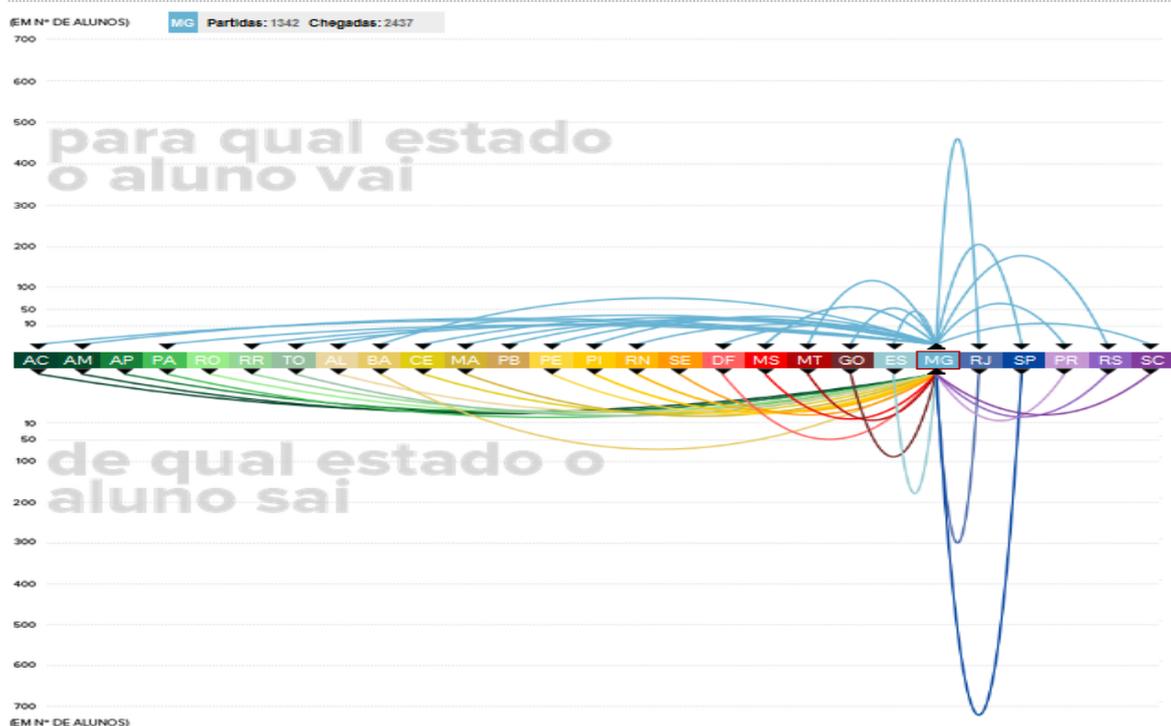
## Universitários por Região



Fonte: Inep/MEC 2013

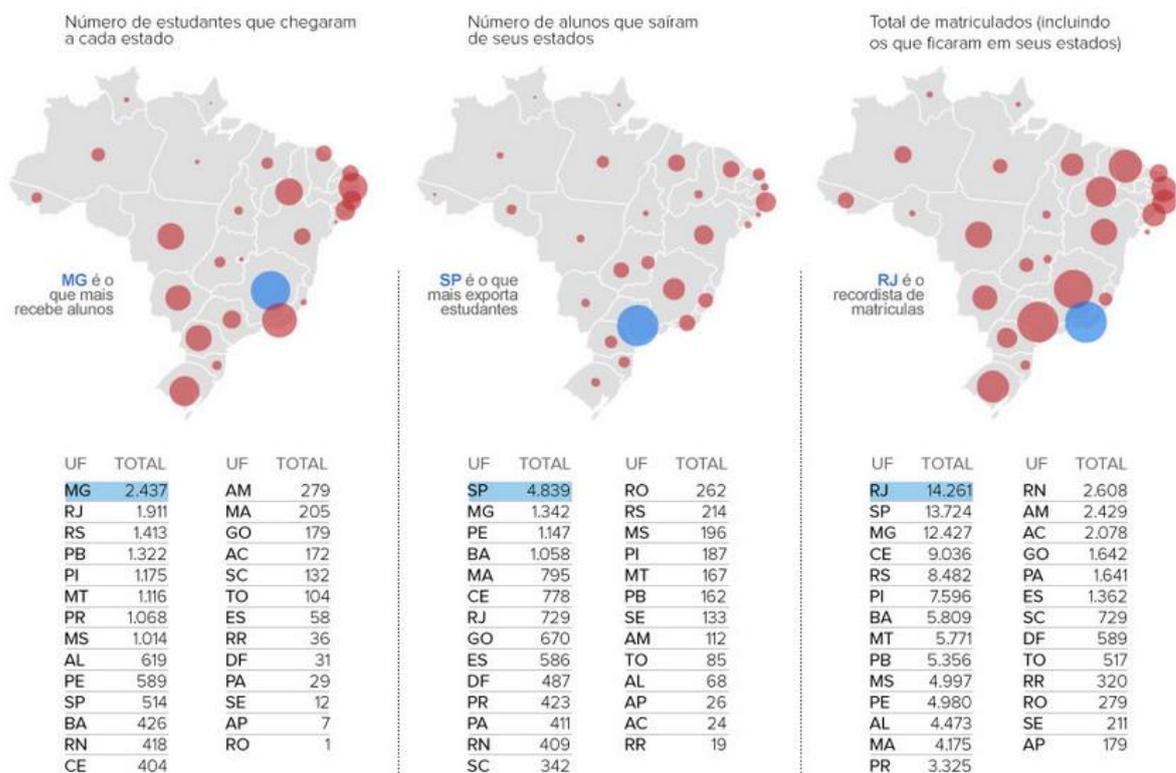
Observa-se, ainda, pela análise do infográfico e da Figura 01 a seguir, que Minas Gerais é o Estado que recebe o maior número de universitários e São Paulo é o Estado de onde sai o maior contingente de alunos para outros estados.

Infográfico 01 - Mobilidade de universitários ingressantes via Enem/SiSU em 2013



Fonte: G1<sup>2</sup>

Figura 3 - Mobilidade de universitários ingressantes via Enem/SiSU em 2013



Esses dados evidenciam que o Enem/SiSU permite maior mobilidade do estudante. Possibilita, ainda, diante de um rol de cursos e universidades, que o estudante indique duas opções de curso, observando: a) a nota de corte, pesos e notas mínimas; b) localização da universidade; c) probabilidade de obter uma vaga.

## 1.2 O Cenário local

No âmbito local, verifica-se a expansão da antiga Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas que foi transformada em Centro Universitário Federal, no ano de 2001

<sup>2</sup> <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2013/05/13-dos-calouros-no-sisu-migram-de-estado-em-2013.html>

(Portaria/MEC nº 2101) e, mais recentemente, em Universidade Federal de Alfenas – Unifal-MG, conforme Lei nº 11.154 de 29 de julho de 2005.

Essas transformações propiciaram o aumento de vagas e de cursos de graduação na instituição para atender às políticas públicas de expansão do ensino superior com a criação de novos cursos, em especial, a partir de 2006 (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Vagas ofertadas nos cursos de graduação presencial da Unifal-MG.



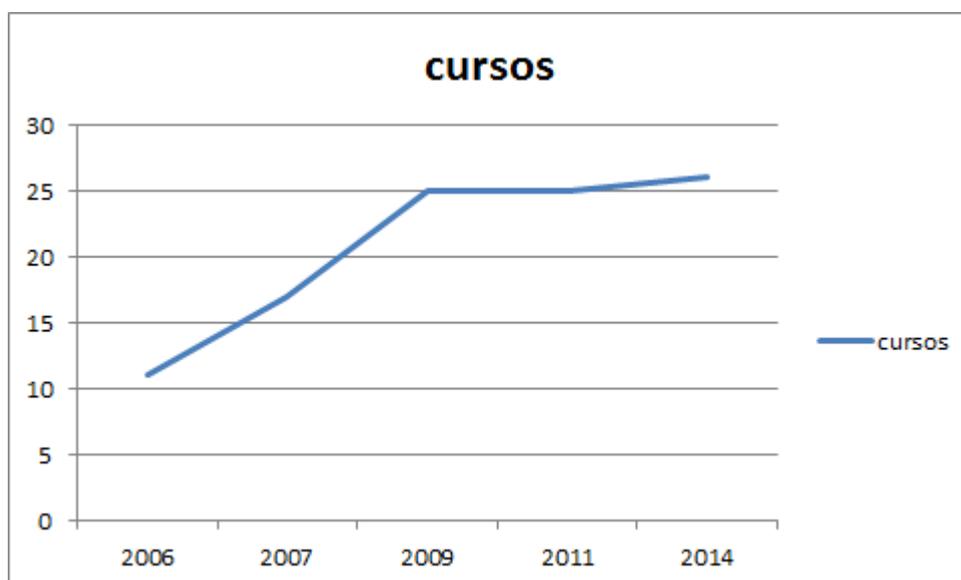
Fonte: DRGCA/COPEVE/Unifal-MG

Em 2001 foram oferecidas pela Unifal-MG 300 vagas nos seus cursos de graduação presencial; em 2006, 620 e em 2007, 765 vagas.

Em 2007, a Unifal-MG aderiu ao REUNI criando novos cursos na cidade de Alfenas-MG e dois *campi*, sendo um em Varginha-MG e outro em Poços de Caldas-MG, cidades estas que, até então, não contavam com Universidades Federais. O funcionamento dos cursos nesses *campi* iniciou-se em 2009, com 1530 vagas. De 2010 a 2013, foram 1500 vagas e em 2014 e 2015 foram 1560 vagas.

Pelo Gráfico 7, pode-se perceber a evolução da oferta de cursos pela instituição até 2014:

Gráfico 7 - Criação de cursos de graduação na modalidade presencial na Unifal-MG.



Fonte: DRGCA

Dessa forma, o aumento no número de cursos em funcionamento na Unifal-MG contribuiu para elevação do número de vagas e de matrículas nos cursos de graduação, na modalidade presencial,<sup>3</sup> conforme demonstrado nos Quadros 1 e 2 e Gráfico 8, a seguir:

Quadro 1 – Número de matrículas nos cursos de graduação da Unifal-MG

Evolução do número de vagas										
Periodo / Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Vespertino	0	0	40	40	40	40	40	40	40	40
Noturno	20	160	240	120	657	657	642	792	792	792
Integral	300	360	485	485	792	832	817	1207	1207	1267
<b>Total de Vagas</b>	<b>320</b>	<b>520</b>	<b>765</b>	<b>645</b>	<b>1489</b>	<b>1529</b>	<b>1499</b>	<b>2039</b>	<b>2039</b>	<b>2099</b>

Fonte: Pró-Reitoria de Graduação

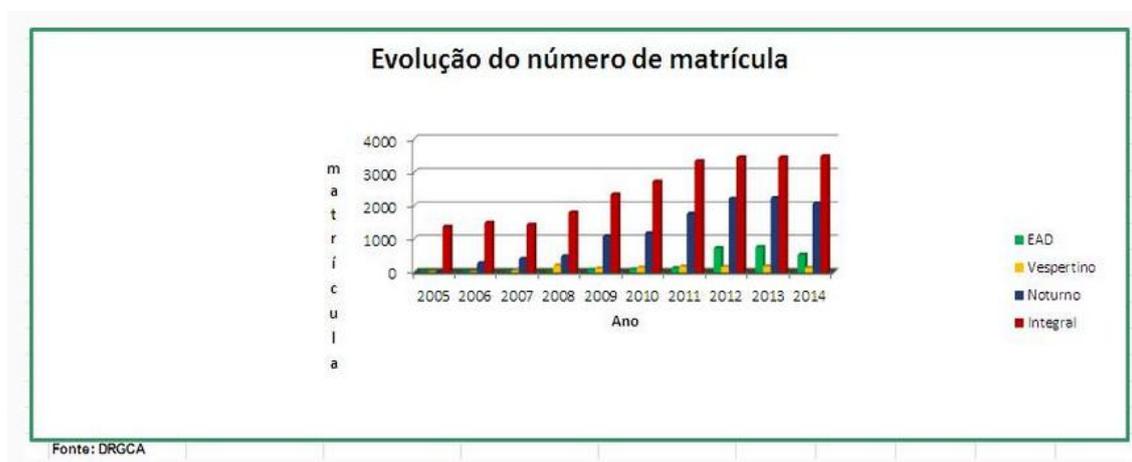
<sup>3</sup> Vamos nos ater na análise dos cursos presenciais, pois o ingresso nos cursos oferecidos na modalidade EaD se deu por concurso vestibular, organizado pela Copeve/Unifal-MG. A partir de 2014, não houve a oferta de novas turmas nos Cursos na modalidade EaD.

Evolução do número de matrícula										
Período / Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
EAD	0	0	0	0	70	88	127	721	758	526
Vespertino	0	0	40	199	117	145	171	167	176	133
Noturno	0	275	398	482	1084	1167	1757	2208	2224	2059
Integral	1363	1485	1422	1791	2330	2716	3331	3453	3446	3475
<b>Total</b>	<b>1363</b>	<b>1760</b>	<b>1860</b>	<b>2472</b>	<b>3601</b>	<b>4116</b>	<b>5386</b>	<b>6549</b>	<b>6604</b>	<b>6193</b>

Fonte: DRGCA

Quadro 2 – Número de matrículas nos cursos de graduação da Unifal-MG

Gráfico 8 - Evolução do número de matrícula na Unifal-MG



Esses dados evidenciam o crescimento da instituição. Cumulativamente, dois aspectos devem ser considerados nesse processo: a) cursos novos que ainda tinham concluintes em 2011, 2012, 2013 e 2014; b) o uso do Enem/SiSU que deu maior visibilidade aos novos cursos da Unifal-MG que, até então, ofertava apenas cursos da área da Saúde.

Considerando apenas os últimos cinco anos e o fato de, com exceção do Curso de Medicina, todos os cursos já tiveram, pelo menos, uma turma concluinte, progressivamente, houve um aumento de matrículas, mas, a partir de 2014, ocorreu uma queda na taxa de matrículas de 3% em relação a 2013:

Quadro 3 - Matrícula em Cursos Presenciais - 2011 -2015

Ano	Número de matrículas em Cursos presenciais
2011	5.259
2012	5.821
2013	5.846
2014	5.567
2015	5.665

Com a implantação do curso de Medicina, é retomado o aumento da taxa de matrícula em 2014 e 2015. Em relação à procura por cursos presenciais na Unifal-MG, os Quadros 4 e 5 apresentam a relação candidato/vaga em 2009/1 (último ano em que o ingresso se deu por Concurso Vestibular) e em 2015/1 (ingresso por Enem/SiSU):

Quadro 4 - Relação candidato/vaga - 2009/1

## Vestibular 2009/1

### Relação Candidato / Vaga

Curso	Candidatos	Vagas	Candidato/Vaga
Biomedicina - Integral	468	40	11,70
Biotecnologia - Integral	274	40	6,85
Ciência e Economia - Bacharelado - Diurno	183	165	1,10
Ciência e Tecnologia - Bacharelado - Diurno	557	66	8,43
Ciência e Tecnologia - Bacharelado - Noturno	577	66	8,74
Ciências Biológicas - Bacharelado - Integral	257	40	6,42
Ciências Sociais - Bacharelado - Noturno	95	20	4,75
Ciências Sociais - Licenciatura - Noturno	43	20	2,15
Enfermagem - Integral	281	40	7,00
Farmácia - Formação Generalista - Integral	600	50	12,00
Fisioterapia - Integral	219	50	4,38
Física - Licenciatura - Noturno	65	40	1,62
Geografia - Bacharelado - Vespertino	113	40	2,82
Geografia - Licenciatura - Noturno	66	40	1,65
História - Licenciatura - Noturno	137	40	3,42
Letras - Bacharelado - Noturno	42	20	2,10
Letras - Licenciatura - Noturno	92	20	4,60
Matemática - Licenciatura - Noturno	86	40	2,15
Nutrição - Integral	234	45	5,20
Odontologia - Integral	783	50	15,66
Pedagogia - Noturno	98	40	2,45
Química - Licenciatura - Noturno	100	40	2,50

Fonte: Copeve/Unifal-MG

Quadro 5 - Relação candidato/vaga 2015/1

RELAÇÃO CADIDATO/VAGA 2015-1					
Curso	Modalidade	Turno	Vagas	Inscritos	Relação candidato/vaga
Biomedicina	Bacharelado	Integral	40	1.187	29,68
Biotecnologia	Bacharelado	Integral	40	375	9,38
Ciências Biológicas	Bacharelado	Integral	40	667	16,68
Ciência da Computação	Bacharelado	Integral	40	821	20,53
Ciências Sociais	Licenciatura	Noturno	20	386	19,30
Ciências Sociais	Bacharelado	Noturno	20	518	25,90
Enfermagem	Bacharelado	Integral	40	813	20,33
Farmácia	Bacharelado	Integral	50	806	16,12
Física	Licenciatura	Noturno	40	484	12,10
Fisioterapia	Bacharelado	Integral	50	1.565	31,30
Geografia	Bacharelado	Vespertino	40	345	8,63
Geografia	Licenciatura	Noturno	40	471	11,78
História	Licenciatura	Noturno	40	849	21,23
Interdisciplinar em Ciência e Economia	Bacharelado	Integral	150	1.233	8,22
Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia	Bacharelado	Integral	66	562	8,52
Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia	Bacharelado	Noturno	66	896	13,58
Letras	Licenciatura	Noturno	40	295	7,38
Matemática	Licenciatura	Noturno	40	536	13,40
Medicina	Bacharelado	Integral	60	2.706	45,10
Nutrição	Bacharelado	Integral	45	1.185	26,33
Odontologia	Bacharelado	Integral	50	1.752	35,04
Pedagogia	Licenciatura	Noturno	40	1.202	30,05
Química	Licenciatura	Noturno	40	315	7,88
TOTAL			1097	19.969	

Fonte: Copeve/Unifal-MG

Considerando apenas os 2 cursos com maior e com menor concorrência em 2009/1 e comparando com os dados de 2015/1, observa-se que:

- Odontologia e Farmácia figuram entre os mais concorridos em 2009/1, com 15,66 e 12,00, respectivamente;
- Em relação a 2009, Odontologia, em 2015/1, teve uma concorrência de 35,04 e Farmácia, embora com taxa menor (16,12), também se tornou mais concorrido;
- Interdisciplinar em Ciência e Economia e Física figuram entre os menos concorridos em 2009/1 (1,10 e 1,62, respectivamente), mas, em 2015/1, tornam-se mais concorridos com taxas de 8,22 e 12,10, respectivamente.

A comparação entre a taxa de concorrência dos cursos oferecidos em 2009/1 e em 2015/1 revela que houve maior procura em todos os cursos com a adoção do Enem como exame de ingresso.

Esses dados evidenciam que um dos aspectos positivos com a adoção do Enem/SISU e a progressiva ampliação de vagas com a criação de cursos novos possibilitaram que a Unifal-MG conseguisse ocupar as vagas ofertadas ao mesmo tempo em que, por meio do SiSU, estudantes de outras regiões, e mesmo da região circunvizinha, tivessem conhecimento dos

cursos oferecidos pela Unifal-MG. Um outro aspecto - pedagógico, operacional, logístico e financeiro - será tratado na Seção 1.5.4, pois, com a adoção do Enem, a Unifal-MG optou por não realizar Concursos Vestibulares próprios no período de 2010 a 2015.

### **1.3 O Exame Nacional do Ensino Médio: contexto de criação e percurso histórico**

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi implantado em 1998, no governo Fernando Henrique Cardoso, com o objetivo de avaliar o desempenho de concluintes nesse nível de ensino, apesar de não ser obrigatório. A justificativa para a sua criação e implantação deu-se pela necessidade de avaliar o desempenho dos alunos a fim de subsidiar o governo federal na elaboração de políticas públicas voltadas para o Ensino Médio (EM). Nesse mesmo período, o governo lançou os Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Básica, instando a comunidade a aderir ao Novo Ensino Médio (NEM).

Com a homologação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, a implantação do Novo Ensino Médio se deu com a sua oferta em três anos, com uma base nacional comum organizada em três áreas do conhecimento (Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias e Linguagens e suas Tecnologias)<sup>4</sup> e uma parte diversificada, sendo que esta última possibilitaria à comunidade a inclusão de disciplinas (componentes curriculares) de acordo com a sua realidade. Essa reestruturação provocou mudanças significativas no panorama educacional brasileiro haja vista que se constituíram num cenário influenciado pelos modos de produção capitalista e sob a égide da ideologia neoliberal.

Até 1996, a Lei 5692/71 regia a educação brasileira. Em se tratando do EM, eram comuns os cursos técnicos profissionalizantes, em especial na rede pública.<sup>5</sup> Figuravam predominantemente os cursos de magistério – habilitação 1ª a 4ª série – e os cursos técnicos para o setor terciário (prestação de serviços). A estrutura educacional, de acordo com a dependência administrativa da escola (pública ou privada), organizava-se em dois tipos de

---

<sup>4</sup> A partir de 2009, com reestruturação do Enem, incluiu-se a área de Ciências da Matemática e suas Tecnologias. Até 2008, o exame era constituído por 63 questões e uma redação. Atualmente, são 180 questões (45 para cada uma das quatro áreas) e a redação. Segundo o MEC, o novo formato permite a comparação do desempenho das escolas ao longo dos anos por causa da metodologia utilizada, a TRI (Teoria de Resposta ao Item), centrada no item e não no teste, como a Teoria Clássica dos Testes, além de ser possível repetir o exame, se necessário. Para mais informações, ver Bortolotti et. al, (s.d.). Disponível em: <[http://www.ime.unicamp.br/sinape/sites/default/files/Artigo\\_SINAPE\\_MEDIDA\\_DE\\_SATISFAÇÃO\\_TRI.pdf](http://www.ime.unicamp.br/sinape/sites/default/files/Artigo_SINAPE_MEDIDA_DE_SATISFAÇÃO_TRI.pdf)>. Acesso em: 09 out. 2015.

<sup>5</sup> Com a necessidade de ampliar rapidamente a mão de obra no Brasil, era possível o pagamento de bolsas em escolas particulares pelo poder público.

ensino/escola: um voltado para o trabalho, para a formação de mão de obra em menor tempo, daí o grande número de cursos técnicos profissionalizantes de nível médio; outro voltado para a formação intelectual, com escolas mais elitizadas, com foco na formação do aluno que objetivava o ingresso no ensino superior. Além disso, tornou-se comum a procura de alunos das duas redes por cursinhos preparatórios para o vestibular como forma de ampliar as chances de ingresso em um curso superior, em especial para os mais concorridos, como medicina e direito.

O curso técnico era organizado por um conjunto mínimo de disciplinas obrigatórias, distribuídas em sua maioria no primeiro ano do Ensino Médio, que era “básico”, comum a todos. A partir do segundo ano, iniciava-se efetivamente o ensino profissionalizante. Concluído o curso técnico, o aluno também era certificado para prosseguir em seus estudos, porém seu perfil de egresso contribuía para minimizar as chances de ingressar numa universidade pública mais concorrida, por exemplo. Aos que desejavam o ingresso no curso superior e aos que não desejavam fazer um curso técnico, havia o “científico”, também organizado em três anos, mas apenas com disciplinas obrigatórias em todo o período e com conteúdos constantes em editais de concursos vestibulares e com objetivos diferentes, conforme explicitamos no parágrafo anterior.

A partir de 1997, com a implantação do Novo Ensino Médio e a oferta do 1º Enem em 1998, evidentemente, pela estrutura básica do “antigo” Ensino Médio (antes intitulado 2º grau) em boa parte das escolas públicas, essas, representadas por seus alunos, que tinham como base comum apenas o 1º ano “científico”, já apresentavam dificuldades para alcançar desempenho satisfatório no exame que cobrava conteúdos dos três anos “científicos” do antigo 2º grau. Desde a 1ª edição do Enem, o desempenho da rede pública foi, em linhas gerais, inferior ao da rede privada. Em 1999, a diferença entre a média de alunos de escolas particulares e de públicas era de apenas sete pontos.<sup>6</sup> Mas ainda assim o contexto de realização era diverso do de hoje.

A maior parte dos alunos da rede pública sequer se inscrevia no Enem até a edição de 2001 por dois motivos:

- a) havia uma taxa de inscrição para prestar o exame;

---

<sup>6</sup> Uma explicação possível para essa diferença mínima é o fato de que até 1996 os índices de reprovação e evasão no ensino médio eram altíssimos. Assim, os alunos que realizaram o exame em 1998 eram aqueles que conseguiam chegar à etapa final de escolarização de nível médio.

b) o aluno não via perspectiva de uso prático do exame em sua vida profissional ou acadêmica.<sup>7</sup>

A partir de 2002, com a isenção da taxa de inscrição para todos os alunos concluintes da rede pública, observa-se um crescente aumento de inscritos. Conseqüentemente, amplia-se a diferença do desempenho de alunos das duas redes, fato salientado diversas vezes na mídia.

Retomando a trajetória do Enem, a partir de 2009, implanta-se um novo modelo com a adoção da Teoria de Resposta ao Item e a mudança na estrutura do exame. Em linhas gerais, a Teoria de Resposta ao Item, conforme explanação do MEC (BRASIL, 2011), “não contabiliza apenas o número total de acertos no teste. [...] o item é a unidade básica de análise.”

Transcrevemos, na íntegra, as principais características da TRI:

*“O desempenho em um teste pode ser explicado pela habilidade do avaliado e pelas características das questões (itens).*

*A TRI qualifica o item de acordo com três parâmetros:*

- *Poder de discriminação, que é a capacidade de um item distinguir os estudantes que têm a proficiência requisitada daqueles quem não a têm*

- *Grau de dificuldade*

- *Possibilidade de acerto ao acaso (chute)*

*Essas características permitem estimar a habilidade de um candidato avaliado e de garantir que essas habilidades, medidas a partir de um conjunto de itens, sejam comparadas com outro conjunto na mesma escala, ainda que eles não sejam os mesmos e que haja quantidades diferentes de itens usados para o cálculo.*

*Com a TRI, não é possível comparar o número de acertos em uma área do conhecimento com o de outra. Pela teoria, o número de questões por nível de dificuldade em cada prova e as demais características dessas questões afetam o resultado. Dessa forma, acertar 40 itens em uma área não significa, necessariamente, ter uma proficiência maior do que em outra, cujo número de acertos tenha sido 35. Além disso, por serem áreas do conhecimento distintas, não é possível fazer uma relação direta entre as escalas de proficiência*

*A TRI pressupõe que um candidato com um certo nível de proficiência tende a acertar os itens de nível de dificuldade menor que o de sua proficiência e errar aqueles com nível de*

---

<sup>7</sup> Não era obrigatória a sua realização (como ainda hoje não o é). Torna-se, desde o princípio, contraditória a justificativa do governo FHC, em especial do ex-ministro da educação, Paulo Renato de Souza, de que o exame subsidiaria a implantação de políticas públicas, sob o argumento de que ofereceria um diagnóstico do sistema de ensino, neste nível de ensino.

*dificuldade maior. Ou seja, o padrão de resposta do participante é considerado no cálculo do desempenho.*

*Entre as vantagens metodológicas da TRI está a possibilidade de elaboração de provas diferentes para o mesmo exame. Essas provas podem ser aplicadas em qualquer período do ano com grau de dificuldade semelhante e permitem a comparabilidade no tempo.*

*Outra característica da TRI é não ter um limite inferior ou superior padrão entre as áreas de conhecimento. Isso significa que as proficiências dos participantes não variam entre zero e mil. Os valores máximos e mínimos de cada prova dependerão das características dos itens selecionados. No Enem, somente a prova de redação tem esses valores pré-estabelecidos, uma vez que a correção não é feita com base na TRI.*<sup>8</sup>

Em 2004, o Enem passa a ter um novo status com a implantação do Prouni,<sup>9</sup> programa de bolsas do governo federal, por meio do qual as instituições privadas, usando parcial ou totalmente a nota do Enem, selecionam alunos de baixa renda para seus cursos. A partir de 2009, o governo federal, em substituição ao antigo Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), habilita o Enem para certificação de competências de ensino médio aos estudantes com mais de 18 anos, neste nível de ensino.

Essa possibilidade torna-se um problema nos anos subsequentes, quando examinandos, com idade igual ou inferior a 18 anos, ingressam na justiça solicitando o direito de se matricular em um curso superior após terem sido selecionados pelo SISU.<sup>10</sup> A solicitação dos candidatos vai de encontro ao que preconiza a LDB (9394/96), em seu artigo 38º, § 2º que determina que

*Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.*

[...]

*II - no nível de conclusão do ensino médio, para os **maiores de dezoito anos**. (Grifos nossos)*

---

<sup>8</sup> Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=17319:teoria-de-resposta-ao-item-avalia-habilidade-e-minimiza-o-chute&catid=389:ensino-medio](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17319:teoria-de-resposta-ao-item-avalia-habilidade-e-minimiza-o-chute&catid=389:ensino-medio)> Acesso em 31 ago. 2015.

<sup>9</sup> O Prouni - Programa Universidade para Todos foi criado pela MP nº 213/2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Concede bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior, que, como contrapartida, ficam isentas de alguns tributos.

<sup>10</sup> Como o aluno podia se inscrever livremente no SISU, ao serem publicadas as chamadas para matrícula nas universidades, o aluno, ainda que não tivesse concluído o Ensino Médio e ainda que tivesse idade inferior a 18 anos, ingressava na Justiça a fim de ter garantida a matrícula no Curso para o qual pretensamente foi selecionado, conseguindo, paralelamente, que lhe fosse concedida a certificação de conclusão do Ensino Médio.

A fim de evitar tais problemas,<sup>11</sup> o edital que rege a realização da edição do Enem 2015, publicado em 15-05-2015, determina que "o participante menor de 18 anos no primeiro dia de realização do Exame e que concluirá o Ensino Médio após 2015 não poderá utilizar os seus resultados individuais no Enem".

Retomando questão da trajetória do Enem, a expansão da rede federal (ensino superior e técnico nível médio) se dá a partir de 2007 com o REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) e com o Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional. Paralelamente, a partir de 2009, diversas instituições de ensino superior e institutos federais, aderindo à proposta do MEC, começam também a utilizá-lo como exame de ingresso parcial ou totalmente. Assim sendo, a partir do início de 2010, implanta-se, em nível nacional, o Sistema de Seleção Unificada (SiSU) visando à democratização do acesso ao ensino superior, mobilidade acadêmica e reestruturação dos currículos do ensino médio (INEP, 2013).

Nessa perspectiva, a realização de um exame nacional, com provas de Redação, Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Matemática e suas tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias, que avaliam as habilidades e as competências dos participantes nos diferentes campos do saber, e a possibilidade de esse exame ser usado como exame de ingresso em diferentes instituições de seriam seriam as premissas de um processo de democratização das oportunidades de acesso ao ensino superior e a possibilidade de ocorrer uma reestruturação dos currículos na escolas de ensino médio. No caso da Unifal-MG, a adesão ocorre em 2010.<sup>12</sup>

Em 2012, o governo federal publica o decreto 7.824/2012<sup>13</sup> que regulamenta a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012). Com isso, as universidades públicas federais e os institutos técnicos federais são obrigados a reservar, a partir de 2013, progressiva e paulatinamente até 2016, 50% das vagas para estudantes egressos do ensino médio da rede pública, com distribuição de 25% desse percentual de vagas entre negros, pardos e indígenas. A Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, regulamentada por esse decreto, estabelecia a seleção de alunos pelo Coeficiente de Rendimento (CR), obtido por meio de média aritmética das notas

---

<sup>11</sup> Alguns exemplos são relatados em reportagens veiculadas na mídia. Ver: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2014-08-12/justica-autoriza-treineira-menor-de-idade-a-entrar-na-universidade-usando-enem.html> , <http://educacao.uol.com.br/noticias/2013/01/22/aluna-de-14-anos-passa-em-5-lugar-na-ufms-e-justica-garante-matricula.htm>, <http://zh.clicrbs.com.br/rs/vida-e-estilo/educacao/noticia/2015/05/enem-nao-podera-mais-ser-usado-como-vestibular-por-treineiros-4763936.html>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

<sup>12</sup> Trataremos dos efeitos da adesão da Unifal-MG ao Enem na Seção 1.5.

<sup>13</sup> O Decreto também regulamenta o mesmo percentual para o ingresso em escolas federais de ensino técnico de nível médio.

ou menções no ensino médio, observando-se o currículo da base nacional comum, porém esse dispositivo foi vetado pela Presidente da República, Dilma Rousseff. No decreto, incluiu-se, em parágrafo único, que o Enem poderá ser utilizado como critério de seleção para o ingresso em uma instituição federal que ofereça o ensino superior.

Tornando-se um único exame, em nível nacional, para o ingresso em um curso superior ou de nível técnico (caso dos Centros/Institutos Federais de Ensino Técnico), possibilitou ao estudante concorrer a uma vaga em diferentes instituições públicas, verificando, ainda, com base em seu desempenho, em quais delas teria mais chance de ingresso. Nesse sentido, não há como negar que houve um trânsito, ainda que mínimo, de estudantes do Sul e Sudeste foram para o Nordeste, Norte e Centro-oeste e vice-versa.

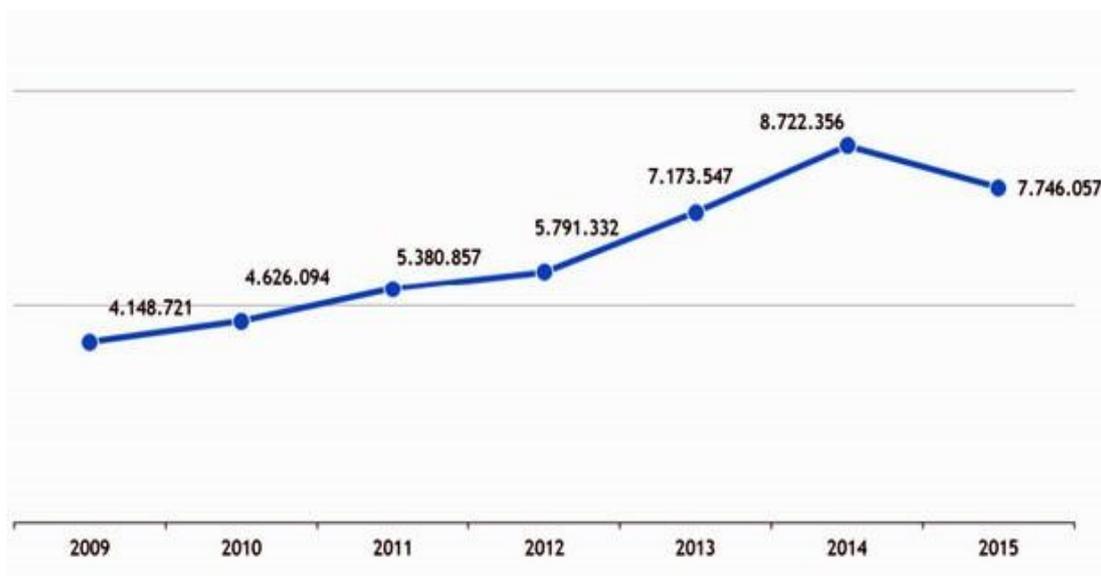
Dessa feita, o Enem, que, em 1998, iniciou-se com o objetivo de avaliar o sistema de ensino e de subsidiar políticas públicas, adquiriu o status de exame de alto impacto na sociedade, o que pode ser percebido também pela evolução do número de inscritos: 157.201 em sua 1ª edição, ampliando para 1.552.316 em 2004 (ano do lançamento do Prouni), depois para 3.004.491 em 2005 (um aumento de quase 100%), chegando a 2012, com 6.497.466 inscritos e a 7.746.057. Os gráficos 9 e 10 a seguir expõem esse crescimento.

Gráfico 9 - Número de inscritos no Enem - 1998-2014.



Fonte: Inep

Gráfico 10 - Evolução de inscritos no Enem desde 2009<sup>14</sup>



Fonte: Inep

Comparando os dois gráficos, observa-se que, a partir de 2010, ano em que muitas universidades passaram a usar o Enem como exame de ingresso, um aumento de 447.373 inscritos em relação ao ano anterior. Em 2014, com 4.623.635 inscritos, o número de inscritos se torna o dobro do número de inscritos em 2009. Ainda que em 2015, o número de inscritos tenha caído, o Enem consolida-se como exame de alto impacto no cenário mundial. Na sociedade brasileira, a sua inserção no calendário civil já é vista como acontecimento natural.

Em 2015, instituiu-se a perda do benefício de isenção automática do pagamento da inscrição para o estudante que não comparecer nos dois dias da aplicação das provas (INEP, 2015), dado que pode explicar a redução do número de inscritos na edição de 2015 em relação à de 2014, que teve 8.772.356 inscritos.

Possivelmente, com a dimensão adquirida e com as novas formas de sua utilização, o exame é tema recorrente na mídia. As fragilidades de um exame em franca expansão e com alto impacto na sociedade brasileira foram expostas.<sup>15</sup> Em 2009, ocorreu o furto de provas por um funcionário da gráfica onde o exame era impresso, em 2010, houve erros na impressão dos cadernos de respostas que só foram detectados na realização do exame, em 2011, houve o

<sup>14</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/enem/2015/noticia/2015/07/enem-2015-tera-77-milhoes-de-candidatos-11-menos-que-em-2014.html>> Acesso em 31 ago 2015.

<sup>15</sup> Retomaremos a questão das fragilidades e potencialidades do Enem na Seção 1.4.5.

vazamento de questões com a reprodução de questões e sua aplicação como simulado pelo Colégio Christus, de Fortaleza, escola onde havia sido aplicado o pré-teste.<sup>16</sup>

Em relação ao número de alunos da rede particular, em 1998, houve, segundo o Inep, uma queda no número de matrículas, sendo o fato atribuído à difícil situação econômica no Brasil naquele período.<sup>17</sup> Mas uma nova queda aconteceu a partir de 2002, ano anterior ao governo Lula (2003-2006, 2007-2010). Analisando os dados do Censo Escolar, no período de 2002 a 2010, observa-se que, em 2002, a rede particular detinha 7.183,987, mas o número de matriculados caiu para 6.385,522 em 2007 – o que representou uma perda de 798.375 em relação ao ano de 2002. Somente a partir de 2008, é que se inicia um novo e crescente aumento, chegando em 2010 a 7.560,382.

Alçado à forma de seleção unificada em processos seletivos em instituições públicas federais, em 2013 o Enem também passou a ser usado como requisito para o acadêmico se candidatar a uma vaga/bolsa em programas de mobilidade acadêmica, como o Ciências sem Fronteiras. Segundo o MEC, de dezembro de 2011 a julho de 2014, foram concedidas 83,2 mil bolsas de estudos para alunos de graduação e pós-graduação, nas áreas de engenharia, tecnologia, ciências biológicas e saúde. Um dos critérios para a seleção é a “a obtenção de nota mínima de 600 pontos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)”.<sup>18</sup>

De acordo com o MEC/Inep, o Enem tem como objetivos: “democratizar as oportunidades de acesso às vagas federais de ensino superior, possibilitar a mobilidade acadêmica e induzir a reestruturação dos currículos do ensino médio.” A partir dessas diretrizes e tendo em vista os problemas já relatados quanto ao exame, o MEC/Inep, por meio de chamada pública, em 2011, convoca as instituições públicas de ensino superior para que se tornem corresponsáveis pela elaboração e revisão de itens do Enem. Em 2013, faz nova chamada incluindo também as instituições privadas. Até então, da produção aos resultados, a responsabilidade era de um consórcio, constituído de instituições públicas e privadas, contratado por meio de processo licitatório. A parceria com as instituições privadas e particulares que atenderam à Chamada Pública, em 2011, é relativamente recente e ainda não há estudos sobre os seus efeitos. Contudo, segundo a mídia, no Enem-2013, diretores de

---

<sup>16</sup> O pré-teste é um dos princípios da TRI e objetiva calibrar a dificuldade de cada um dos itens que irão compor o exame.

<sup>17</sup> Para mais informações, ver <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj04029915.htm>>. Acesso em 09. out. 2015.

<sup>18</sup> Para saber mais, acessar: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=20567](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20567)>. Acesso em: 31 ago. 2015.

cursinhos pré-vestibulares observaram que foi exigido um nível de dificuldade maior dos examinandos em relação aos anos anteriores.<sup>19</sup>

Além disso, o estabelecimento do Enem como processo seletivo unificado é fundamental para a eficiência da interiorização do ensino superior público brasileiro. Destinada a favorecer a permanência dos estudantes no interior, a garantir o acesso a aqueles que não podem se deslocar até grandes centros e a atender demandas e necessidades locais, esta tendência recente do ensino superior significa um avanço na oferta de vagas públicas pelo território brasileiro. Trata-se de uma medida que tem como objetivo desconcentrar as vagas em grandes centros, comprovada pelas 14 novas universidades e aproximadamente 100 campi (CATANI; HEY, 2007).

#### **1.4 Adesão das instituições de ensino superior ao Enem/SISU**

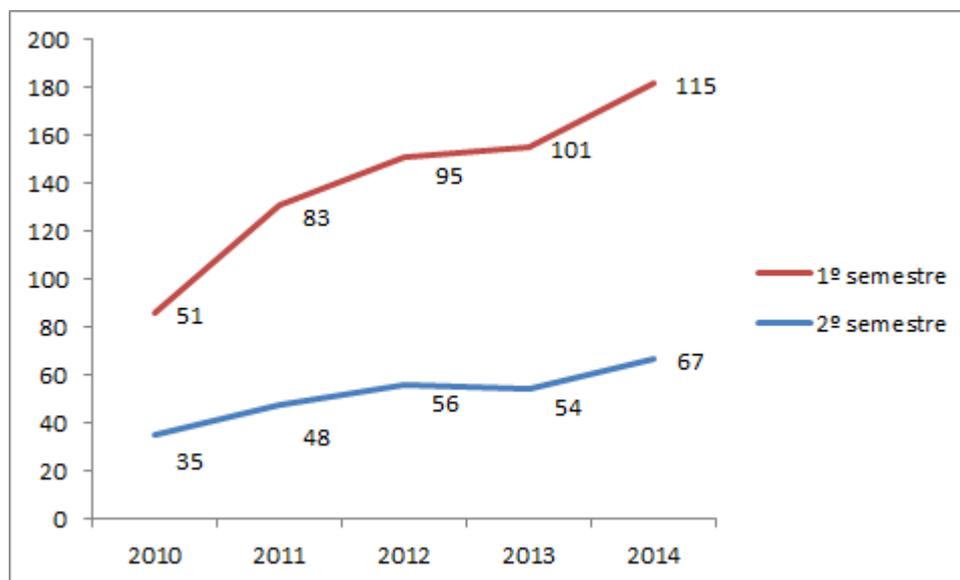
Ao aderir, as Instituições Federais de Ensino Superior têm autonomia na opção de utilização dos resultados como forma de seleção para o ingresso nos cursos de graduação, utilizando o resultado do Enem como forma única de seleção ou combinada com os seus processos seletivos.

Os gráficos 11 e 12 e a Tabela 01 mostram a evolução das universidades quanto à adesão ao Enem/SiSU e evidenciam que, a cada ano, um maior número de instituições públicas se utiliza do Enem como exame de ingresso.

---

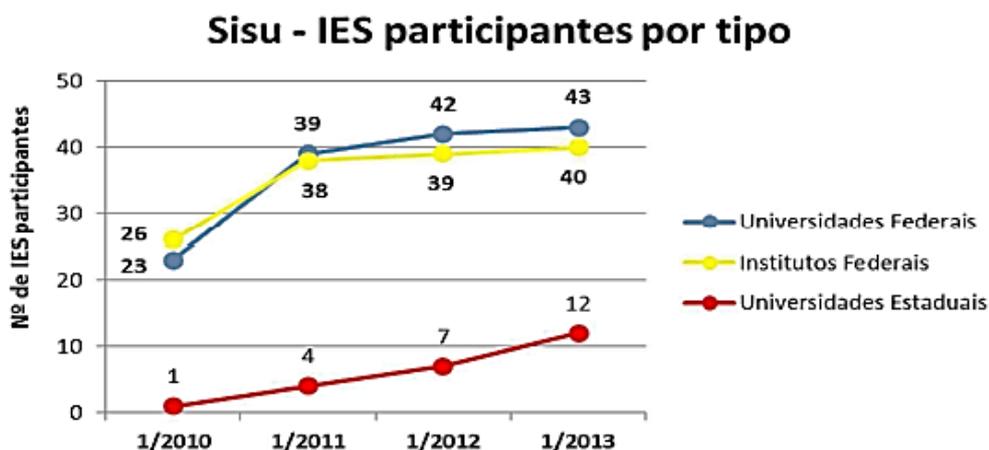
<sup>19</sup> Retomaremos a participação das instituições públicas no processo de elaboração e revisão de itens para o Enem na Seção 1.5.2.

Gráfico 11 – Evolução no número de IES participantes do SiSU de 2010 a 2014



Fonte: Ministério da Educação Sistema de Seleção Unificada abril 2013.

Gráfico 12 – Evolução de IES participantes do SiSU 2010-1 a 2013-1 por tipo



Fonte: Ministério da Educação Sistema de Seleção Unificada abril 2013.

Na Tabela 1, apresenta-se o número de instituições de ensino superior que participaram do SiSU em 2013-1 por região.

Tabela 1 – Instituições de ensino superior participantes do SiSU por região, em 2013-1.

REGIÃO	Nº IFES	Nº IFES SISU	% SISU
SUDESTE	19	19	100%
NORDESTE	17	15	78%
SUL	11	9	82%
CENTRO-OESTE	5	5	100%
NORTE	10	10	100%
<b>TOTAL</b>	<b>62</b>	<b>58</b>	<b>93%</b>

Fonte: Ministério da Educação Sistema de Seleção Unificada agosto 2015

Em relação à região geográfica e ao tipo de ingresso, a Tabela 2 apresenta a comparação entre as universidades que usam o Enem e as que usam concurso vestibular próprio.

Tabela 2 – Total de ingressos por Processo Seletivo e Ingressos por meio do Enem nos Cursos de Graduação Presencial, por Categoria Administrativa, segundo a Região Geográfica – Brasil – 2012

Brasil/ Região Geográfica	Ingressos (por Processo Seletivo)	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Brasil	Total	1.970.392	277.501	140.175	44.421	1.508.295
	Enem	398.988	143.265	6.908	1.824	246.991
	%	20,2	51,6	4,9	4,1	16,4
Norte	Total	127.143	29.369	11.894	1.588	84.292
	Enem	21.293	9.356	-	6	11.931
	%	16,7	31,9	-	0,4	14,2
Nordeste	Total	363.586	83.716	37.085	6.047	236.738
	Enem	79.719	52.899	4.295	360	22.165
	%	21,9	63,2	11,6	6,0	9,4
Sudeste	Total	1.005.056	85.388	57.560	13.507	848.601
	Enem	210.424	45.976	1.855	21	162.572
	%	20,9	53,8	3,2	0,2	19,2
Sul	Total	280.804	48.947	21.093	19.991	190.773
	Enem	50.013	21.906	756	1.171	26.180
	%	17,8	44,8	3,5	5,9	13,7
Centro-Oeste	Total	193.803	30.081	12.543	3.288	147.891
	Enem	37.539	13.128	2	266	24.143
	%	19,4	43,6	0,0	8,1	16,3

Fonte: Inep/MEC

Comparando ingresso por processo seletivo e ingresso pelo SiSU em Cursos de Graduação, observa-se que o Enem/SiSU é utilizado predominantemente pela rede federal (51,5%). Em 2012, 20,2% do total de 1.970.391 ingressantes no ensino superior nas redes pública e privada, 20,2% desses foram selecionados pelo Enem/SiSU. Entre as instituições federais na Região Sudeste, em 2012, 53,8% utilizaram o Enem/SiSU como exame de ingresso.

A cada ano aumenta o número de instituições públicas que utilizam o exame, inclusive as estaduais e municipais. A seguir, apresentamos a lista de instituições de ensino superior públicas que irão se utilizar do Enem/SiSU como exame de ingresso<sup>20</sup> em 2016.

## **REGIÃO CENTRO-OESTE**

**UnB** – 50% das vagas pelo Enem/SiSU e 50% pelo PAS no 1º semestre e vestibular no 2º semestre

**UFG** – todas as vagas pelo Enem/SiSU, exceto cursos que exigem teste de habilidade específica

**UFGD** – 50% das vagas pelo Enem/SiSU

**UFMT** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**UFMS** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**ESCS** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**UEMS** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**Unemat** – todas as vagas pelo Enem/SiSU no 1º semestre e vestibular no 2º semestre

**IFG** – 20% das vagas pelo Enem/SiSU

**IF Goiano** – todas as vagas pelo Enem, sendo 70% via vestibular e 30% via SiSU

**IFMT** – cerca de 20% das vagas pelo Enem/SiSU

**IFMS** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

## **REGIÃO NORDESTE**

**UFAL** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**UFBA** – todas as vagas pelo Enem/SiSU, exceto cursos que exigem teste de habilidade específica

---

<sup>20</sup> Fonte: <<http://vestibular.mundoeducacao.com/enem/lista-adesao.htm>>. Acesso em: 30 set.. 2015.

**UFOB** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**UFSB** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**UFRB** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**UFC** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**UFCA** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**Unilab** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**UFPB** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**UFCE** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**UFMA** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**UFPE** – todas as vagas pelo Enem/SiSU no 1º semestre e vestibular de Engenharias no 2º semestre

**UFRPE** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**Univasf** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**UFPI** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**UFRN** – todas as vagas pelo Enem/SiSU, exceto para cursos que exigem teste de habilidade específica

**Ufersa** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**UFS** – todas as vagas pelo Enem/SiSU, exceto para o curso de Música

**Uneal** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**UNEB** – parte das vagas serão preenchidas pelo Enem/SiSU

**UESB** – metade das vagas pelo Enem/SiSU

**UESC** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**UECE** – 25% das vagas pelo Enem/SiSU

**UEPB** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**UPE** – 50% das vagas pelo Enem/SiSU

**UESPI** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**UERN** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**IFAL** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**IFBA** – Todas as vagas pelo Enem, sendo 40% via vestibular e 60% via SiSU

**IFBaiano** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**IFCE** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**IFPB** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**IFPE** – vagas do 2º semestre são preenchidos pelo Enem/SiSU

**IFSertão** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**IFPI** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**IFRN** – todas as vagas pelo Enem, sendo algumas pelo SiSU

**IFS** – 50% das vagas pelo Enem/SiSU

## **REGIÃO NORTE**

**UFAC** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**UFAM** – 50% das vagas pelo Enem/SiSU

**Unifap** – metade das vagas pelo SiSU e metade pelo Enem 2015 e 2014

**UFPA** – todas as vagas pelo Enem 2015, sendo 20% pelo SiSU

**UFOPA** – todas as vagas pelo Enem 2015 ou 2014, mas sem utilizar o SiSU

**Unifesspa** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**UFRA** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**UFRR** – parte das vagas pelo Enem/SiSU

**UNIR** – todas as vagas pelo Enem, mas sem aderir ao SiSU

**UFT** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**UEAP** – todas as vagas pelo Enem, mas sem aderir ao SiSU

**UEPA** – aderiu ao Enem/SiSU, mas o modelo será divulgado apenas no edital do Prosel

**IFAC** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**IFAM** – 20% das vagas pelo Enem/SiSU

**IFAP** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**IFPA** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**IFRO** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**IFRR** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**IFTO** – parte das vagas pelo Enem/SiSU

## **REGIÃO SUDESTE**

**UFES** – Enem representa a 1ª fase do Vestibular de Verão e critério único para Vestibular de Inverno (SiSU)

**UFMG** – todas as vagas pelo Enem/SiSU, exceto cursos que exigem teste de habilidade específica

**UFJF** – 70% das vagas pelo Enem/SiSU; o restante é pelo vestibular seriado (Pism)

**UFLA** – 60% das vagas pelo Enem/SiSU; o restante é pelo vestibular seriado (PAS), sendo que o Enem substitui as provas da 3ª etapa

**Unifal-MG** – todas as vagas pelo Enem/SiSU<sup>21</sup>

**Unifei** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**UFOP** – todas as vagas pelo Enem/SiSU, exceto para os cursos que exigem teste de habilidade específica

**UFSJ** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**UFTM** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**UFU** – todas as vagas pelo Enem/SiSU, exceto para cursos que exigem teste de habilidade específica, no 1º semestre, e vestibular no 2º semestre

**UFV** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**UFVJM** – 50% das vagas pelo Enem/SiSU; o restante é pelo vestibular seriado (SASI), sendo que o Enem substitui as provas da 3ª etapa

**UniRio** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**UFF** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**UFRJ** – todas as vagas pelo Enem/SiSU, exceto cursos que exigem teste de habilidade específica

**UFRRJ** – todas as vagas pelo Enem/SiSU, exceto para os cursos que exigem teste de habilidade específica

**Unifesp** – usa Enem como 1ª fase do vestibular para alguns cursos, e o SiSU para outros

**UFABC** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**UFSCar** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**UEMG** – 50% das vagas pelo Enem/SiSU, exceto para cursos que exigem teste de habilidade específica

**Unimontes** - 60% das vagas pelo Enem/SiSU)

**UENF** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**Unesp** – nota do Enem 2015 pode ser usada para aumentar nota do vestibular

**Unicamp** – nota do Enem 2015 ou 2014 pode ser usada para aumentar nota da primeira fase

**USP** – 13,5% das vagas/restante das vagas pelo vestibular da Fuvest<sup>22</sup>

**IFES** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**IFSudesteMG** – 50% das vagas pelo Enem/SiSU

---

<sup>21</sup> A Resolução Consuni nº 148/2013 define que a adesão da Unifal-MG ao Enem/SiSU até 2015 apenas.

<sup>22</sup> Fonte: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/06/usp-vai-ter-vagas-pelo-enem-e-pela-fuvest.html>> . Acesso em: 02 out. 2015.

**IFSuldeMinas** – 70% das vagas pelo Enem/SiSU

**IFMG** – 50% das vagas pelo Enem/SiSU

**IFNMG** – alguns cursos terão vagas pelo SiSU e outros pelo vestibular

**IFTM** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**Cefet-MG** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**IFSP** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**IFF** – algumas vagas pelo Enem/SiSU

**IFRJ** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**Cefet-RJ** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

## **REGIÃO SUL**

**UFPR** – 30% das vagas pelo Enem/SiSU

**UTFPR** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**Unila** – todas as vagas pelo Enem/SiSU, exceto cursos de Arquitetura e Urbanismo e Música

**UFRGS** – 30% das vagas pelo Enem/SiSU

**UFCSPA** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**UFSM** – 80% das vagas pelo Enem/SiSU

**UFPEL** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**FURG** – todas as vagas pelo Enem/SiSU e cursos a distância pelo Enem

**Unipampa** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**UFSC** – 30% das vagas pelo Enem/SiSU

**UFFS** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**UEL** – vai oferecer 17,5% das vagas pelo Enem/SiSU mais vagas remanescentes do Vestibular

**UENP** – de 10% a 36% das vagas de cada curso pelo Enem/SiSU

**Unicentro** – Enem é usado para vagas remanescentes

**Unioeste** – 50% das vagas pelo Enem/SiSU

**UERGS** – todas as vagas pelo Enem/SiSU; exceto para os cursos que exigem teste de habilidade específica

**Udesc** – 25% das vagas do Vestibular de Verão serão preenchidas pelo Enem/SiSU

**IFPR** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**IFSul** – 50% das vagas pelo Enem/SiSU

**IFRS** – 50% das vagas pelo Enem/SiSU

**IF-Farroupilha** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

**IFSC** – 50% das vagas pelo Enem/SiSU

**IFC** – todas as vagas pelo Enem/SiSU

Observa-se que todas as instituições federais mineiras se utilizam, total ou parcialmente, do Enem/SiSU como exame de ingresso alternativo ao concurso vestibular. Desde 2013, a UFMG e a UFU,<sup>23</sup> duas das maiores universidades mineiras, passaram a utilizar o Enem como exame de ingresso.

#### **1.4.1 A adesão da Universidade Federal de Alfenas**

##### *i. Adesão ao SISU*

A Universidade Federal de Alfenas Unifal-MG aderiu ao Sistema de Seleção Unificada – SiSU desde a sua primeira edição, em 2010. A cada ano os colegiados dos cursos têm autonomia e competência para definir pesos e notas mínimas. Assim, em julho de 2013, foi designada uma Comissão de Estudos da Forma de Ingresso nos Cursos de Graduação da Unifal-MG em 2014-2015.

No Relatório Final da Comissão de Estudos da Forma de Ingresso nos Cursos de Graduação, aprovado pelo Consuni (Res. nº 148, 02 de outubro de 2013), foram elencados os seguintes pontos:

- a) O Enem se insere no interior de uma política pública de integração da educação básica e superior que favorece a democratização do acesso ao ensino superior às pessoas oriundas de escola pública e de classes sociais menos favorecidas, bem como a igualdade de condições;
- b) 73% das Universidades Federais, 100% dos Institutos Federais e 32% das Universidades Estaduais aderiram em 2013 ao Enem/SiSU;
- c) Maior comodidade de escolha do curso pretendido, bem como a redução de custos para os pais/responsáveis e os próprios candidatos;
- d) Ampliação da relação candidato por vaga e maior visibilidade institucional;
- e) Garantia da autonomia institucional;
- f) Aumento de repasse de recursos para a assistência estudantil;

---

<sup>23</sup> Na UFU, o vestibular ainda é a forma de ingresso para os cursos com entrada no 2º semestre. No 1º semestre, Enem/SiSU é a forma de ingresso adotada.

- g) Incremento das licenciaturas, contribuindo, assim, para a melhoria, a longo prazo, da Educação Básica;
- h) Participação dos docentes da Unifal-MG no Banco Nacional de Itens (BNI) do Enem;
- i) Acompanhamento da aplicação das provas do Enem;
- j) Participação de docentes das IPFES na correção das redações;
- k) Ocorrência de uma pontuação entre 305.94 e 795.14, indicativa de uma média de 623.88 obtida no Enem, em 2013, pelos candidatos a uma vaga na Unifal-MG;

Paralelamente, a referida Comissão considerou aspectos que poderiam contribuir para o aumento dos índices de evasão e retenção em função do processo de democratização de acesso ao Ensino Superior com o aumento do número de vagas e com o uso de Enem como exame de ingresso. Dentre esses aspectos, elencamos:

- a) condição financeira dos acadêmicos;
- b) dispersão de candidatos com pontuação elevada no Enem que poderiam optar por outras universidades;
- c) fragilidades na formação de nível básico (ensino médio);
- d) possibilidade de o acadêmico migrar para outras universidades em função:
  - 1) da própria flexibilidade dada pelo Enem,
  - 2) do menor custo de manutenção ao optarem por uma universidade particular que aderiu ao Prouni e próxima à residência do acadêmico,
  - 3) preocupação dos pais quanto a índices de violência e ao uso abusivo de drogas ilícitas pelos jovens;
  - 4) maior mobilidade interna entre modalidades de cursos (bacharelados e licenciaturas) com a proibição de o estudante poder ocupar 2 (duas) vagas simultaneamente em instituições públicas de ensino superior;
- e) novo perfil de acadêmico com o aumento de oriundos de escola pública e renda familiar menor;
- f) alunos da “era digital”;
- g) alunos com problemas de ordem social.

Considerou, em função desses aspectos, ser necessária uma política institucional de Assistência estudantil, a oferta de suporte psicopedagógico aos alunos, a proposição de ações para acolhida e acompanhamento do acadêmico, a criação de mecanismos de adequação na dinâmica curricular ao novo perfil do graduando, a proposição de estratégias de motivação

para o estudo, a criação de programas de auxílio ao acadêmico como as monitorias e a motivação pelo docente à participação dos graduandos. Ressaltou, ainda, que: a) o Enem e Enade são exames que se apoiam em bases teórico-metodológicas bastante próximas, pautando-se na avaliação por competências e habilidades e b) a exigência da nota do Enem como um dos critérios para participação no Programa Ciência sem Fronteiras evidencia a necessidade de aderir ao Enem como exame de ingresso.

Além disso e não menos importante, a referida Comissão alertou para o fato de que a Unifal-MG não contava, à época, com uma infraestrutura mínima para a realização de um vestibular próprio, recomendando que fosse mantido Enem/SiSU como exame de ingresso em 2014 e 2015.

Não menos relevante, vale citar a Nota Técnica s/nº/2010 - CGRE/DIFES/SESU/MEC que trata da Matriz do Plano Nacional de Assistência Estudantil – Matriz PNAES.

O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) constitui-se de ações de assistência estudantil. Considera a tríade ensino, pesquisa e extensão para o atendimento de alunos matriculados em cursos presenciais nas Instituições Federais de Ensino Superior. Em 2010, o MEC considerou que, com a utilização do Enem como exame de ingresso, forma de ingresso alternativa aos vestibulares, um maior número de graduandos com vulnerabilidade econômica teria mais chances de ingressar na universidade em função da mobilidade característica do SiSU e da gratuidade do exame para alunos da rede pública. Assim, em função da adesão (total ou parcial) das instituições ao SISU e do número de vagas ofertadas pelo novo sistema de seleção, o MEC propôs diferentes percentuais no volume de recursos financeiros para o PNAES/2010 para essas instituições.

O quadro 6 Nota Técnica, a seguir, mostra esses percentuais.

Quadro 6 - Tipo de exame de seleção de alunos/percentual de acréscimo

<b>Percentual de vagas / Forma de Utilização</b>	<b>% de acréscimo</b>
<b>Forma única exclusiva</b>	<b>100%</b>
<b>Percentual superior a 50 % do número de vagas</b>	<b>75%</b>
<b>Percentual superior a 10 % e inferior a 50 % do número de vagas</b>	<b>50%</b>
<b>Utilização do Enem como forma parcial de seleção</b>	<b>50%</b>
<b>Demais casos</b>	<b>25%</b>

Fonte: Nota Técnica s/nº/2010 - CGRE/DIFES/SESU/MEC

No caso, a Unifal-MG, ao aderir ao Enem/SISU com a totalidade de vagas, teve 100% de acréscimo para o PNAES.

## *ii. Adesão à equipe de produção de itens para o Banco Nacional de Itens (BNI)*

Atendendo à Chamada Pública 005/2011, a Unifal-MG aderiu ao Projeto iniciado pelo Inep/MEC e vem, desde 2012, atuando na elaboração e revisão de itens para o Banco Nacional de Itens – BNI. A adesão teve como objetivo elaborar itens para as avaliações do Sistema Educacional Brasileiro, para o Exame Nacional do Ensino Médio – Enem, visando à pré-testagem e posterior incorporação ao BNI. A expectativa do Inep quanto à participação das universidades públicas e institutos federais, por intermédio de seu corpo docente, pautou-se na necessidade de ampliar progressivamente o BNI, “observando a qualidade técnica, pedagógica e psicométrica necessárias para exames de avaliação em larga escala, permitindo a montagem de testes capazes de avaliar com maior precisão a proficiência dos estudantes com total segurança e sigilo” (TERMO DE ADESÃO, 2012).<sup>24</sup>

Uma vez que a Unifal-MG aderiu à equipe de produção, constituiu-se a equipe coordenadora, sendo a coordenação geral, coordenação da áreas de Ciências Humanas e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Linguagem, Comunicação e suas Tecnologias e Matemática e suas Tecnologias (esta foi incluída em 2013).

<sup>24</sup> Conforme termo de adesão entre Unifal-MG e Inep assinado em março de 2012.

Estes coordenadores foram convocados pelo INEP para uma primeira atividade de formação, para que pudessem compreender o sistema do Enem, seus objetivos, modo de construção e aplicações, além de questões relativas aos princípios e uso do sistema do Banco Nacional de Itens (BNI-INEP)

Cada área constituiu uma equipe de trabalho, composta pelo coordenador de área, pelos elaboradores e revisores. Ressalta-se que o revisor pode atuar como revisor pedagógico (interno), revisor externo e revisor INEP.

Os coordenadores (geral e de área) e revisores passaram por treinamentos no Inep, em Brasília, e replicaram o curso de elaboração/ revisão de itens para o BNI na universidade. Além disso, anualmente há encontros no INEP, em Brasília, pra avaliação das atividades, além de oficinas de trabalho.

Ressalta-se que tal curso fora oferecido em várias ocasiões, inclusive como parte do programa para recém-empocados e aberto aos demais professores da Unifal-MG. Destaca-se que houve ampla divulgação do convite para participação nas equipes de trabalho aos professores da instituição. Os professores interessados, obrigatoriamente, precisaram passar pela capacitação para participar das oficinas.

Além disso, todos envolvidos assinaram termos de confidencialidade sobre as produções, assim como de responsabilidade para acesso ao ambiente seguro para produção e envio de itens.

Com a adesão ao BNI, o Inep assegurou recursos financeiros para a compra de equipamentos de informática e de segurança para a montagem de um ambiente seguro em consonância com as orientações da Equipe do Inep a fim de que a Equipe de docentes da Unifal-MG, incluindo docentes dos campi de Poços de Caldas e Varginha, pudesse trabalhar.<sup>25</sup>

Cabe destacar que, com a formação dessa equipe, a partir de 2013, adotou-se, com adaptações, metodologia semelhante para a elaboração e revisão de questões para os concursos vestibulares para ingresso em Cursos EaD e para concursos públicos para técnico-administrativos em educação na Unifal-MG. Para tanto, a cada evento de seleção para ingresso de alunos (EaD) ou de servidores administrativos na Unifal-MG, promove-se uma capacitação com docentes e técnicos. Com isso, houve uma redução expressiva no número de recursos impetrados nesses exames o que parece ser indicativo de uma melhoria nesses processos.

---

<sup>25</sup> Esse ambiente seguro vem sendo utilizado pelas bancas e Comissões de Concurso de TAE e Concursos Vestibulares (EaD).

### ***iii. A Rede Nacional de IPFES***

A Rede Nacional de IPFES (Instituições Públicas Federais de Ensino Superior) foi instituída por meio do edital de Chamada Pública 09/2011, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), ao qual a Universidade Federal de Alfenas –Unifal-MG respondeu indicando um Coordenador Institucional.

A partir de então, foi instituído o Banco de Observadores do INEP, composto por servidores do INEP e Servidores das Universidades e Institutos Federais. O Objetivo REDE IPFES é apoiar o INEP nas atividades de acompanhamento das avaliações e exames da educação básica, produzindo relatórios técnicos sobre a observação de infraestrutura dos locais de prova; da capacitação dos colaboradores; e da qualidade do processo de aplicação.

A Rede da Unifal-MG é composta por um Coordenador institucional e por Agentes que são servidores técnicos e docentes da universidade. A Equipe passou por treinamento (Evento de Alinhamento) a distância e presencial e hoje é composta por cerca de 30 pessoas dos três Campi e atuam nos municípios do entorno da Instituição.

### **EVOLUÇÃO – REDE NIPFES**

Hoje são 73 Instituições cadastradas na RNIPFES.

Os Coordenadores Institucionais têm como principais atribuições:

1. Disseminar as informações recebidas pelo Inep aos agentes da Rede, estabelecendo a interlocução entre a Instituição que representa e o órgão;
2. Ser interlocutor entre o Inep e os agentes;
3. Participar das reuniões técnicas;
4. Consolidar os relatórios dos agentes.

Os Relatórios são descritivos dos fatos ocorridos durante o acompanhamento das capacitações, da aplicação e da infraestrutura.

Os principais resultados fornecidos pela atuação da Rede estão na melhoria e no aprimoramento dos procedimentos de capacitação e aplicação dos exames e avaliações do INEP, na Educação Básica. Tal trabalho contribui para a melhoria contínua e para o alcance da excelência na realização de Exames e Avaliações, verificando se os procedimentos realizados para uma aplicação de provas estão de acordo com as recomendações do Inep.

Os AGENTES, por sua vez, têm a função de representar a imagem do Inep e da Universidade junto às instituições educacionais objeto da observação. Por isso, eles precisam ter capacidade de observar detalhes e extrair informações e preencher os respectivos relatórios.

Assim, há três tipos de observações demandadas pelo INEP: as de Infraestrutura do local de aplicação, as de Capacitação da equipe aplicadora, e as da própria Aplicação dos exames e avaliações.

O primeiro tipo de demanda é voltado para a coleta de informações relativa a infraestrutura arquitetônica e urbanística dos locais de aplicação com objetivo de verificar as condições para aplicação das provas e de acessibilidade para participantes com distintas necessidades de atendimento.

As demandas de Acompanhamento da Capacitação são destinadas à coleta de informações sobre tópicos que devem ser abordados na capacitação das equipes (contratadas pelos consórcios aplicadores), sobre infraestrutura do local utilizado e sobre o perfil do instrutor.

E o terceiro tipo de demanda objetiva à coleta de informações sobre os procedimentos de segurança e de aplicação de provas e sua compatibilidade com as regras estabelecidas pelo Inep, durante a realização dos exames ou avaliações.

Em Minas Gerais, são 187 municípios de Aplicação do Enem/2015.

Para 2016 será lançado novo edital de chamada pública para ampliação da Rede, que prevê o ingresso de novas instituições e também de novos agentes das instituições já participantes, como é o caso da Unifal-MG.

Neste ano de 2015 foi instituído um Comitê de Assessoramento ao INEP composto por coordenadores da Rede, de modo representativo por Região do país e o Sudeste será representando pelo Coordenador da Unifal-MG, um importante espaço de interlocução com a diretoria e presidência do INEP.

#### *iv. eixos de avaliação da utilização do Enem/ SISU*

Feita essa exposição, passamos a abordar **seis eixos** os quais consideramos necessários para o propósito deste relatório.

No **Eixo 01**, tratamos do **Aluno** objetivando delinear o perfil de aluno que ingressa na Unifal-MG ((gênero, idade, raça, egresso de escola pública ou privada, portador de diploma, dentre outros aspectos).

No **Eixo 02**, tratamos da **Universidade Federal de Alfenas**. Neste eixo partimos dos PDI 2011-2015 e do PDI em processo de elaboração, para 2016 a 2020. Indicamos os cursos de graduação e o quantitativo de cursos de pós-graduação oferecidos nos três campi. Citamos, ainda, os programas acadêmicos e institucionais que foram implantados/executados na Unifal-MG, bem como algumas das ações desenvolvidas na dimensão “assistência estudantil”.

No **Eixo 03** - tratamos da inserção e do diálogo da Unifal-MG com a **comunidade** tentando apontar, ainda que de forma preliminar/subjetiva, alguns dos efeitos da adoção do Enem/SISU para Alfenas e região, fazendo um paralelo com o período anterior à utilização do Enem como exame de ingresso.

No **Eixo 04** - tratamos do **Enem/SISU**, buscando analisá-lo em sua dimensão pedagógica, operacional e financeira.

No **Eixo 05** - apresentamos **formas de utilização do Enem/SISU e/ou exames alternativos ao Enem/SISU** por outras instituições de ensino superior, abordando ainda os seguintes aspectos: i) fragilidades e potencialidades do Enem como exame de ingresso; ii) as fragilidades e potencialidades do SISU; iii) fragilidades e potencialidades da utilização de Concurso Vestibular próprio.

No **Eixo 06** - tratamos da **Operacionalização e Trâmites necessários para a realização de um concurso vestibular**.

## **1.5 Eixos de análise do uso do Enem/SISU**

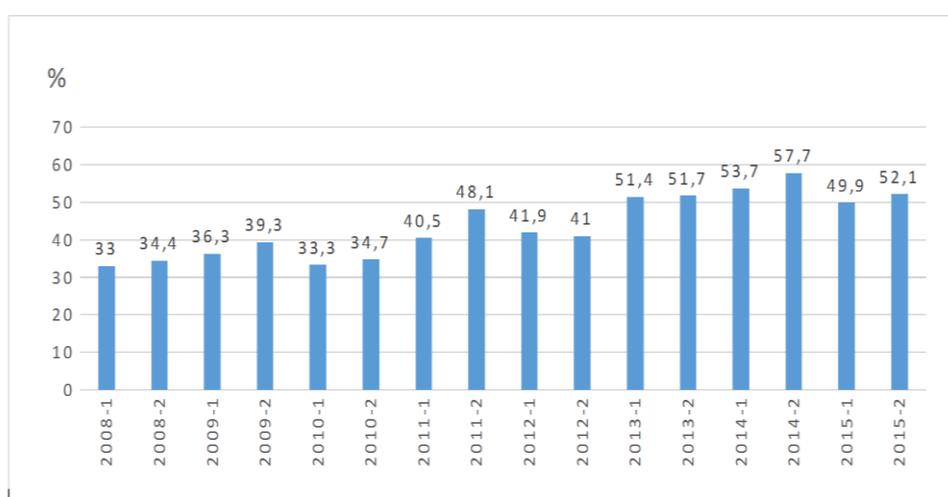
### **1.5.1 - Eixo 1: Aluno**

#### *i. Perfil do aluno ingressante na Unifal-MG*

Consideramos de suma importância conhecer o perfil de aluno que ingressa na Unifal-MG. Para tanto, selecionamos e analisamos dados que podem dar indicativos do perfil de aluno com o qual a Unifal-MG vem trabalhando.

Desde 2010, um número significativo de alunos egressos de escolas público ingressa na Unifal-MG, como se observa no Gráfico 13 a seguir.

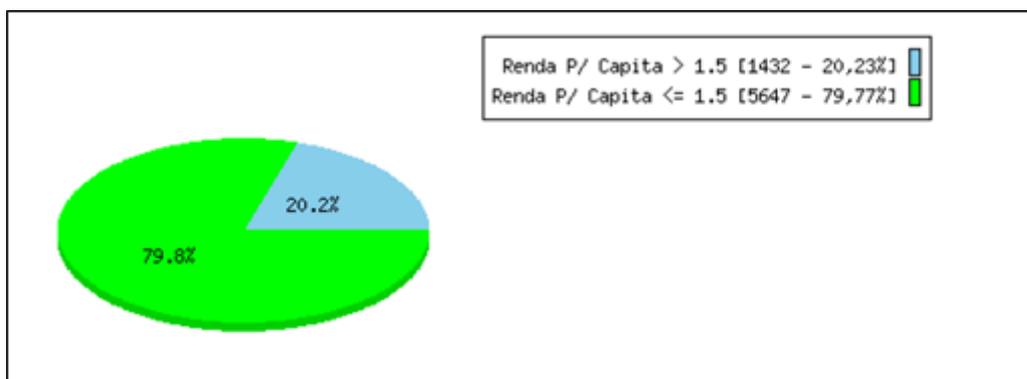
Gráfico 13 - Porcentagem por ano/semestre dos matriculados que concluíram todo o ensino médio em escolas públicas entre o período de 2010 a 2015.



Fonte: Copeve/NTI Unifal-MG

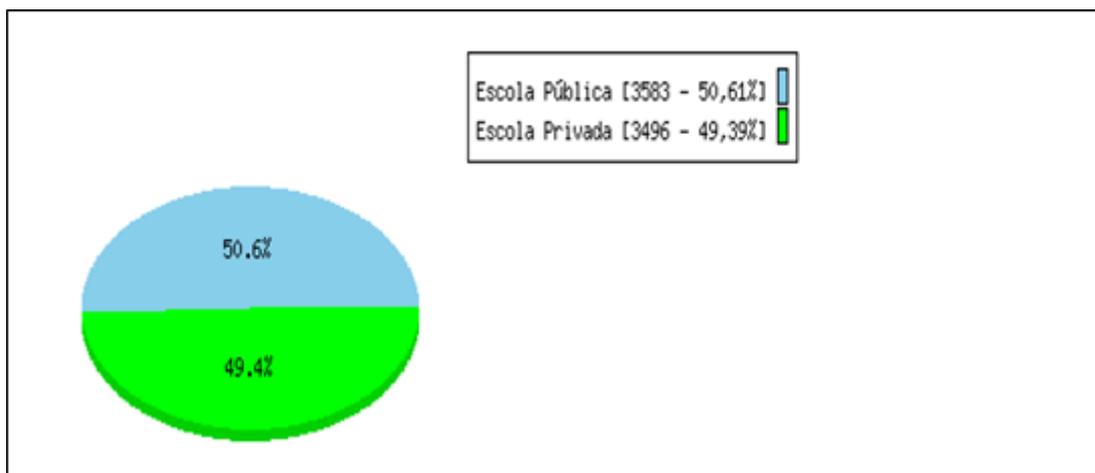
Considerando a Lei nº 12.711/12 de reserva de vagas, que relaciona a renda *per capita* e o tipo de instituição do ensino médio cursado (público/privado), os dados constantes nos Gráficos 14 e 15 revelaram que a maioria dos alunos matriculados pertenciam a classe com renda *per capita* inferior a 1,5 salários mínimos e que a porcentagem de matriculados provenientes do ensino público é próxima à porcentagem de matriculados provenientes do ensino privado, quando anteriormente o maior percentual era oriundo deste último.

Gráfico 14 – Renda *per capita* dos alunos matriculados entre 2010-2 a 2015-2.



Fonte: Copeve/NTI Unifal-MG

Gráfico 15 – Tipo de instituição do ensino médio, todo em escola pública ou todo ou parcialmente em escola privada, dos alunos matriculados entre 2010-2 a 2015-2.

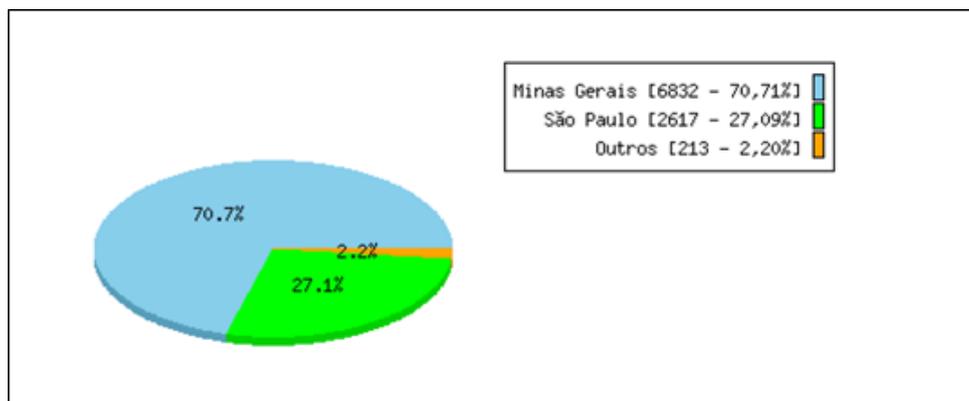


Fonte: Copeve/NTI Unifal-MG

Analisando a formação no ensino médio do conjunto total de alunos observa-se que 50,6% cursaram pelo menos parte do ensino médio na rede pública.

A seguir é apresentada a distribuição de candidatos/matriculados por Unidade Federativa (UF) no processo seletivo de 2010-2 a 2015-2, nos Gráficos 16, 17, 18, 19 e 20, revelando que, mesmo com o SiSU, permaneciam os candidatos da região (MG e SP).

Gráfico 16 - UF candidatos matriculados 2010-2 a 2015-2



Fonte: Copeve/NTI Unifal-MG

Observa-se que a maior dos estudantes da Unifal-MG é oriunda de Minas Gerais (70,7%) e de São Paulo (27,1%). Em termos de mobilidade, ressalta-se que esses alunos não são apenas de Alfenas, Poços e Varginha, mas de diferentes regiões de Minas e São Paulo.

Outro dado relevante é a distância aproximada da residência de origem dos alunos matriculados em relação ao campus onde vão frequentar o curso superior. No Gráfico 17, demonstra-se que quase 32% dos matriculados residem na própria cidade onde se localiza a instituição. Pouco mais de 9% moram a menos de 50 Km de distância e cerca de 27% moram entre 50Km e 200km da universidade, o que mostra que, mesmo com o SiSU, a preferência recai sobre instituições próximas de suas residências.

Gráfico 17 - Distância da residência ao Campus (2010-2015)

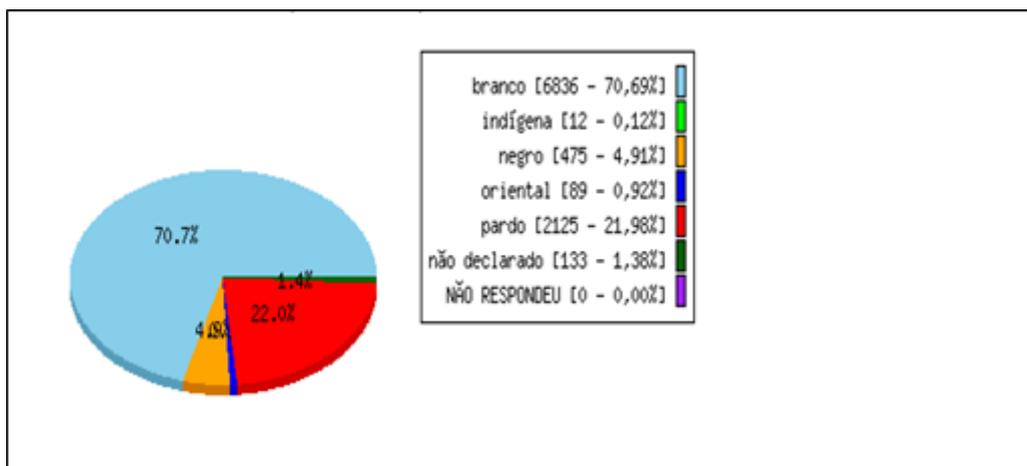


Fonte: Copeve/NTI Unifal-MG

Nos Gráficos de 18 a 29 são apresentados alguns dados coletados no questionário socioeconômico e cultural aplicado aos alunos matriculados de 2010-2 a 2015-2, mostrando o seu perfil na Unifal-MG.

O Gráfico 18 destaca que 70,7% dos matriculados se autodeclararam como brancos, ao passo que pardos somam 22% e negros 4,9%.

Gráfico 18- Autodeclaração da cor-raça-etnia (2010-2015)

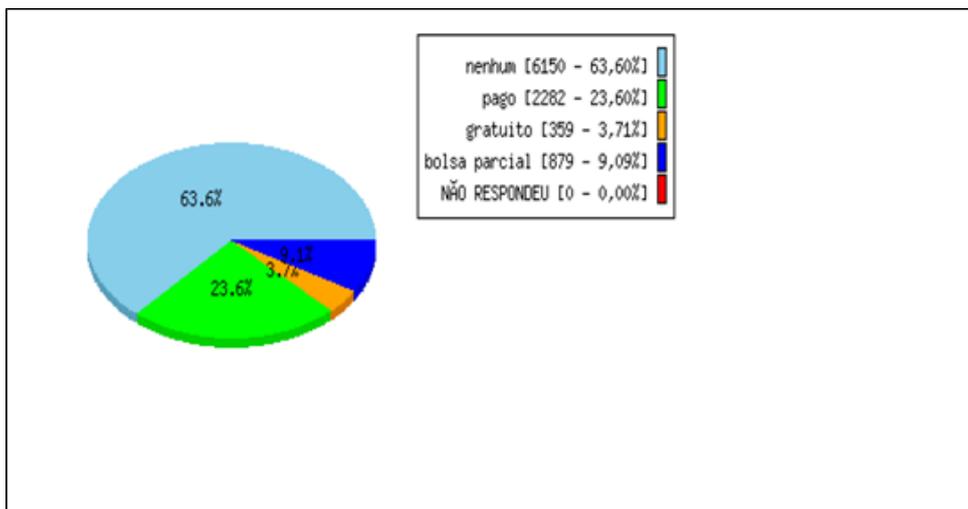


Fonte: Copeve/NTI Unifal-MG

O Gráfico 19 apresenta a informação se o matriculado frequentou cursinho pré vestibular e, se frequentou, o tipo de cursinho. Nesse caso, a maioria (63,6%) não frequentou qualquer tipo de cursinho, e pouco mais de 3,71% participou de cursos gratuitos. 32,69% dos alunos matriculados frequentaram cursinho pago ou com bolsa parcial.

Gráfico 19 - Percentual de matriculados em relação ao tipo de “cursinho” pré-vestibular

(2010-  
2015)

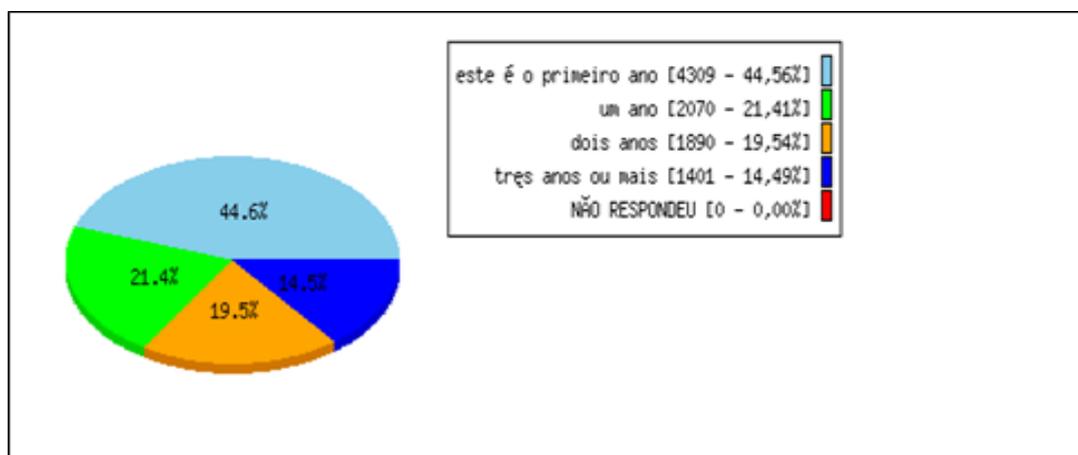


Fonte: Copeve/NTI Unifal-MG

No relatório anterior, 72,13% dos alunos ingressavam sem cursar qualquer cursinho e 2% frequentavam cursinhos gratuitos. Observa-se que houve uma maior procura por cursos preparatórios para o Enem, incluindo os cursos gratuitos (de 2% para 3,71%) visando ao ingresso em um curso de graduação.

Outro dado que caracteriza outro aspecto do perfil do ingressante na universidade é número de tentativas que ele realizou antes de obter sucesso. 44,6% obtiveram sucesso na 1ª tentativa. 21,4% no 2º ano, 19,5% no 3º e 14,5% levaram 3 anos ou mais para obterem sucesso. Esses dados (Gráfico 19) podem ser indicativos de uma maior procura por cursos preparatórios para o Enem.

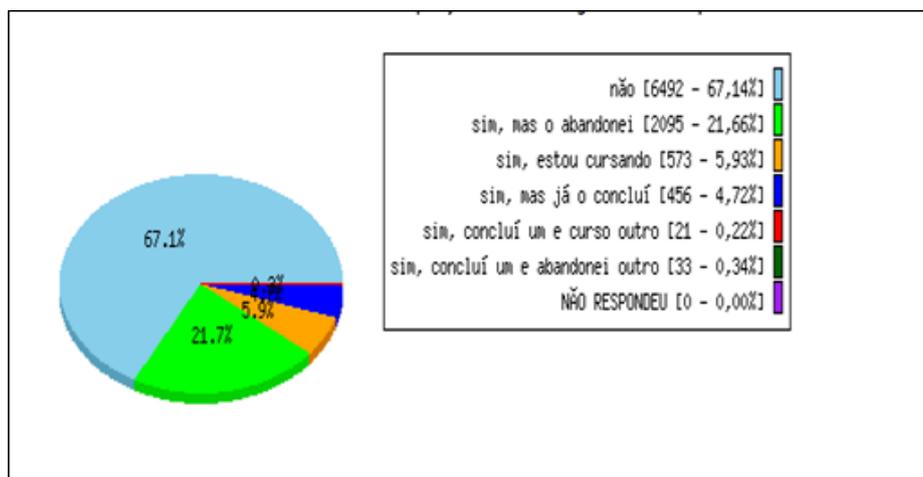
Gráfico 20- Percentual de matriculados em relação às tentativas de ingresso em um curso superior (2010-2015)



Fonte: Copeve/NTI Unifal-MG

No Gráfico 21, destaca-se que 67,1% estão ingressando pela primeira vez em um curso superior e que 2,17% estão entrando pela primeira vez em um curso superior. Comparando com os resultados do relatório anterior, observa-se uma queda de 0,3% em relação aos ingressantes num primeiro curso de graduação e de 1,6% em relação aos que abandonaram o curso. Também se observa que houve um aumento na procura por um segundo curso. No relatório anterior, 0,49% tinha começado ou concluído um outro curso ao passo que 0,56%, dados atuais, ingressaram ou já concluíram um outro curso. Ainda que mínimo, esse dado parece ser indicativo de que há estudantes buscando ampliar sua formação.

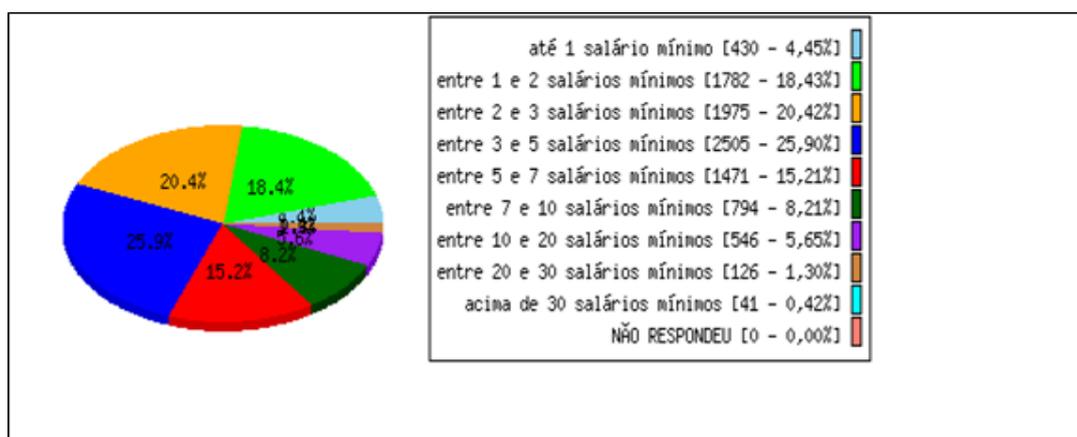
Gráfico 21 - Percentual de matriculados que já iniciaram algum curso superior (2010-2015)



Fonte: Copeve/NTI Unifal-MG

Alunos de classe economicamente desfavorável são a maioria (68,99%). Até 2013, eram 69,2%. Houve um leve aumento do número de alunos que declaram ter renda inferior ou igual a um salário mínimo (4,45% atualmente e 3,82% - 2010-2013) e nas faixas de 2 e 3, 3 a 5 salários mínimos (18,43% e 20,42% atualmente e 21,03% e 27,46% - 2010-2013).

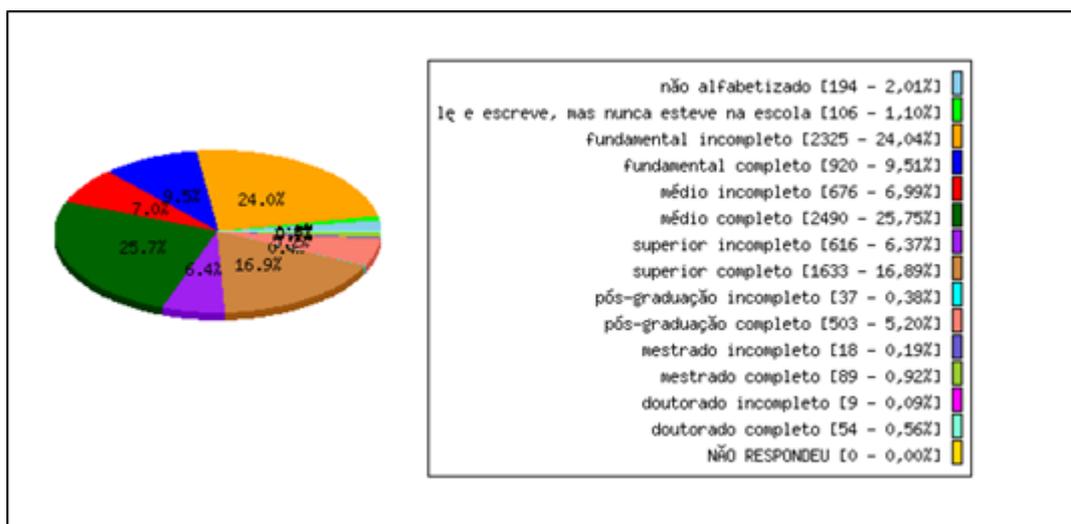
Gráfico 22- Percentual de matriculados em relação à faixa em que melhor se enquadra a renda bruta mensal (sem descontos) do grupo familiar (soma dos rendimentos dos seus pais, irmãos, cônjuge, filhos, etc).



Fonte: Copeve/NTI Unifal-MG

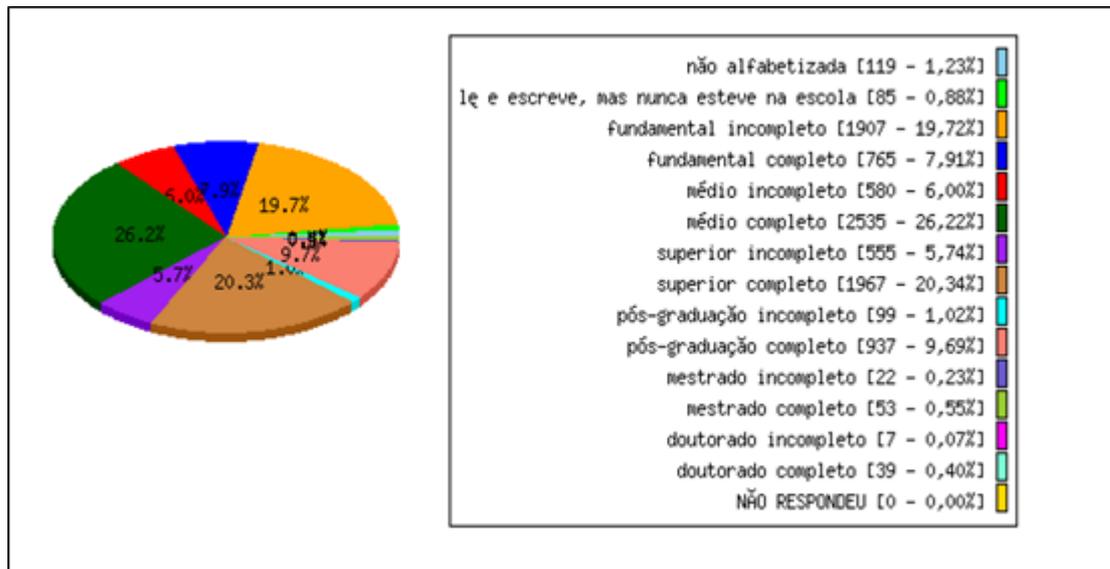
Completando o perfil dos ingressantes, nos gráficos 24 e 25 assinalam-se que o grau de instrução dos pais é baixo, sendo que a grande maioria não chegou a frequentar o ensino superior e que apenas cerca de 20% deles chegaram a concluir esse nível de escolarização, não havendo diferenças significativas no grau de instrução do pai, quando comparado com o da mãe. Comparando com os dados de 2010-2013, observa-se um aumento no número de pais com ensino fundamental incompleto (de 22,41% para 24,0%) e não alfabetizados (de 1,7% para 2,01%), bem como uma redução no número de pais com ensino médio completo (de 26,68% para 25,75%) e com ensino superior completo (de 17,55% para 16,89%). Esses dados evidenciam que os alunos têm pais com escolaridade mínima ou nos níveis iniciais de escolarização. Comparando pai e mãe, os dados evidenciam que as mães possuem maior nível de escolarização.

Gráfico 23 - Percentual de matriculados em relação ao nível de instrução do pai (2010-2015)



Fonte: Copeve/NTI Unifal-MG

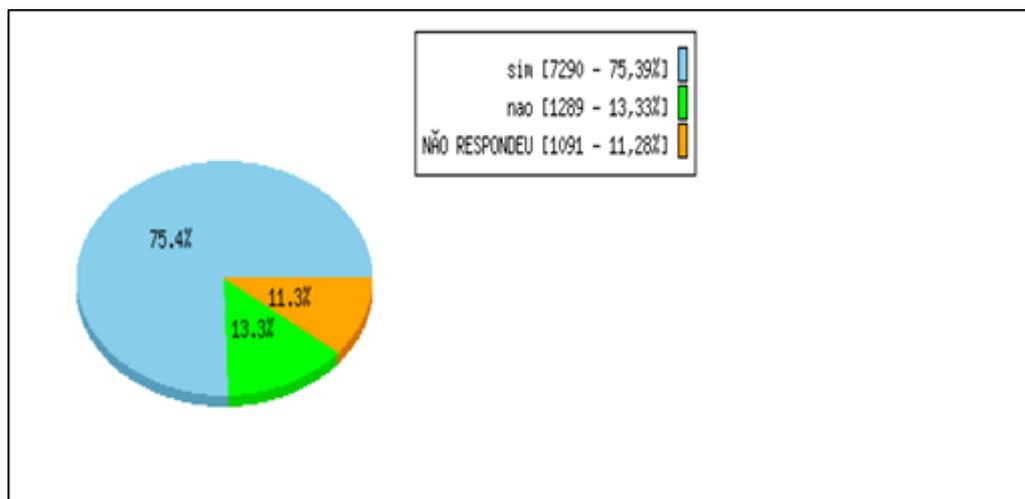
Gráfico 24- Percentual de matriculados em relação ao nível de instrução da mãe (2010-2015)



Fonte: Copeve/NTI Unifal-MG

Depois de apresentados dados da evolução institucional frente ao Enem/SiSU, do perfil dos ingressantes, é bastante pertinente que se faça uma reflexão sobre o modo pelo qual os ingressantes percebem o próprio Exame. Ao perguntar se o Enem estimula o raciocínio, praticamente 75,39% responderam que sim, conforme dados apresentados no Gráfico 25.

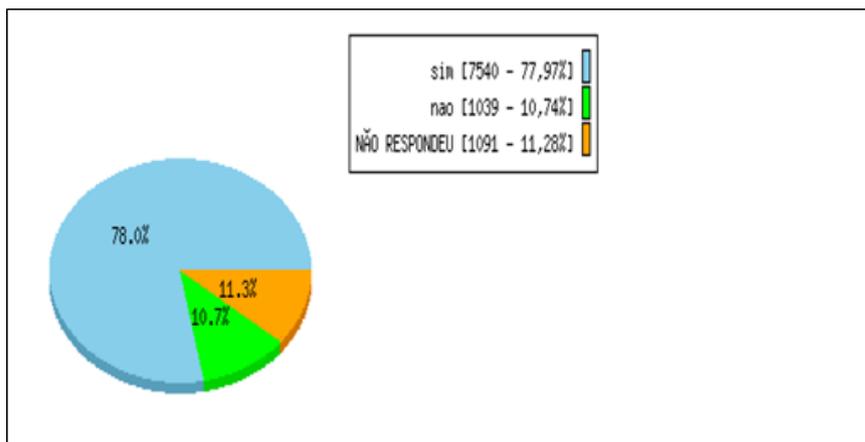
Gráfico 25 - Percentual de matriculados em relação à opinião sobre a capacidade da prova do Enem estimular o raciocínio (2010-2015)



Fonte: Copeve/NTI Unifal-MG

Perguntados se o Enem teria “facilitado” o ingresso do participante na universidade, 77.97% responderam que sim (Gráfico 26).

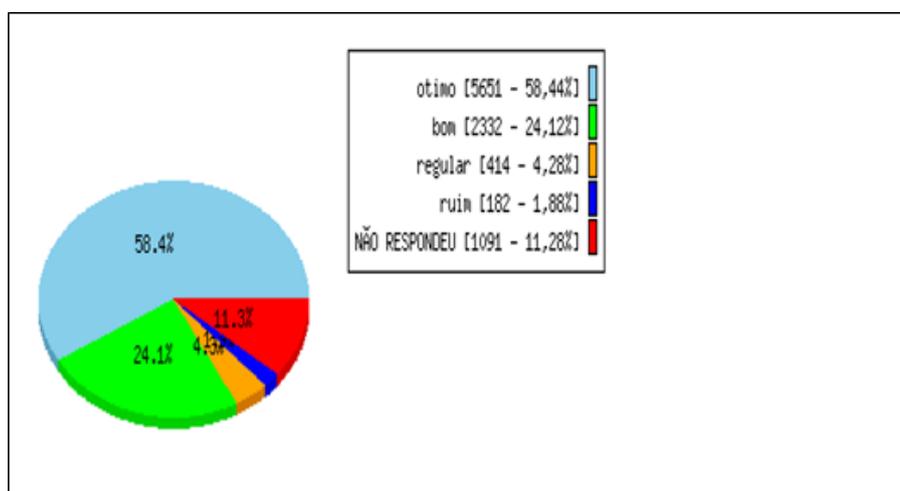
Gráfico 26- Percentual de matriculados em relação à opinião sobre o Enem ter facilitado seu ingresso na universidade pública (2010-2015)



Fonte: Copeve/NTI Unifal-MG

Em 2010-2013, mais de 90% consideraram a iniciativa da Unifal-MG positiva em relação à forma de ingresso via Enem/SiSU. Os dados atuais indicam que 82,5% acreditam ser positivo. Porém, se antes 2,5% consideram ruim, atualmente esse número caiu para 1,88%.

Gráfico 27 - Percentual de matriculados em relação à opinião sobre a opção da Unifal-MG pelo Sistema de Seleção Unificada e Enem (2010-2015)

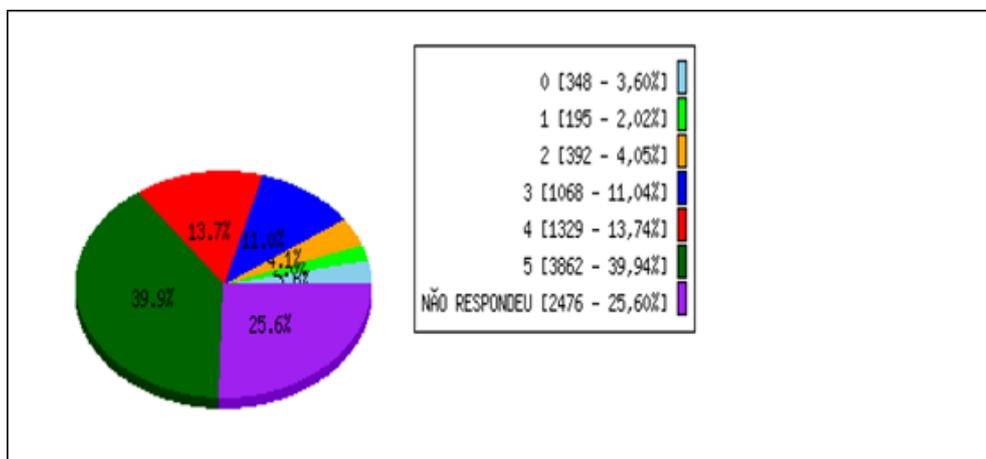


Fonte: Copeve/NTI Unifal-MG

São apresentados 3 gráficos abaixo, sendo apenas 2 relacionados à importância dada à participação no Enem. As opiniões sobre o grau de importância dos motivos que levaram o candidato a participar do Enem são destacadas nos Gráficos 29 e 30, sendo a escala de zero a cinco, na qual zero indica nenhuma importância e 5 indica muita importância.

No primeiro deles, pergunta-se se o Exame objetiva testar seus conhecimentos, ao que mais da metade considera que sim (nota 5).

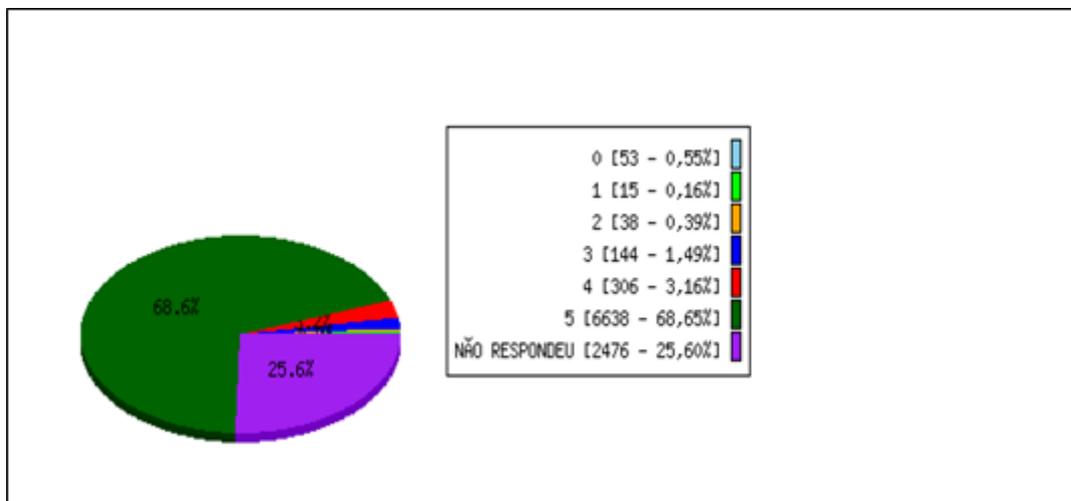
Gráfico 28 - Percentual de matriculado que considera o Enem um exame elaborado para testar conhecimentos (2010-2015)



Fonte: Copeve/NTI Unifal-MG

Além de boa parte dos participantes ter afirmado que considera o Enem uma prova para testar conhecimentos, praticamente todos entendem o Exame como a forma de prosseguir os seus estudos em nível superior (Gráfico 28).

Gráfico 29 - Percentual de matriculados que consideram o Enem um exame que permite prosseguir os estudos no Ensino Superior

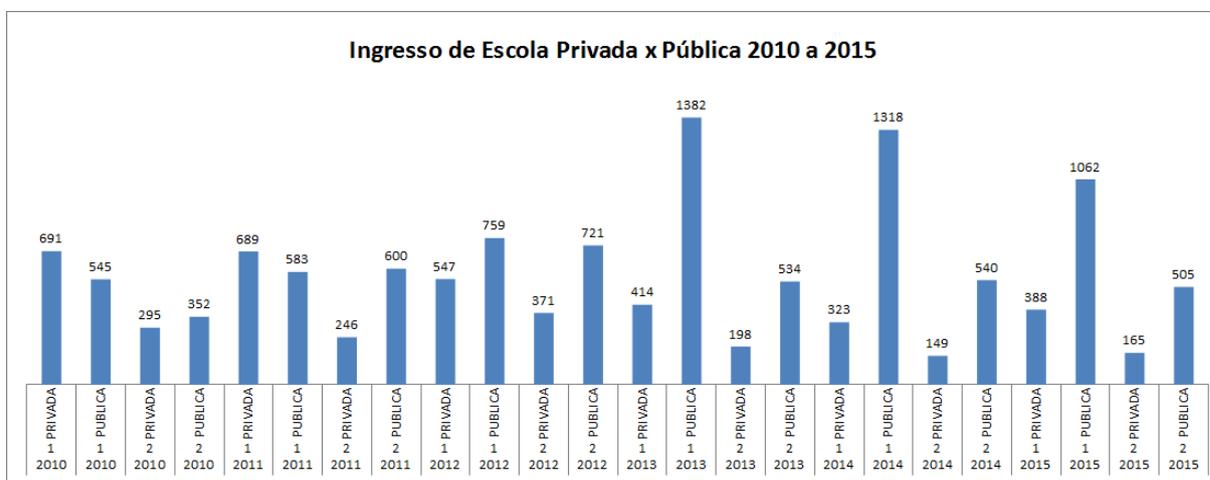


Fonte: Copeve/NTI Unifal-MG

Finalizando a seção, julgamos relevante apresentar um comparativo entre ingressantes nos segmentos:

- 1) ampla concorrência;
- 2) Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012);
- 3) Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012);
- 4) Candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012);
- 5) Candidatos que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).

O Gráfico 30 apresenta os dados de 2010, quando ocorreu o ingresso pelo Enem/SiSU pela primeira vez, na Unifal-MG, até 2015.



Fonte: Copeve/NTI

Observa-se que ocorre maior número de ingressantes da rede pública em relação ao número de alunos da rede privada nos cursos que oferecem o primeiro período no 2º semestre letivo. No primeiro semestre, o movimento é inverso: há um aporte maior de alunos da rede privada. Observa-se, ainda que, a partir de 2012, o número de alunos da rede pública supera o número de alunos da rede privada. Em 2013, o número de ingressantes da rede pública, no 1º semestre, é exatamente o dobro do número de alunos da rede particular, em 2010.

A análise dos dados evidencia que, a partir de 2011, o número de alunos da rede privada é menor do que o número de alunos da rede pública, porém, a partir de 2015, o número de alunos da rede privada volta a crescer.

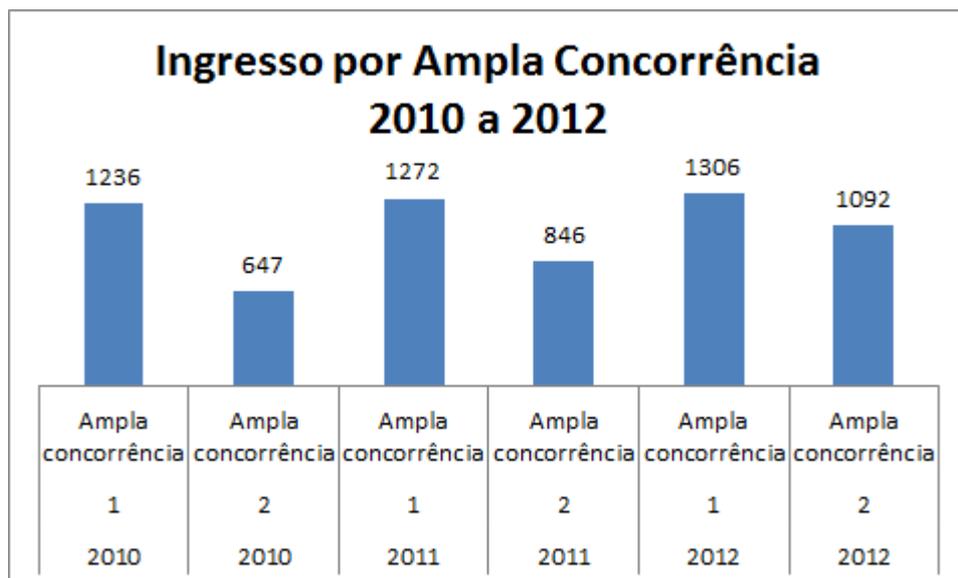
Quadro 7 - Número de alunos matriculados egressos da rede privada - 2010-2015

Ano	Número de matriculados (1º + 2º semestre)
2010	986
2011	935
2012	918
2013	612
2014	472
2015	553

Fonte: Copeve/NTI

Esse aumento pode ser atribuído à implantação do Curso de Medicina. Os dados coletados, porém, não possibilitam afirmar categoricamente a razão desse aumento.

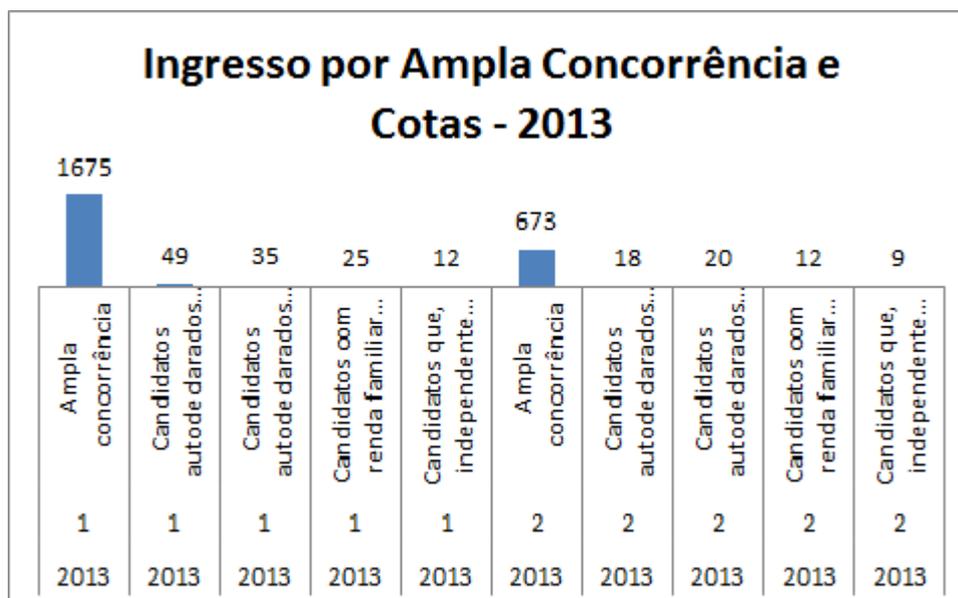
O gráfico 31 mostra o número de ingressantes na Categoria Ampla Concorrência, no período de 2010 a 2012, tendo em vista que inexistia a legislação referente a cotas sociais e raciais.



Fonte: Copeve/NTI

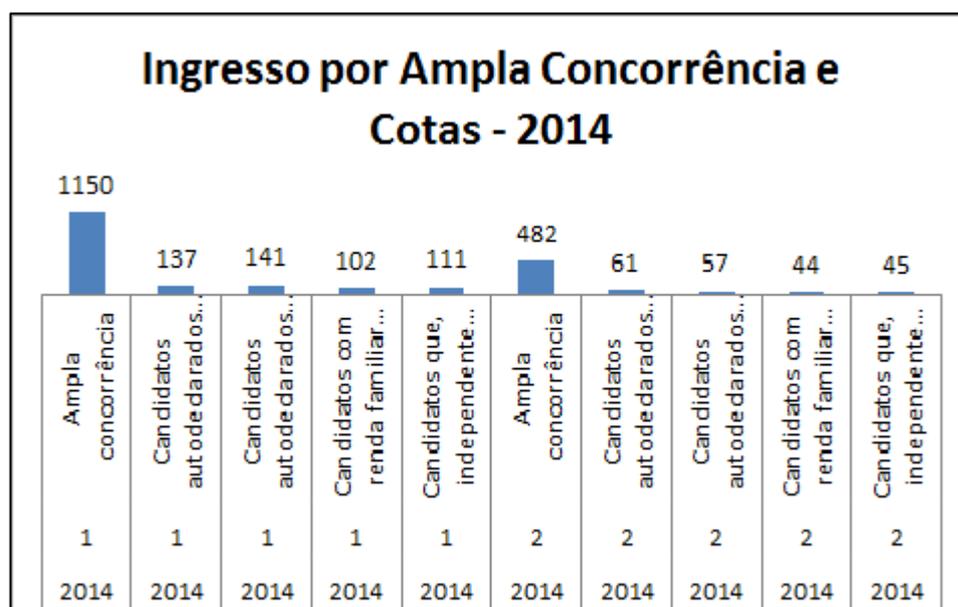
Os Gráficos 32, 32 e 34 a seguir mostram a distribuição dos alunos conforme a categoria em que se matricularam.

Gráfico 32



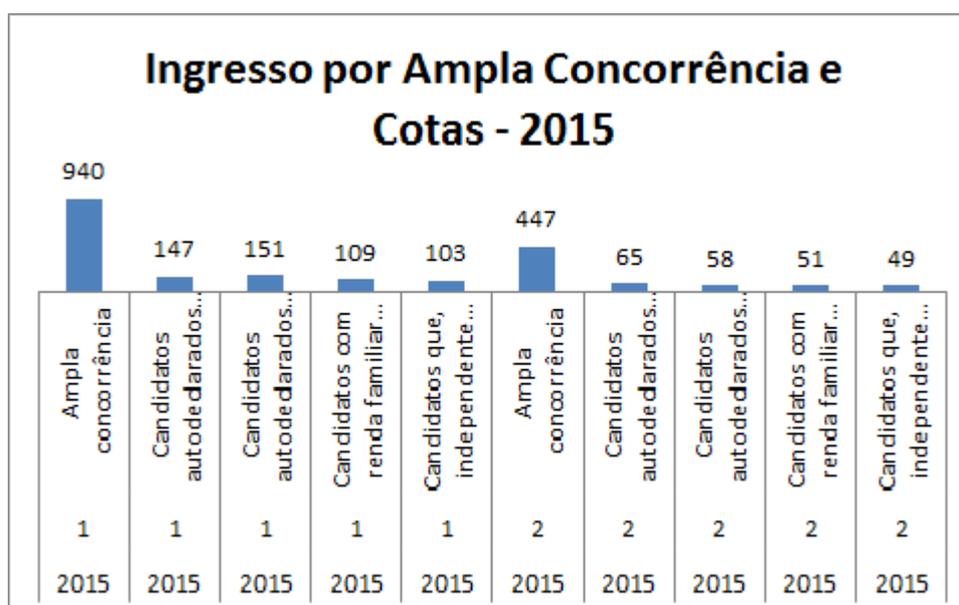
Fonte: Copeve/NTI

Gráfico 33



Fonte: Copeve/NTI

Gráfico 34



Fonte: Copeve/NTI

Comparando os dados dos gráficos 32, 33 e 34, a análise evidencia que, progressivamente, está havendo uma crescente ocupação das vagas destinadas a alunos nas categorias cotas sociais e raciais. Esses dados revelam que o Enem/SiSU vem fortalecendo os princípios da democratização ao acesso ao ensino superior e, paralelamente, estão ingressando numa instituição federal alunos que antes tinham menor chance de fazê-lo. A longo prazo, essa taxa de ocupação pode significar uma mudança na sociedade brasileira. Para a Unifal-MG, esses dados reforçam a necessidade de promover ações que contribuam para a permanência e o sucesso desses alunos, considerando, ainda, nessas ações, alunos que ingressaram na categoria ampla concorrência, mas que também necessitam desse acompanhamento.

## *ii. Democratização do acesso a instituições públicas de ensino*

Nos últimos doze anos, observam-se esforços em direção à expansão e democratização do acesso ao ensino superior, tanto público quanto privado. Catani e Hey (2007) observam que o o ensino superior público federal tem sido valorizado. Viabilizado em 2007, o REUNI, como já se mencionou, tinha como metas aumentar a qualidade dos cursos, expandir o acesso a eles, ampliar o número de matrículas e otimizar a estrutura física e os recursos humanos das universidades federais. Também tinha como objetivos elevar a taxa de conclusão média dos

cursos de graduação presenciais para 90%, reduzindo, assim, as taxas de evasão (CATANI; HEY, 2007). Também criado em 2007, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) tem como função apoiar os alunos carentes das instituições federais de ensino superior, buscando sua permanência. Prevê auxílio à moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital e atividades de cultura, esportes, creche e apoio pedagógico.

A graduação tem se tornado mais acessível, em função do crescimento do número de vagas, de estabelecimentos de ensino e de cidades contempladas com novos campi, além da oferta de cursos noturnos e das políticas afirmativas para segmentos subalternizados. A consequência disso é a constituição de um corpo discente diversificado, composto (ZAGO, 2006). Portanto, são inegáveis os avanços quanto à democratização do ensino superior. As políticas e programas em curso têm promovido o acesso das classes populares a este nível de ensino, buscando reduzir desigualdades sociais e corrigir o caráter elitista das universidades públicas.

No entanto, mais que expandir, é necessário assegurar o acesso e a permanência nestas vagas, pois, caso contrário, não se observa uma democratização de fato. O REUNI promoveu o crescimento do número de vagas e matrículas, mas não garantiu redução expressiva da evasão. É necessária uma reflexão sobre a permanência no ensino superior, visto que a evasão possui números significativos. Segundo Nadir Zago, “uma efetiva democratização da educação requer certamente políticas para a ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, em todos os seus níveis, mas requer também políticas voltadas para a permanência dos estudantes no sistema educacional de ensino” (ZAGO, 2006, p. 228).

## **1.5.2 - Eixo 2: Universidade**

### ***i. Plano de Desenvolvimento Institucional***

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é o instrumento de planejamento e gestão que considera a identidade da Unifal-MG no que diz respeito a sua filosofia de trabalho, a missão a que se propõe, os seus valores e a sua visão de futuro, materializados nos objetivos estratégicos e suas respectivas metas.

Buscamos alguns princípios orientadores na construção do PDI, destacando os indicados no Decreto n. 5.773 de 09 de maio de 2006, o qual apresenta instruções para elaboração do PDI, como: clareza, objetividade, coerência e factibilidade, uma vez que o PDI

é o documento norteador da instituição e não meramente um documento para constar nos registros. O referido decreto 5.773 estabelece também os eixos temáticos essenciais para construção do PDI, sendo eles: perfil institucional, incluindo a missão, objetivos e metas; projeto pedagógico institucional (PPI); cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e dos cursos; perfil docente; organização administrativa; políticas de atendimento aos discentes; infraestrutura; avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional e aspectos financeiros e orçamentários.

Ressalta-se que a Portaria MEC 4.361 de dezembro de 2004 dispõe sobre a necessidade do Plano de Desenvolvimento Institucional para o credenciamento e credenciamento das Instituições de Ensino Superior, destacando a necessidade de previsão dos novos cursos.

No PDI, constitui missão da Unifal-MG promover a formação plena do ser humano com base nos princípios da reflexão crítica, da liberdade de expressão, da solidariedade nacional e internacional, comprometendo-se com a justiça, a inclusão social, a democracia, a inovação e a sustentabilidade socioambiental, gerando, sistematizando e difundindo o conhecimento.

Tem como visão o fortalecimento dos seus *campi* e ser reconhecida por sua qualidade acadêmica, científica e crítico-cultural, inserindo-se no contexto internacional, em seis valores fundamentais: Excelência, ética, inovação, sustentabilidade, transparência e pluralidade.

Os objetivos do PDI foram estrategicamente divididos em cinco áreas, nas quais são agrupadas as metas, sendo elas: Ensino, Pesquisa, Extensão, Qualidade de Vida e Gestão Universitária.

Atualmente, está em fase de elaboração o PDI para 2016-2020.

A Unifal-MG oferece, hoje, no campus Alfenas, os seguintes cursos: Biomedicina, Biotecnologia, Ciência da Computação, Ciências Biológicas (Bacharelado e licenciatura), Ciências Sociais (Bacharelado e licenciatura), Enfermagem, Farmácia, Física (licenciatura), Geografia (Bacharelado e licenciatura), História (licenciatura), Letras (licenciatura), Matemática (licenciatura), Medicina, Nutrição, Odontologia, Pedagogia e Química (Bacharelado e licenciatura). No campus Poços de Caldas, oferece Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, Engenharia Ambiental, Engenharia de Minas e Engenharia Química. No campus Varginha, oferece Bacharelado Interdisciplinas em Ciência e Economia, Administração Pública, Ciências Atuariais e Ciências Econômicas com Ênfase em Controladoria. Na modalidade EaD, na modalidade licenciatura, os cursos são Ciências Biológicas, Química e Pedagogia.

Com a expansão, com a ampliação de vagas e o conseqüente aumento do número de docentes e servidores, o número de cursos de Pós-Graduação também cresceu, conforme se observa no Quadro 8, referente à dimensão “pesquisa”.

Quadro 8 - Evolução do número de pós-graduandos - mestrado e doutorado de 2005 a 2014.

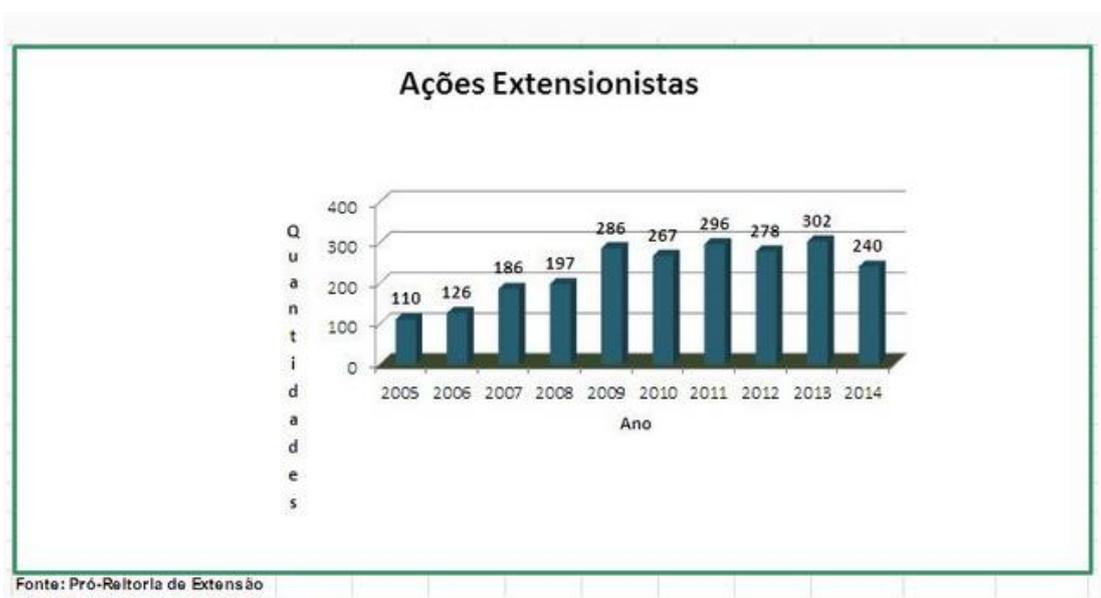
Pós-graduação / Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Mestrado	1	1	1	2	3	4	7	11	13	16
Doutorado	0	0	0	0	1	1	1	2	3	3
Matriculados	7	14	26	44	63	85	164	277	286	391

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Esse incremento se deve, em certa medida, ao aumento dos cursos novos que possibilitou a ampliação do número de docentes com título de doutorado, em especial. Ressalte-se um aspecto positivo com esse crescimento para os cursos de graduação: o aluno ingressante, com potencial para a pesquisa, vislumbra a possibilidade de percorrer um caminho formativo na própria Unifal-MG, permanecendo vinculado à instituição.

O gráfico 36 a seguir trata da dimensão “extensão”.

Gráfico 36 - Evolução do número de ações de extensão



Percurso semelhante é observado na dimensão “extensão”. Ainda que tenha havido uma queda de 20,5% no número de ações de extensão em 2014, em relação a 2013, cabe ressaltar que parte do apoio financeiro dado a essas ações proveio de recursos do PNAES como consequência da adesão da Unifal-MG ao Enem/SISU como forma única de ingresso.

A criação de novos cursos de graduação e de pós-graduação é uma possibilidade que figura no PDI 2011-2015 e nos estudos para a elaboração para o PDI 2016-2020. Nesse sentido, o Enem/SiSU, se mantidas as atuais exigências para a participação em determinados programas federais, é um aspecto que poderia ser considerado nas discussões para a proposição do PDI 2016-2020.

## **ii. Breve histórico da Unifal-MG**

A Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG) foi fundada em 1914 como Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas (Efoa) e constituída sob a forma de Autarquia, em Regime Especial, pelo Decreto nº70.686/72.

A federalização da Efoa ocorreu em 1960 (Lei 3.854, de 18 de dezembro de 1960), tendo em sua direção o professor Paulo Passos da Silveira e em 1972 se transforma em Autarquia de Regime Especial por meio do Decreto nº 70.686 ( 07 de junho de 1972), a qual favoreceu a implantação do curso de Enfermagem e Obstetrícia (autorizado pelo Parecer nº 3.246, de 5 de outubro de 1976 e Decreto nº 78.949, de 15 de dezembro de 1976 e reconhecido pelo Parecer do CFE nº 1.484/79, Portaria MEC nº 1.224, de 18 de dezembro de 1979.

A Efoa se manteve com seus três cursos até 1999, quando foram implantados os cursos Nutrição, Ciências Biológicas e a Modalidade Fármacos e Medicamentos, para o curso de Farmácia, todos autorizados pela Portaria do MEC 1.202, de 03 de agosto de 1999, e iniciados em 2000.

A partir das ampliações dos cursos e da visão da instituição, realizou-se a mudança para Centro Universitário Federal (Efoa/Ceufe) um ano após início dos novos cursos (Portaria do MEC nº 2.101, de 1º de outubro de 2001.A Efoa/Ceufe se preocupou não apenas com a expansão nos cursos presenciais, mas também nos cursos a distância de graduação e especialização, criando, em fevereiro de 2004, o Centro de Educação Aberta e à Distância – CEAD.

Em novembro de 2004 a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, recomendou o Programa de Pós-graduação (mestrado) em Ciências Farmacêuticas, iniciando estas atividades em agosto de 2005, com duas áreas de concentração.

Antecedendo o início do mestrado, a Efoa-Ceufe se transformou em Universidade Federal de Alfenas – Unifal-MG, por meio da Lei Federal nº 11.154 de 29 de julho de 2005.

No ano de 2006, como resultado da participação da Unifal-MG no Programa de Expansão do Ensino Superior coordenado pelo MEC, criaram-se os cursos de Ciência da Computação, Física (Licenciatura), Matemática (Licenciatura) e o curso de Pedagogia, além da ampliação do número de vagas do curso de Química – Bacharelado (de 20 para 40 alunos).

Dando sequência ao processo de expansão universitária, em 2007, implantaram-se os cursos de Química - Licenciatura, Geografia – Bacharelado e Licenciatura, Biotecnologia, as ênfases Ciências Médicas e Ciências Ambientais no curso de Ciências Biológicas e ampliou-se a oferta de vagas para o curso de Nutrição. Destaca-se que, em 2006, criaram-se 445 vagas e, em março de 2007, o número de alunos matriculados chegou a 1779, sendo que 293 (16,5%) dos matriculados estavam no período noturno.

As tendências de expansão das Instituições Federais de Ensino Superior, aliadas às demandas regionais do Sul de Minas, levaram a Unifal-MG, em 2009, a criação de dois novos campi, nas cidades de Varginha e Poços de Caldas, além de outro em Alfenas-MG.

O cenário político-social da região do Sul e Sudeste de Minas Gerais propiciou as discussões entre as universidades federais, resultando, em junho de 2011, na aprovação à participação da Unifal-MG no consórcio pelo Conselho Universitário.

A Unifal-MG, aos 100 anos, é reconhecida atualmente como instituição de Ensino Superior de destacada qualidade, com bons resultados em seus cursos de graduação e pós-graduação, apresentando para os próximos anos oportunidade de crescimento e de melhoria de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica.

Os Quadros 9, 10 e 11, a seguir, são indicativos dessa qualidade e reconhecimento.

Quadro 9 - Conceito preliminar de curso da Unifal-MG

CONCEITO PRELIMINAR DE CURSO			
Ano	Grau	Curso	CPC
2011	Bacharelado	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	4
	Licenciatura	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	4
	Bacharelado	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	4
	Licenciatura	FÍSICA	4
	Bacharelado	GEOGRAFIA	3
	Licenciatura	GEOGRAFIA	3
	Licenciatura	MATEMÁTICA	5
	Licenciatura	PEDAGOGIA	4
	Bacharelado	QUÍMICA	4
	Licenciatura	QUÍMICA	5
2013	Bacharelado	BIOMEDICINA	4
	Bacharelado	ENFERMAGEM	5
	Bacharelado	FARMÁCIA	4
	Bacharelado	FISIOTERAPIA	5
	Bacharelado	NUTRIÇÃO	4
	Bacharelado	ODONTOLOGIA	3

Fonte: Sistema e-MEC

Quadro 10 - Conceito dos Cursos - avaliação Inep

2011	Bacharelado	BIOTECNOLOGIA	4
	Bacharelado	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	5
	Licenciatura	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	4
	Bacharelado	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	4
	Bacharelado	GEOGRAFIA	4
	Licenciatura	GEOGRAFIA	4
	Licenciatura	MATEMÁTICA	4
	Licenciatura	PEDAGOGIA	4
	Licenciatura	QUÍMICA	4
	Licenciatura	CIÊNCIAS SOCIAIS	4
2012	Bacharelado	FISIOTERAPIA	4
	Licenciatura	HISTÓRIA	4
	Bacharelado	ENGENHARIA QUÍMICA	4
2013	Bacharelado	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	4
	Bacharelado	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	4
	Bacharelado	CIÊNCIAS SOCIAIS	3
2014	Bacharelado	ENG. AMBIENTAL	4
	Bacharelado	ENGENHARIA DE MINAS	5
	Bacharelado	INTER. EM CIÊNCIA E TECNOLOG	4
	Bacharelado	CIÊNCIAS ATUARIAIS	4
	Bacharelado	INTER. EM CIÊNCIA E ECONOMIA	4
2015	Licenciatura	LETRAS	4

Fonte: Sistema e-MEC

Quadro 11- Conceito Enade - Cursos avaliados

CONCEITO ENADE			
Ano	Área de Enquadramento	Nota Contínua do Enade	Conceito Enade
2013	ODONTOLOGIA	2,9421	3
	FARMÁCIA	4,1863	5
	ENFERMAGEM	4,1949	5
	NUTRIÇÃO	3,3026	4
	FISIOTERAPIA	4,2666	5
	BIOMEDICINA	3,8162	4
2011	BIOLOGIA (BACHARELADO)	3,1133	4
	BIOLOGIA (LICENCIATURA)	3,3500	4
	COMPUTAÇÃO (BACHARELADO)	3,6265	4
	FÍSICA (LICENCIATURA)	2,9252	3
	GEOGRAFIA (BACHARELADO)	3,0957	4
	GEOGRAFIA (LICENCIATURA)	3,0687	4
	MATEMÁTICA (LICENCIATURA)	4,4370	5
	PEDAGOGIA (LICENCIATURA)	3,4944	4
	QUÍMICA (BACHARELADO)	3,1265	4
QUÍMICA (LICENCIATURA)	4,1545	5	
2010	ODONTOLOGIA	3,3221	4
	FARMÁCIA	4,4654	5
	ENFERMAGEM	4,5352	5
	NUTRIÇÃO	3,9271	4
	FISIOTERAPIA		SC
	BIOMEDICINA		SC
Fonte: INEP			

Uma análise posterior em relação a esses dados é necessária haja vista que ainda não houve a divulgação dos conceitos obtidos em Cursos com concluintes que ingressaram na Unifal-MG pelo Enem/SiSU.

Ressalte-se que, paralelamente à expansão das instituições federais de ensino, houve um aumento na proposição e seleção de projetos e programas junto a agências de fomento e órgãos governamentais, bem como a adesão e implantação de programas institucionais na Unifal-MG.

Dentre eles, no período de 2010 a 2015, elencamos, no Quadro 12, alguns dos principais programas e ações executados ou em execução na Unifal-MG a partir de 2010.

Quadro 12 - Ações e programas institucionais e interinstitucionais voluntárias ou com bolsas ou com ou sem o apoio de agências de fomento/ órgãos governamentais

Programa	Público atendido/envolvido
Prodocência	400
Projeto Institucional de Formação Continuada	2.250 professores da rede pública e 08 professores em formação inicial
Criação de novos grupos PET	05 tutores e 40 bolsistas em 2010 10 tutores e 120 bolsistas a partir de 2011
LIFE – lab. de Práticas Educativo-lúdicas e o uso de ferramentas digitais	175 alunos da rede pública
Pibid	215 acadêmicos bolsistas (2015) 40 supervisores bolsistas (2015) 18 coordenadores de área e 3 de gestão (bolsistas) (2015)
Idiomas sem Fronteiras/NUCLI	1270 pessoas atendidas (servidores e alunos) (curso de inglês e TOEFL)
Ciências sem Fronteiras	429 estudantes (2012-2015)
Mobilidade acadêmica	03 alunos em 2010 32 alunos 2011 a 2015
Convênio BRASCOL	04 estudantes (2015)
Convênio Unifal-MG/ Univ. de Lisboa	02 estudantes
Convênio Unifal-MG/ Univ. do Porto	01 estudante
Programas e projetos de extensão (Proext - MEC/Sesu)	19 (2011-2015)
Programas e projetos de extensão (Probext - financiamento Unifal-MG)	319 (2011-2015)
Programas e projetos de extensão (com ou sem apoio financeiro direto)	101 programas e 604 projetos (total geral de 2011 a 2015)
Projetos de Iniciação Científica (voluntário)	242 concluídos ou em andamento (2013 a 2015)
Projetos de Iniciação Científica com bolsa (Fapemig, Cnpq, Capes...)	722 concluídos ou em andamento (2013-2015)
Bolsas pós-graduação	* não informado

Acrescem-se a esses dados os auxílios oferecidos aos estudantes inseridos no Programa de Assistência Estudantil da Unifal-MG.

Trabalhando no sentido de apoiar os estudantes, a Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG) criou em 2010, a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PRACE), órgão responsável pelo planejamento, execução e avaliação de políticas e programas de apoio e assistência estudantil, com o objetivo de promover o bem-estar e os meios necessários à permanência dos discentes, sobretudo àqueles em condições de vulnerabilidade socioeconômica.

As políticas de atendimento aos discentes da Unifal-MG estão em consonância com o PDI Institucional. Os Programas de Assistência Estudantil, desenvolvidos pela PRACE, são destinados aos alunos regularmente matriculados nos cursos presenciais oferecidos pela universidade, adotando-se estratégias que buscam favorecer a qualidade do desempenho acadêmico, a formação integral do educando com ações focadas na redução da evasão universitária. Estes Programas estão amparados pelo *Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010 que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES* e pela Resolução 019/2014 de 06 de fevereiro de 2014 do Conselho Superior da Unifal-MG (CONSUNI). A Resolução 019/2014 regulamenta os Programas de Assistência Estudantil oferecidos pela Unifal-MG, sob a responsabilidade da PRACE, bem como a adequação da verba PNAES para atender aos estudantes que pleiteiam os auxílios oferecidos.

O processo de seleção dos alunos beneficiados é feito por meio de análise socioeconômica, via editais, em que os estudantes são classificados ou não dentro de um perfil preestabelecido. De acordo com esta classificação os selecionados podem receber os seguintes benefícios:

1. Auxílio Permanência – de natureza social tem por finalidade conceder ao estudante suporte financeiro para sua permanência no curso de graduação, contribuindo para as despesas com moradia e transporte. Em 2011, este auxílio então denominado “Bolsa Atividade” foi oferecido a 406 alunos, que tinham de desenvolver uma atividade como contrapartida. Em 2014, já com a denominação de Bolsa Permanência o número de estudantes beneficiados passou para 1.268 estudantes, sem a obrigatoriedade de desenvolver atividades de contrapartida.
2. Auxílio Alimentação – concedido a todos os estudantes classificados dentro do perfil de vulnerabilidade socioeconômica. Este auxílio consiste na gratuidade para três refeições diárias nos restaurantes universitários ou em pecúnia para os

estudantes de *campi* onde ainda não foi implantado o RU. O número de estudantes assistidos por este auxílio cresceu 25% entre os anos de 2011 e 2014 no que se refere às refeições servidas nos *campi* onde existe RU. O valor pago em pecúnia para subsidiar este auxílio nos *campi* sem RU passou de R\$100,00/mês em 2011 para R\$165,00/mês em 2014.

3. Auxílio-Creche – consiste em subsídio mensal em pecúnia por criança, filho de estudante, com idade inferior a 6 (seis) anos. No período de 2011 a 2014 houve um aumento no valor deste tipo de auxílio de R\$50,00/mês para R\$100,00/mês. A média de estudantes atendidos por mês passou de 17 para 66, respectivamente.
4. Auxílio Moradia – consistia em um subsídio mensal em pecúnia, no valor de R\$ 300,00/mês oferecidos exclusivamente para os estudantes oriundos de outras cidades, mediante comprovação de pagamento de aluguel na cidade do *campus* em que estuda. Foi extinto em março de 2014, pela Resolução 019/2014 do CONSUNI e inserido no Auxílio Permanência acima especificado.
5. Auxílio a atividades pedagógicas: a) **Apoio a Atividade de Campo** - consiste em subsídio diário em pecúnia para a realização de atividades de campo previstas nos programas de ensino das disciplinas (ou unidade curricular) e realizadas em município diferente do *campus* no qual o estudante está matriculado. Em 2011 o valor do auxílio era de R\$30,00 por dia de atividade, em 2014 este valor foi de R\$50,00/dia. A média de estudantes atendidos mensalmente por esta categoria de auxílio se manteve no período de 2011 a 2014 ficando em torno de 42 estudantes/mês. É importante ressaltar que esta modalidade de ensino aprendizagem é específica a apenas alguns cursos de graduação. b) **Apoio a participação em Eventos Científicos e Culturais** - consiste em um subsídio diário, no valor de R\$50,00 (cinquenta reais) para participação em eventos científicos e culturais em município diferente daquele do *campus* no qual o estudante está matriculado. É concedido para a participação de no máximo dois eventos anuais para cada estudante. Esta categoria de auxílio atende em média 12 estudantes/mês. c) **Isenção de taxas em eventos científicos e culturais da Unifal-MG** - consiste na isenção de taxas em eventos internos oferecidos pela própria instituição, de acordo com a disponibilidade de cada evento. Não tem custo orçamentário para a PRACE. Em 2014, 72 estudantes foram beneficiados com este auxílio. d) **Empréstimo de instrumental odontológico** – auxílio oferecido aos alunos do curso de odontologia. De 2011 para 2014 verificou-se um aumento no

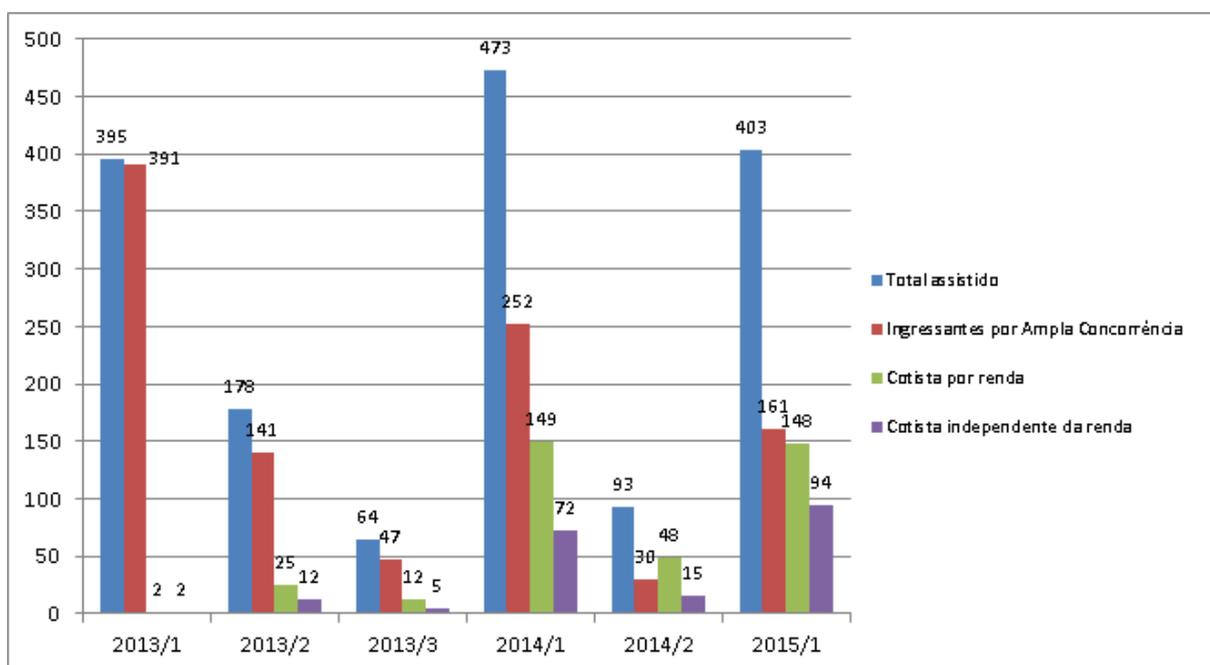
número de alunos beneficiados com o empréstimo de instrumentais odontológicos passando de 13 em 2011 para 26 em 2014. e) **Curso de Idioma** – em 2011 este auxílio foi disponibilizado para todos os estudantes inseridos no Programa de Assistência Estudantil da Unifal-MG por meio do oferecimento de curso de idioma pela própria Instituição, contemplando ao todo 61 alunos. Devido à baixa adesão dos estudantes nos anos subsequentes este auxílio sofreu alteração em seu formato passando para um subsídio mensal em dinheiro, no valor de R\$150,00 (cento e cinquenta reais) para estudo de língua estrangeira. Foi disponibilizado aos estudantes dentro dos perfis de 0 a 03 de classificação socioeconômica. Esta modalidade atende a média de 19 estudantes/mês. f) **Apoio a participação em eventos esportivos representando a Unifal-MG** - consiste em um subsídio diário, no valor de R\$50,00(cinquenta reais) para participação em eventos esportivos, representando a Unifal-MG, em município diferente do *campus* no qual o estudante está matriculado. Observa-se baixa adesão por parte dos estudantes na solicitação deste benefício. g) **Auxílio de apoio pedagógico para representação em eventos do movimento estudantil oficializados pelo DCE, DAs e CAs** - consiste em um subsídio diário, no valor de R\$50,00(cinquenta reais), ao estudante classificado dentro do Programa de Assistência Estudantil, para sua participação em eventos vinculados aos movimentos estudantis realizados em município diferente do *campus* no qual está matriculado. Esta modalidade de auxílio foi implantada a partir de 2014 com a aprovação da Resolução 019/2014 pelo CONSUNI.

No sentido de contribuir para o bem estar físico e mental dos estudantes da Unifal-MG vários programas e projetos de extensão desenvolvidos pela universidade tem atividades voltadas para a comunidade estudantil, dentre eles destacam-se: Cessação do Tabagismo - UNIFAL Livre do Cigarro, Cineclube como espaço de extensão, cultura e cidadania, Dançando No *Campus*, Madrigal Renascentista, Grupo de estudos sobre a juventude de Alfenas-MG, Nutrição e Saúde em Foco: promovendo reeducação alimentar e qualidade de vida na Unifal-MG e dentre outros. A PRACE vem trabalhando também na implantação e disponibilização de uma assistência e promoção à saúde mais efetiva aos discentes com acolhimentos e atendimentos nas áreas psicopedagógica, médica e odontológica.

Ao verificar o gráfico 25, apresentado abaixo, observa-se que o número de alunos inseridos nos Programas de Assistência Estudantil da Unifal-MG, ingressantes pelo Sistema de Cotas na modalidade com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco)

salário-mínimo per capita vem aumentando a cada edital. No Edital 2013/1 99% dos alunos ingressantes na Assistência Estudantil eram de Ampla Concorrência e somente 1% era Cotista (0,5% com renda e 0,5 independente da renda). No Edital 2015/1 40% dos alunos ingressantes são de Ampla Concorrência e 60% são cotistas (37% com renda e 23% independente da renda)

Gráfico 36 - Comparativo da forma de ingresso do aluno assistido pela PRACE/Unifal-MG



Fonte: PRACE/Unifal-MG

Esses dados evidenciam que a Unifal-MG apresenta uma estrutura bastante diversa da existente em 2005 quando ainda se encontrava no início do processo de expansão e indiciam as ações desenvolvidas pelas diferentes Pró-Reitorias e Unidades Acadêmicas buscando alternativas que objetivam, paralelamente, a excelência no ensino e a permanência e o sucesso do aluno.

Finalizando esta seção, apresentamos, a seguir, o Quadro 13, com as notas mínimas e máximas obtidas pelos ingressantes conforme o curso.

Quadro 13 - Notas mínimas e máximas - 2015 (1º e 2º semestre)

CURSO	NOTA MINIMA	NOTA MAXIMA
Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia	447.97	756.46
Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia	460.91	783.05
Biomedicina	609.28	740.27
Biotecnologia	443.8	733.81
Ciência da Computação	543.69	762.33
Ciências Biológicas	450.38	715.79
Ciências Sociais	463.56	671.44
Enfermagem	523.38	701.41
Farmácia	530.43	707.83
Física	404.96	630.91
Fisioterapia	518.9	680.97
Geografia	468.48	685.41
História	459.5	725.56
Letras	526.56	730.18
Matemática	449.23	680.4
Medicina	702.68	790.42
Nutrição	558.24	734.29
Odontologia	614.82	783.85
Pedagogia	534.12	639.32
Química	439.26	697.44

Fonte: NTI/Unifal-MG

O Quadro 13 apresenta as notas mínimas e máximas, independentemente da categoria de ingresso - ampla concorrência e cotas sociais e raciais. Observa-se que a menor nota é 404,96, no Curso de Física, e que a maior nota é 783,05, no Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia.

Na sequência, apresentamos a nota mínima obtida conforme a categoria de ingresso. Selecionamos alguns cursos que, em 2009/1, a forma de ingresso era Concurso Vestibular.

Quadro 14 - Notas mínimas conforme a categoria - Ampla Concorrência e Cotas Sociais e Raciais

Curso	Nota mínima Ampla Concorrência	Nota mínima Cotas Sociais e Raciais <sup>26</sup>
Biomedicina	651,43	596,43
BCT Integral	658,47	661,08
BICE Integral	640,26	603,20
Ciências Sociais - Licenciatura	582,22	628,09
Enfermagem	590,73	626,13
Farmácia	629,01	635,92
Física	404,96	587,22
Matemática	494,23	533,07
Medicina	766,33	742,46
Nutrição	595,95	602,09
Odontologia	689,24	670,07

Fonte: Copeve/NTI/Unifal-MG

A análise desses dados evidencia que não é significativa a diferença entre a nota do ingressante - categoria Ampla Concorrência e a nota do ingressante - categoria Cotas Sociais ou Raciais. O argumento de o ingresso de alunos na Categoria Cotas Sociais ou Raciais implicaria a entrada de alunos com desempenho fraco não se sustenta. Ocorre uma variação: Biomedicina apresenta uma diferença de 55 pontos, no BICE a diferença é 37,06, no de Medicina é de 23,87 e no de Odontologia é de 19,17, porém nos cursos BCT, BICE, Ciências Sociais, Enfermagem, Farmácia, Física e Nutrição ingressantes obtiveram nota superior à dos ingressantes na Categoria Ampla Concorrência. Em Enfermagem, a diferença foi de 35,40 pontos, em Farmácia a diferença foi de 39,30, em Física foi de 18,22, para citar alguns exemplos.

Contudo, há de se considerar que muitos ingressantes que preenchem os critérios para ingresso por cota optam, em função da taxa candidato/vaga, por tentarem o ingresso na

<sup>26</sup> Foi selecionada a menor nota obtida na categoria Cotas Sociais ou Raciais, não importando qual segmento, dentro da Categoria, essa nota representava.

Categoria Ampla Concorrência. Ainda que considerada essa ressalva, a diferença de pontuação entre as categorias não é significativa o bastante para se afirmar categoricamente que o ingresso por Cotas possibilita a entrada de alunos com desempenho muito precário.

### iii. Equipe de elaboração e revisão de itens para o Banco Nacional de itens - BNI-Enem

A equipe para elaboração e revisão de itens é composta pela coordenadora-geral, coordenadores de áreas (Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias e Matemáticas e suas Tecnologias), elaboradores, revisores internos, revisores externos e revisores Inep.

A equipe de trabalho segue o fluxo de produção de itens indicado abaixo, o qual é padrão para todas as equipes produzirem itens para o BNI/Enem.

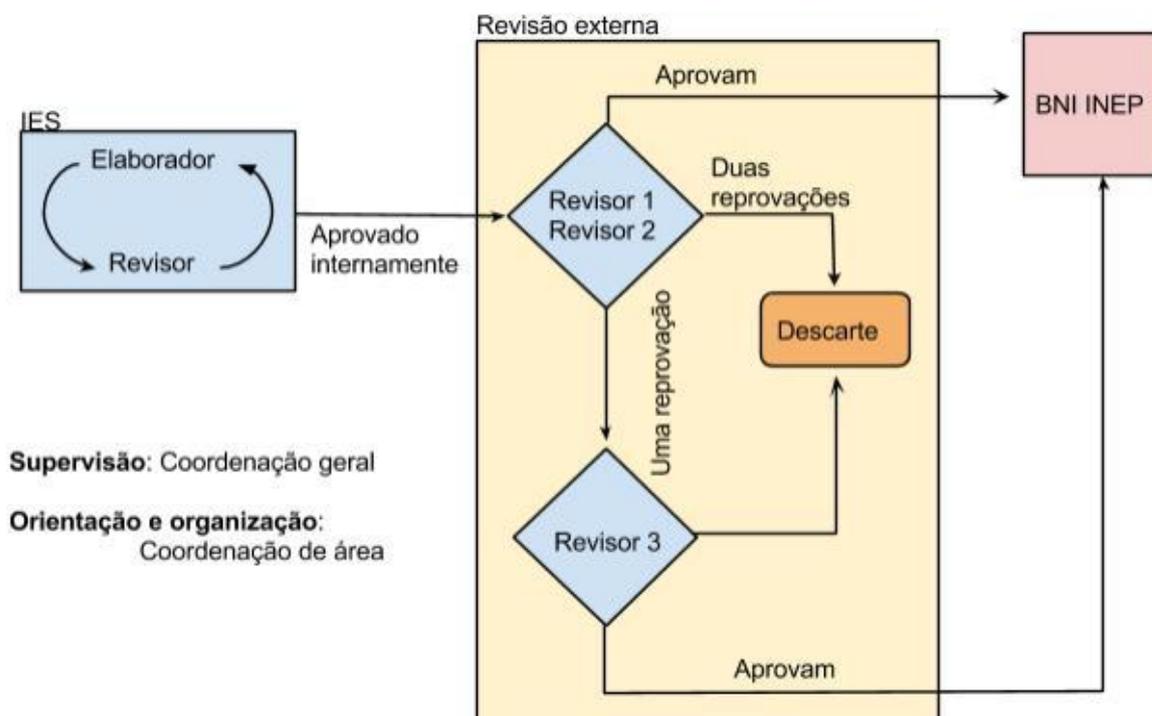


Figura 2. Fluxograma para produção de itens para o Banco Nacional de itens (BNI-INEP).

Inicialmente os papéis/ as funções eram mais rígidos, assim, um elaborador não poderia ser revisor e vice-versa, assim como o coordenador geral ou de área não poderia elaborar, somente revisar.

O revisor interno geralmente também atua como revisor externo e, em alguns casos, também atua como revisor INEP (apenas os que fizeram a capacitação específica no INEP).

Atualmente, flexibilizou-se a atuação em diferentes papéis. Assim, coordenadores podem atuar como elaborador e revisor, assim como os elaboradores podem atuar como revisor interno (alguns como externo e INEP, dependendo das capacitações presenciais no INEP).

Essa nova dinâmica deu maior flexibilidade para as equipes e potencializou o trabalho colaborativo, uma vez que, internamente, todos poderiam rever itens uns dos outros, ampliando a produção e a aprovação.

Para produção dos itens há uma sala segura, junto à Copeve, que apresenta itens de segurança exigidos pelo próprio INEP, entre eles: controle de acesso por assinaturas, tranca com biometria (controle dos cadastros biométricos), câmera externa à entrada e internamente na entrada da sala; sensores de alarme de presença; restrição dos computadores para acesso à internet (acessam somente o link do BNI); restrição por número de IP para acesso ao sistema do BNI (o sistema BNI pode ser acessado somente nos computadores da sala); grades e outras obstruções para impedir o acesso irregular; armários para guardar objetos com os quais os colaboradores não podem acessar a sala; além de outras medidas.

O trabalho para elaboração dos itens para o BNI ocorre por meio de oficinas descentralizadas organizadas pelo INEP. Durante as oficinas (até o momento ocorreram 14), há um cronograma para inserção dos itens no sistema, para revisão externa e para revisão INEP. Ao fim de cada oficina é necessário a elaboração de um relatório contendo os relatos das atividades, o quantitativos dos itens produzidos e aprovados e outras informações pertinentes.

Com relação às equipes de elaboração, estas apresentavam um maior número de docentes envolvidos (2010 - 2011). Atualmente, as equipes estão relativamente pequenas, devido à dificuldade em se ter professores efetivos interessados em participar da capacitação e do processo de produção que, realmente, é complexo e demanda um esforço significativo da equipe para produzir itens com alta qualidade (que é exigido para ingresso dos itens no BNI).

Em relação aos efeitos da participação da Unifal-MG no processo de produção de itens, observam-se:

- a seleção de itens em diferentes áreas, produzidos pela Equipe da Unifal-MG, nas edições de 2012, 2013 e 2014;
- a utilização da metodologia de elaboração de itens em concursos públicos para técnico-administrativos e concursos vestibulares (EaD) a partir de 2013 e

- a consequente capacitação de docentes e técnico-administrativos para a elaboração de questões em consonância com essa metodologia.

Destaca-se que a adoção a tal metodologia representa muito mais do que uma técnica de elaboração de questões, mas uma visão político-educacional sobre o processo de avaliação e de seleção, que deixa de focar exclusivamente no informação por si só (memorístico) e passa o foco para as habilidades e competências desejadas e esperadas, seja para o aluno ingressante, seja para o servidor em sua função/ cargo.

Ressalte-se, ainda, que vários docentes, após participarem da capacitação e tendo contribuído com a produção de questões para concursos (Técnico Administrativo em Educação (TAE)) e vestibulares EaD, relataram informalmente ter mudado a dinâmica de avaliação nos Cursos de Graduação, revendo, inclusive, a avaliação do tipo objetiva, centrada na verificação do aprendizado do conteúdo e mais distante de uma avaliação centrada nas competências e habilidades<sup>27</sup> a serem desenvolvidas pelo discente ao longo de sua formação acadêmica, a exemplo do que ocorre no Enade (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes).

Além disso, diferentes docentes da Unifal-MG vêm participando em outros Bancos Nacionais de Produção de Itens, tais como: Enade, Enceja (Exame Nacional de Certificação de Educação de Jovens e Adultos), Prova Brasil (Avaliação da Educação Básica) e contribuindo com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

#### **vi - Unifal-MG: a adesão ao Enem/SIsu**

A partir de 2010, a Unifal-MG adere ao Enem como exame de ingresso. Com a Resolução do Consuni nº 148/2013, a Unifal-MG passou a usar o Enem/SiSU para o ingresso de 100% das vagas dos Cursos de Graduação, na modalidade presencial, em 2014 e 2015.

Até 2009, o ingresso nos Cursos se dava por meio de Concurso Vestibular. Contudo, todo o processo \_ da definição do conteúdo programático a ser cobrado no exame à elaboração/ revisão/correção da prova - era realizado por outras instituições de ensino superior do Sul de Minas ou por empresa especializada. Essa dinâmica era necessária em

---

<sup>27</sup> Como o Enem, o Enade (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes) objetiva “avaliar o desempenho dos estudantes com relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação, o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional, e o nível de atualização dos estudantes com relação à realidade brasileira e mundial, integrando o Sinaes, juntamente a avaliação institucional e a avaliação dos cursos de graduação”. (INEP, 2011). Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/enade/perguntas-frequentes>> . Acesso em: 20 set. 2015.

função: a) da falta de estrutura física e de equipamentos e b) da existência de um corpo docente reduzido e com pouca ou nenhuma experiência no ensino na Educação Básica e em avaliações/seleções para fins específicos. Atendendo à legislação para a contratação desses serviços, tornou-se problemática a realização de concursos vestibulares em decorrência do campo de incertezas num processo que é essencial para vida organizacional e acadêmica da universidade. Dentre os problemas que normalmente ocorrem em processos de licitação, citamos: a) a impossibilidade de escolher a empresa/a universidade para realizar o serviço o que implica contar a possibilidade de uma empresa vencer o processo, mas não atender realmente às necessidades da universidade; b) maiores riscos em relação à segurança, pois delega a terceiros o trabalho de selecionar futuros acadêmicos, não sendo possível garantir a inexistência de fraudes; c) possibilidade de a empresa não conseguir cumprir o contrato e, não havendo tempo hábil para a realização de um novo vestibular, pôr em risco o preenchimento de vagas em função do ano letivo.

Todas essas possibilidades precisam ser consideradas, pois o evento vestibular é que principia o processo de ocupação de vagas na universidade, garantindo o fluxo das turmas. Com o vestibular, havia, ainda, uma menor procura pelos cursos da Unifal-MG.

Com a adesão da Unifal-MG ao Enem como forma única de ingresso, observou-se uma maior procura pelos cursos de graduação. A Tabela 3 a seguir retrata a concorrência entre candidatos que tentaram uma vaga em um curso de graduação na Unifal/MG.

Tabela 3 - Relação candidatos/vaga no período de 2011 a 2015.

<b>CURSO</b>	<b>2011/1</b>	<b>2011/2</b>	<b>2012/01</b>	<b>2012/2</b>	<b>2013/1</b>	<b>2013/2</b>	<b>2014/1</b>	<b>2014/2</b>	<b>2015/1</b>
Biomedicina	29,77		34,13		36,85		36,15		29,68
Biotecnologia							12,38		9,38
Ciência da Computação	17,65		10,23		9,00		8,40		20,53
Ciências B. Bacharelado	21,10		19,77		21,85		20,40		16,68
Ciências B. Licenciatura		30,88		36,25		34,7		38,17	
Ciências S. Bacharelado	15,16		20,10		23,65		23,80		25,90
Ciências S. Licenciatura			18,05		18,95		15,35		19,30
Enfermagem	24,42		29,18		21,20		21,13		20,33
Farmácia	23,00	38,9	32,84	42,10	31,68	41,5	27,64	26,24	16,12

*Estudo sobre a forma de ingresso nos cursos de graduação da Unifal-MG*

Física	11,37	13,45	12,65	13,55	12,10				
Fisioterapia	33,28	50,12	30,54	28,82	31,30				
Geografia Bacharelado	11,42		9,97	9,38	8,63				
Geografia Licenciatura	15,52		16,22	13,48	11,78				
História	14,00	19,63	20,77	21,35	21,23				
Letras	14,67	15,13	7,65	8,68	7,38				
Matemática	13,22	16,85	16,55	18,73	13,40				
Medicina				97,92	45,10				
Nutrição	23,86	27,36	23,48	27,51	26,33				
Odontologia	34,14	55,02	55,72	47,04	32,16	46,2	31,14	36,08	35,04
Pedagogia	24,00	34,53	31,77	36,00	30,05				
Química Bacharelado		22,63	13,50	13,4	15,15				
Química Licenciatura	11,02	14,30	11,37	11,60	7,88				
Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia Integral	16,03	10,35	11,35	10,21	10,71	17,2	12,42	12,62	8,52
Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia Noturno							20,03	18,51	13,58
Interdisciplinar em Ciência e Economia Integral	8,32	11,3	13,18	10,51	13,98	10,7	9,66		8,22
Interdisciplinar em Ciência e Economia Noturno								10,02	

A análise da Tabela 3 evidencia que há variação na taxa de concorrência em diferentes cursos e que há cursos que mantêm uma taxa mais elevada de concorrência. Essa flutuação se deve, em hipótese, à nota de corte observada em cada processo seletivo (em cada edição do Enem a nota média varia conforme o desempenho dos candidatos), à oferta de vagas em outras IES privadas e particulares, à demanda de mercado (profissões em ascensão e mais procuradas no mercado de trabalho), à (im)possibilidade de o estudante se manter na cidade onde o curso é oferecido, à maior oferta de vagas nas instituições de ensino superior, à possibilidade de o aluno migrar para outro curso (2ª opção no SiSU), à evasão no ingresso (o aluno se matricula no curso porque foi o curso em que conseguiu entrar, mas não o curso que realmente gostaria de fazer), dentre outros aspectos.

Ressalte-se, ainda, que, a partir de 2012, uma outra variável precisa ser considerada na análise da relação candidato/vaga: a implantação do sistema de reserva de vagas para candidatos de escolas públicas, negros, pardos e indígenas.

### **1.5.3 Eixo 3: Comunidade**

#### ***i. Impactos na comunidade decorrente da adesão ao SISU/ Enem***

A adesão da Unifal-MG ao Enem/SiSU trouxe como impactos imediatos: a) maior ocupação das vagas por alunos da rede pública; b) aumento no aporte de recursos do PNAES; c) ocupação da maior parte das vagas nas turmas de ingresso; d) redução de gastos com a realização de processos seletivos;<sup>28</sup> e) aumento do número de alunos sócio-economicamente vulneráveis; f) dificuldade para atender à totalidade dos alunos sócio-economicamente vulneráveis; g) maior visibilidade da Unifal-MG e seus cursos em outras regiões do país, dentre outros.

Alguns dos impactos diretos observado dentro da universidade em função da expansão, da implantação de cursos de licenciaturas, de programas institucionais como o Pibid, Ciências sem Fronteiras, e em função também da observação de muitos docentes no espaço universitário em relação ao desempenho dos estudantes podem ser citados: a) a proposição e a implantação de projetos e programas de extensão, coordenados por professores de cursos de licenciaturas e bacharelados, voltados para a escola pública (alunos e professores) com vistas a contribuir a melhoria do ensino e à melhoria da qualidade de vida das pessoas; b) a proposição de cursos de idiomas e a oferta de disciplinas de língua estrangeira; c) a oferta de curso preparatório para o Enem, bem como de cursos e oficinas com foco no Enem; d) a participação de graduados retornando para a universidade para cursarem outra graduação e participando do Enem para poderem concorrer a uma vaga no SiSU; f) a ampliação da oferta de cursos preparatórios para o Enem por empresas particulares; g) a procura por professores de apoio (em especial por estudantes da Unifal-MG) para auxiliar alunos de Ensino Médio (aulas de reforço); h) a implantação do Núcleo de Idiomas (Idiomas

---

<sup>28</sup> Foi mantido o Concurso Vestibular para os Cursos na modalidade EaD.

sem fronteiras); i) a aplicação do TOEFL para estudantes e servidores e j) a oferta de curso de inglês presencial para estudantes e servidores.

### *ii. Impactos nas escolas locais*

O Enem, hoje, pode ser considerado um exame de alto impacto em função dos efeitos retroativos advindos de sua aplicação. Retomando a dimensão pedagógica e os princípios que subsidiam o Enem, citamos alguns aspectos que podem ser observáveis nas escolas locais: a) ampliação do número de alunos matriculados na escola pública, fator que se deve, em hipótese, a questões econômicas e/ou à implantação da Lei de Cotas que reserva vagas para alunos da rede pública; b) progressivo, porém lento, acompanhamento dos pais quanto ao ensino ofertado e desempenho do(a) filho(o), em especial, no ensino médio, e mais fortemente na escola privada; c) maior aporte de recursos, acompanhamento das escolas e oferta de cursos de formação docente em serviço de escola pública; d) perspectiva de continuidade de estudos, no ensino de nível médio ou superior, para alunos do ensino médio; e) discussão, ainda que incipiente, da utilização do Enem como forma de ingresso no ensino superior em escolas públicas e f) análise, ainda que incipiente, das competências e habilidades cobradas no Enem e as implicações dessas no currículo escolar.

## **1.5.4 Eixo 4: Enem como exame de ingresso: dimensões pedagógica, operacional e financeira**

### *i. Dimensão pedagógica*

O Enem se pauta nos seguintes documentos oficiais: Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCN), Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (OCNEM) e Novas Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (NOCEM). Para tanto, a partir dos conhecimentos escolares construídos/acumulados ao longo dos onze anos de escolarização, o exame visa a avaliar o desempenho do estudante em quatro áreas: Ciências da Natureza e suas tecnologias; Ciências da Matemática e suas tecnologias; Ciências Humanas e suas tecnologias e Linguagens, códigos e suas tecnologias. Em função desses documentos e dos princípios e fins da Educação Nacional, conforme a LDB 9394/96, o Enem também busca avaliar também se a educação, dever da família e do Estado e pautada

nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, conseguiu, desenvolver o educando, preparando-o para o exercício da cidadania e para a qualificação para o trabalho.

Nesse sentido, o Enem não se fundamenta exclusivamente na avaliação de conhecimentos escolares, mas também na dimensão social do ser humano e na formação do cidadão como agente de mudanças. Tais aspectos perpassam a filosofia do exame seja na escolha dos textos-base, seja na proposição de uma situação-problema, exigindo do candidato o diálogo com temas da atualidade e o compromisso com a sociedade. Esses aspectos estão em consonância com a LDB nº 9394/96 e com a Constituição Federal em vigor.

Relacionando a dimensão pedagógica do Enem a uma possível proposição de um processo vestibular próprio na Unifal-MG, devemos avaliar se nossa Instituição possui Professores disponíveis em todas as áreas de conhecimento, necessárias para a confecção de um processo seletivo vestibular. A Instituição terá que traçar um perfil de seu processo seletivo vestibular, algo que o Enem-SISU já possui. O Enem/Inep conta com grupos de Professores de universidades e institutos técnicos federais e de outras universidades públicas (estaduais e municipais), responsáveis pela elaboração, revisão e composição do exame de forma a possibilitar uma diversidade de temas e situações, relacionadas às diferentes competências e habilidades.

## ***ii. Dimensão operacional***

Um aspecto importante que pode ser associado à dimensão pedagógica é a dimensão operacional, se considerada a amplitude que diferentes processos seletivos (vestibular próprio e Enem/SiSU) podem alcançar. O Enem atinge a totalidade das regiões do Brasil. Um processo seletivo próprio atinge Alfenas e municípios circunvizinhos.

Sob o ponto de vista operacional, o ingresso dos alunos pelo Enem/SISU é muito mais viável. Basicamente, basta aderir ao processo e atualizar as informações necessárias. Não é necessário se preocupar com elaboração das avaliações, transporte, espaço físico para armazenamento das provas e para a aplicação das avaliações, pessoal para elaboração, aplicação e correção das provas objetivas e da redação.

O Inep conta com um banco expressivo de questões (itens) nas quatro áreas do conhecimento, contemplando todas as competências e habilidades e diferentes níveis de dificuldade. Uma equipe seleciona itens e compõe o exame usando diferentes sistemas de segurança. Para a impressão, armazenamento e transporte, o Inep conta com os Correios, Corpo de Bombeiro, Polícia Federal e Exército. O monitoramento se inicia na elaboração do

item. Durante a aplicação do exame, a Polícia Federal monitora redes sociais e locais de aplicação. São realizados treinamentos de diferentes equipes objetivando identificar e evitar lacunas e problemas em todo o processo.

Em vista de todo o aparato disponibilizado pelo Inep e exigências quanto a questões de segurança, pensando na possibilidade de a Unifal-MG voltar a organizar processo seletivo vestibular, para a elaboração deste relatório, foram consultadas duas Instituições federais<sup>29</sup> da região do Sul de Minas que realizam processo seletivo próprio. Conforme relataram, há várias pessoas envolvidas na elaboração, organização, aplicação e correção do processo seletivo vestibular. Dentre as pessoas, citam-se: segurança, porteiros, serviços gerais, Professores para elaborar e corrigir as avaliações, Coordenadores de aplicação, fiscais de sala, pessoal de apoio, dentre outros. Além das pessoas envolvidas na elaboração, aplicação e correção das provas e redações, há também aquelas envolvidas com a diagramação, impressão, conferência, separação, empacotamento, armazenamento e transporte das provas. Acrescentem-se à dimensão operacional duas questões: a) uma logística reversa que possibilite o transporte de provas e gabaritos, em segurança, à sede da Unifal-MG; b) uma equipe de examinadores da área de português - língua materna para avaliar as redações dos candidatos. Nas Instituições consultadas, a aplicação do processo se dá na sede e em várias cidades do Estado de Minas Gerais, ampliando a complexidade do trabalho.

Haveria uma outra opção para a aplicação e elaboração do processo seletivo tradicional que seria a terceirização por meio de processo licitatório, porém, entendemos que tal opção poderia pôr a Unifal-MG em risco já que não se teria segurança alguma da empresa que venceria o processo, nem certeza da qualidade do serviço prestado e da segurança no processo. Em se tratando de uma vaga numa universidade federal, casos de fraudes em vestibulares por quadrilhas especializadas são uma realidade no Brasil. Uma Instituição centenária como a Unifal-MG não poderia estar à mercê de uma empresa que prestaria um serviço por meio de mero acordo comercial, ainda que consideradas as punições aplicáveis em caso de não cumprimento do contrato. O nome e a reputação da Instituição não podem estar em risco. Em caso de problemas e da não realização de um processo vestibular em função da terceirização desse serviço, o problema seria ainda maior, pois não haveria tempo hábil para aderir ao Enem/SiSU ou para organizar um outro processo seletivo antes do início do ano letivo.

---

<sup>29</sup> Ambas as instituições aderiram ao Enem/SiSU, mas não na totalidade. Uma faz Processo Seletivo de Avaliação Seriada para o preenchimento de 40% das vagas de cursos presenciais e de 100% das vagas de cursos a distância. Outra faz vestibular para o preenchimento de 70% das vagas.

Finalizando a análise da dimensão operacional, há algo na Unifal-MG que precisa ser resgatado: a divulgação e o marketing de seus cursos. Entendemos que a educação não é uma mercadoria e que não podemos nos posicionar como outras Instituições particulares quanto à “comercialização” de cursos, porém, sobretudo em cursos mais novos, menos concorridos e nos campi avançados que ainda estão em processo de consolidação, temos que repensar nossa posição passiva, elaborando um processo de divulgação institucional integrada, visando a ampliar os horizontes e, principalmente, de nos tornar conhecidos em outras regiões do país. É necessário que sejam criadas oportunidades para que a comunidade externa, independentemente de sua localização geográfica, conheça os cursos que a Unifal-MG oferta, viabilizando ainda mais a inserção das pessoas em um curso superior em uma Instituição Pública. A Unifal-MG, como apontam os dados constantes neste relatório, oferece cursos de excelência. Necessário se faz dar maior visibilidade à universidade e possibilitar que alunos de diferentes regiões do país venham compor o corpo discente da Unifal-MG.

### *iii. Dimensão financeira*

Esta dimensão está associada à dimensão operacional, mas iremos nos ater em aspectos relacionados à gestão e à utilização de recursos financeiros.

Avaliando a dimensão financeira, podemos dividi-la em dois aspectos principais: 1) Da Instituição: 2) Do candidato.

- 1) Instituição: Se avaliarmos os custos para organização, aplicação e correção de um processo seletivo vestibular nos moldes tradicionais, pode-se considerar que os custos seriam absorvidos pela “arrecadação” das inscrições, porém, o transtorno ou demanda operacional da Instituição poderia nos levar à necessidade de ampliação do quadro de pessoas para atendimento de tal demanda. Em uma das Instituições pesquisadas, cada processo seletivo custa em torno de R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais). Salienta-se que das duas Instituições da região que aplicam processos tradicionais, em uma delas o processo tradicional abrange 70% (setenta por cento) das vagas disponíveis e na outra, o processo é realizado pelo método seriado (40% de vagas em cursos presenciais).
- 2) Candidato: Se avaliarmos a questão financeira do candidato, o Enem-SISU é mais viável, já que este faz um só processo, normalmente em sua cidade ou em

local próximo e pode optar por Universidades de todo o país, sem necessitar prestar processo seletivo vestibular para várias Instituições. O que seria, cronológica e economicamente inviável, para grande parte da população, deslocar-se para prestar processos seletivos tradicionais em várias Instituições

### **1.5.5 Eixo 5: Enem e/ou exames alternativos ao Enem/SISU: a experiência da Unifal-MG e de outras IFES**

#### *i) fragilidades e potencialidades do Enem como exame de ingresso*

Possivelmente, com a dimensão adquirida e com as novas formas de sua utilização, o exame é tema recorrente na mídia. As fragilidades de um exame em franca expansão e com alto impacto na sociedade brasileira foram expostas. Em 2009, ocorreu o furto de provas por um funcionário da gráfica onde o exame era impresso, em 2010, houve erros na impressão dos cadernos de respostas que só foram detectados na realização do exame, em 2011, houve o vazamento de questões com a reprodução de questões e sua aplicação como simulado pelo Colégio Christus, de Fortaleza, escola onde havia sido aplicado o pré-teste.<sup>30</sup>

Outro caso são os indícios de fraude no exame os quais vêm sendo apurados pela Polícia Federal.<sup>31</sup> A ocorrência de fraudes em certames públicos vem de longa data no Brasil e atinge instituições públicas e privadas. Duas operações recentes da Polícia Federal ilustram o alcance de quadrilhas altamente especializadas nesse tipo de fraude.

A Operação Tormenta,<sup>32</sup> iniciada em 2010, investigou fraudes em concursos públicos para a Polícia Federal, a Receita Federal, Exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Com a investigação, as quadrilhas não conseguiram se articular para fraudar “concursos da Caixa Econômica Federal, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), do INSS para o cargo de perito médico, da Advocacia Geral da União para o cargo de advogado da União, da Santa Casa de Santos para vagas em residência médica, de defensor público da União e da Faculdade de Medicina de Ouro Preto”.<sup>33</sup>

---

<sup>30</sup> O pré-teste é um dos princípios da TRI e objetiva calibrar a dificuldade de cada um dos itens que irão compor o exame.

<sup>31</sup> Para mais informações, ver: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2014-12-29/retrospectiva-2014-veja-fraudes-descobertas-em-vestibulares-e-vazamento-do-enem.html>>.

<sup>32</sup> <http://g1.globo.com/concursos-e-emprego/noticia/2010/06/pf-deflagra-operacao-para-prender-grupo-que-fraudava-concursos.html>

<sup>33</sup> <http://www.conjur.com.br/2014-ago-18/justica-federal-absolve-grupo-acusado-fraudar-concurso-publico>

A Operação Calouro, iniciou em 2010, e teve como foco desmontar quadrilhas que fraudavam ou tentavam fraudar vestibulares de medicina em 38 faculdades, particulares e públicas, de todo o país.

Com a identificação desses problemas, o INEP/MEC reavaliou a forma de impressão, armazenamento, distribuição e aplicação do Enem, incluindo uma logística reversa. Desde 2005, com a utilização do Enem para a obtenção de bolsas integrais ou parciais no Prouni e Fies, o exame, antes apenas um instrumento de avaliação, “sem consequência direta para o participante” (INEP, 2015), em 2010, passou a ser um exame de alto impacto, ou seja, um instrumento de seleção para o ingresso em um Curso de Graduação numa instituição pública ou para o acesso a programas federais como o Ciências sem Fronteiras, trazendo consequências diretas para os participantes e instituições de ensino.

Assim, dada a dimensão que o Enem assumiu historicamente no Brasil, o Inep “objetivando retrospectivamente medir o desempenho agregado dos alunos do Ensino Médio com a produção de microdados educacionais viabilizando análises comparativas da políticas educacionais e, também, prospectivamente, atribuir um resultado individual ou uma nota que o candidato vai utilizar para alcançar uma vaga no ensino superior” (INEP, 2015), implantou uma série de ações finalísticas implantadas para garantir a qualidade do exame, o sigilo e a transparência na sua realização, tais como:

- convocação das instituições públicas para elaboração, revisão e composição final do exame sempre em regime de custódia e registro de toda e qualquer ação realizada;
- instalação de ambientes seguros nas instituições de ensino conveniadas e processos de controle e auditoria continuados;
- convênio com agentes de segurança (Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal, Corpo de Bombeiros, Batalhões Militares/Exército...), Correios, Cespe/UnB e Fundação Cesgranrio;
- Contratação de gráfica altamente especializada e certificada (Norma NBR 15.240), contando com áreas segregadas (produção, manuseio e distribuição), monitoramento contínuo em todas as etapas por meio de câmeras e sensores diversos), incluindo, no caso dos pré-testes, impressão em papel não copiável;
- impressão de provas com identificação/verificação eletrônica de páginas por meio de código de barras e armazenamento das provas em malotes rastreáveis (Etiquetas RFID “inteligentes” para identificação e controle de malotes);
- controle contínuo da logística de distribuição e armazenamento dos malotes;

- utilização de senha e contrassenha nas etapas de composição, edição, impressão e distribuição das provas;
- treinamento de aplicadores;
- criação de uma rede de observadores e de certificadores que atuam durante a realização do exame;
- monitoramento das redes sociais antes, durante e depois do exame;<sup>34</sup>
- utilização de detector de metal, ocasionado, em 2014, a eliminação de 1.519 candidatos;
- identificação de dispositivos eletrônicos e de comunicação, meios fraudulentos e indivíduos com perfil diverso do esperado no Enem, tais como: a) pontos eletrônicos em cartões de crédito, óculos, canetas com *Bluetooth* (tecnologia de transmissão de dados (até 100 metros) via sinais de rádio de alta frequência) e kit lanche com dispositivos eletrônicos; b) utilização de informações inverídicas para a realização do exame em condições especiais (crença, nome social x gênero, indivíduo com necessidades especiais) e distantes de seu domicílio e c) esquemas para o repasse de respostas (quadrilhas especializadas).

Observa-se que o esquema implantado pelo Inep vem sendo aprimorado ao longo dos anos, reduzindo ocorrências negativas no exame. Como qualquer outro exame/concurso/processo seletivo, o Enem tem fragilidades que foram destacadas pela mídia, em especial, no último quinquênio.

Um caso ainda em processo de aprimoramento é a correção da Redação do Enem, hoje avaliada por dois examinadores<sup>35</sup> que passam por treinamento e monitoramento contínuos. No edital do exame, a partir de 2013, foram incluídos dispositivos para a atribuição da nota zero na redação<sup>36</sup> aos candidatos que escreverem “Impropérios, desenhos e outras formas propositais de anulação ou parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto” (INEP, 2013).

Dentre as potencialidades do Enem, como exame de alto impacto, observa-se:

---

<sup>34</sup> Nas redes sociais facebook, Instagram e Twitter, de 2012 a 2014, foram monitoradas 1.279.972. Como consequência, em 2012, foram excluídos do certame 77 candidatos, em 2013, 36 e em 2014, 05. Esses dados são indicativos dos resultados do monitoramento implantado pelo Inep no combate à fraude.

<sup>35</sup> Se houver discrepância entre os avaliadores em cada uma das cinco competências avaliadas, um terceiro faz a avaliação. O avaliador que mantém discrepância em relação a outros avaliadores recebe novo treinamento e, conforme o caso, é desligado do processo de avaliação.

<sup>36</sup> Para mais informações, ver: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2013/03/entenda-por-que-redacao-do-enem-com-hino-e-miojo-nao-vale-nota-zero.html>

- permanência do aluno na rede pública até o final do ensino médio em função da lei de cotas sociais e raciais e do Prouni;
- maior preocupação de alguns Estados com o Ensino Médio com a implantação de programas para evitar a retenção e a evasão de alunos nesse nível de ensino;
- realinhamento da dimensão pedagógica de escolas públicas, particulares e cursinhos preparatórios para o Enem, incluindo uma crescente produção de material didático (apostilas, vídeos, plataformas educacionais, aplicativos e cursos para alunos e professores);
- diálogo, ainda que incipiente, das instituições de ensino superior com o Inep e escolas de ensino médio e entre e no interior das próprias instituições;
- qualidade do exame;
- indicadores que possibilitam uma análise do perfil de aluno que ingressa em uma Ifes.

## ***ii) as fragilidades e potencialidades do SISU para as instituições de ensino superior***

Segundo o próprio MEC, o SiSU (Sistema de Seleção Unificada)

é o sistema informatizado, gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC), no qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas para candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Os processos seletivos do SiSU são regulamentados pela Portaria Normativa MEC nº 21, de 5 de novembro de 2012. A cada edição a Secretaria de Educação Superior publica um edital com o cronograma e os demais procedimentos relativos ao processo seletivo.

Teve início em 2010, quando, então, o Enem passou a ser utilizado como exame de ingresso em cursos superiores. Trouxe inúmeros problemas para as instituições em 2010 e 2011 ao permitir que o candidato mudasse várias vezes de curso e de instituições. Com isso, muitas instituições tiveram para preencher as vagas e muitos alunos, chamados no final de processo, relataram dificuldade ao longo do semestre, pois haviam perdido muitas aulas. Com regras mais rígidas, hoje oferece ao aluno se inscrever em duas opções de curso, sendo que se for chamado para a 1ª opção, o aluno fica impedido de ser chamado para a 2ª.

Garante ao aluno acompanhar o processo de seleção e de verificar em quais universidades/cursos tem mais chances. Contudo, para as universidades, alguns problemas se apresentam. Dentre eles, elencamos:

- a. demora na ocupação das vagas, pois, feita a 1ª chamada, é necessário aguardar a lista de espera do SiSU e, posteriormente, a inscrição na lista de espera da Unifal-MG e a efetivação das chamadas pela lista da Unifal-MG ;
- b. mobilidade do aluno gera instabilidade para a instituição: i) o aluno migra para outros cursos na própria instituição ou para outros cursos; ii) o aluno se matricula em uma instituição particular, não cancela a matrícula na instituição pública que não consegue ocupar a vaga com outro candidato e se cancela, não há mais tempo hábil para chamar outro candidato; iii) o aluno escolhe um curso em função da nota de corte, não se identifica com o curso, desiste, mas não cancela a matrícula, mantendo a vaga ocupada e se cancela, não há mais tempo hábil para chamar outro candidato;
- c. evasão precoce: o aluno se matricula, frequenta um ou dois períodos e desiste por não se identificar com o curso que escolheu em função da nota de corte e não porque desejava cursar aquele curso;
- d. ocorrência de vagas ociosas em função do calendário do SiSU, do calendário letivo, da consolidação da lista de espera da Unifal-MG, da baixa procura de alguns cursos e do prazo mínimo necessário para o candidato tomar ciência das chamadas e efetivar a matrícula;
- e. necessidade de grande acompanhamento do Drgca, da Copeve e da Prace em função das vagas destinadas a cotistas (há candidato que se inscreve como cotista, mas, ao analisar a documentação, a Prace identifica que não atende aos critérios, porém não é mais possível realizar nova chamada);
- f. Número reduzido de assistentes sociais para analisar a documentação de candidatos cotistas paralelamente à realização das chamadas, uma vez que 50% das vagas são destinadas a cotas sociais e raciais;
- g. reopção desinteressada (alteração na escolha durante a seleção/inscrição, evasão ou retenção por não escolher um curso com o qual não se identifica).

Essas e outras questões vêm sendo amplamente discutidas e problematizadas pela Associação Nacional Dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), pelo *Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação (ForGRAD)* e pelas Comissões Permanentes/Diretorias de Processos Seletivos Vestibulares das instituições públicas de ensino superior (federais, estaduais e municipais) de todo o país junto ao MEC/Sesu.

Em relação às potencialidades do SiSU, elencamos:

- a. democratização do acesso ao ensino superior;
- b. ampliação das possibilidades de escolha de curso/instituição;
- c. possibilidade de maior taxa de ocupação das vagas em função do rol de cursos/vagas que são apresentadas ao candidato ao fazer a inscrição no sistema;
- d. relativa mobilidade (saída/chegada de alunos de diferentes estados na maior parte das instituições);
- e. maior inclusão de alunos da rede pública em instituições públicas;
- f. acompanhamento do candidato impedindo-o de realizar dupla matrícula em instituições públicas;
- g. inclusão de alunos;
- h. realização do Enem como exame de ingresso para diferentes instituições e cursos;
- i. aumento na concorrência (maior visibilidade e possibilidade de selecionar candidatos com melhor desempenho);

Cumpra ressaltar que, mesmo com a mobilidade propiciada pelo Enem, a maior dos alunos selecionados pelo Enem/SiSU reside nas cidades onde a Unifal-MG tem campus (Alfenas, Varginha ou Poços de Caldas) ou em municípios próximos. Pela análise dos dados, efetivam a matrícula na Unifal-MG prioritariamente alunos do Sul de Minas Gerais e de São Paulo. Esse dado reforça a necessidade de a Unifal-MG promover ações de divulgação dos cursos que oferece.

### ***iii) fragilidades e potencialidades da utilização de Concurso Vestibular próprio***

Atualmente a Comissão Permanente de Vestibular (COPEVE) atua na execução dos processos seletivos para professor substituto, tutor (EaD), estagiário, concurso público para docente e para técnico administrativo em educação amparado por leis específicas. Até 2013, organizou concursos vestibulares para preenchimento de vagas de cursos à distância (Ciências Biológicas, Química e Pedagogia)<sup>37</sup>.

Para a análise das fragilidades e potencialidades da utilização de Concurso Vestibular próprio, iremos nos basear na experiência adquirida com a realização de dos processos

---

<sup>37</sup> A partir de 2013, não foram abertas novas turmas.

seletivos e concursos organizados pela Copeve ou em parceria com a Copeve no último triênio.

Contando com uma equipe pequena, se considerada a possibilidade de realizar processos seletivos para mais de 1.500 candidatos, a Copeve enfrenta diversos desafios durante a realização de concursos públicos para docente, para técnicos administrativos em educação e exames vestibulares (cursos EaD até 2013).

Em relação às potencialidades, elencamos os seguintes aspectos que, em hipótese, podem ocorrer no processo:

- a. Ampliação do campo de trabalho dos cursos na modalidade licenciatura;
- b. Possibilidade de maior diálogo entre a universidade e escolas locais, contribuindo, direta ou indiretamente, com as escolas, em especial, com as públicas e com os próprios cursos de formação docente inicial;
- c. Possibilidade de definir com escolas locais conteúdos programáticos e, conseqüentemente, contribuir para a definição de um currículo nas escolas de ensino médio;
- d. Possibilidade de contribuir com escolas locais com a oferta de cursos de formação docente em serviço com vistas à discussão de metodologias alternativas de ensino, formas de abordagem de conteúdos, dentre outros aspectos.
- e. Possibilidade de contribuir com a formação de possíveis candidatos com a oferta de cursos preparatórios para o vestibular e cursos de extensão com vistas à formação dos alunos;
- f. Possibilidade de produzir material didático que possa contribuir para a formação de professores e alunos da educação básica e de professores em formação inicial;
- g. Possibilidade de divulgar resultados com antecedência, realizar chamadas e efetivar matrículas nas duas primeiras quinzenas letivas de forma a contribuir para ocorrer a ocupação total das vagas.

Em relação às fragilidades, apresentamos, a seguir aspectos que, invariavelmente, interferem na organização de Concursos Vestibulares próprios:

- a. Dificuldade para a composição de banca em função dos cursos ofertados na Unifal-MG, do número reduzido de docentes em cada curso que assumem

atividades nas dimensões ensino, pesquisa, extensão e administrativa e da disponibilidade de docentes que precisam cumprir prazos, observando a cadeia de custódia de cada processo na linha do tempo de organização de um vestibular, e precisam estar disponíveis para o caso de haver algum problema;

- b. Falta de estrutura para impressão de provas em larga escala;
- c. Falta de estrutura adequada para armazenamento de grande quantidade de provas;
- d. Dificuldade para a definição de uma estrutura logística, organizacional e operacional para aplicação de grande número de provas em outros municípios em função do quantitativo de servidores disponíveis e por questões de segurança o que pode ocasionar uma redução na taxa de concorrência (relação candidato/vaga/curso);
- e. Dificuldade para compor e capacitar banca de avaliação de redação com número suficiente para atender ao quantitativo de candidatos e dentro de um prazo de tempo reduzido (final de semestre ou em janeiro (férias));
- f. Dificuldade em conseguir pessoal suficiente para a aplicação das provas, dependendo do valor a ser pago.
- g. Impossibilidade de, em caso de detecção de vício ou fraude no processo seletivo, organizar novo processo em tempo hábil, arcando, no caso, com as despesas de um novo processo.

Associado a esses aspectos, necessário se faz apontar a questão de fraudes em processos vestibulares, em especial, quando a universidade oferece cursos com alta taxa de concorrência, como é o caso de medicina.

### **1.5.6 Operacionalização e trâmites necessários para a realização de um concurso vestibular**

#### ***i. Comissão Permanente de Vestibular (COPEVE)***

A Comissão Permanente de Vestibular (COPEVE) tem como atribuição, coordenar e realizar toda forma de ingresso na Instituição, aluno, tutor, estagiário, professor substituto ou servidor (docente ou técnico administrativo em educação). Em seu quadro de pessoal conta

com 6 colaboradores, sendo 3 (três) terceirizados e 3 (três) efetivos para auxiliar na realização de todos esses processos seletivos. Conta, ainda, com a contribuição de diferentes setores na Unifal-MG.

Nos últimos três anos, a Copeve foi responsável por realizar 168 concursos públicos para seleção de docentes, 101 processos seletivos para seleção de professores temporários e substitutos, 04 concursos públicos para seleção de técnicos administrativos em educação, 5 concursos públicos para professor titular e 26 processos seletivos para seleção de estagiários e tutores (EaD).

Tempo, espaços físicos, recursos humanos e financeiros necessários durante a seleção são distintos em função do tipo de seleção realizado, da necessidade da unidade acadêmica/instituição e da observância de trâmites e prazos legais. Os humanos. Em relação ao fator tempo, no caso de processos seletivos de professores substitutos, por exemplo, o tempo médio é de 60 dias e no caso de concursos para seleção de docentes, o prazo médio é de 180 dias até a publicação do resultado final. Em relação aos custos dos processos, o valor gasto também é variável. No caso de processos seletivos para seleção de professores contratados, com bancas constituídas com docentes da própria Unifal-MG, sem que haja a necessidade de custear transporte, o gasto médio é de R\$ 3.500,00. No caso de concursos públicos para seleção de docentes, o gasto médio é R\$ 10.000,00 e uma receita média de R\$ 420,00. No caso de concursos públicos para técnicos administrativos, a título de exemplo, em 2015, no edital aberto para o preenchimento de 04 vagas, houve uma receita de R\$ 9.918,00, mas foram gastos R\$ 30.765,60.

Em todos esses casos, foram considerados os concursos e processos realizados sem que houvesse prorrogação do período de inscrição ou necessidade de reabertura. Também não foram computados o valor hora/trabalho de servidores e colaboradores (terceirizados) envolvidos em todo o processo e que atuam na própria Copeve e em outras instâncias pelas quais um processo tramita ou unidades/seções/departamentos que atuam nesses processos, tais como: Protocolo, Progepe, Prograd, PRPPG, Reitoria, Procuradoria, Unidade acadêmica/secretaria e suas congregações e departamentos, Diretoria/secretaria dos Campi, Divisão de Serviços Gerais, Divisão de Transportes, NTI, CPPD, CEPE e Consuni.

***ii. Terceirização e processo licitatório para vestibular***

A Unifal-MG realizava o próprio vestibular. Em 1999, com a ocorrência de desvio de provas e a consequente anulação do processo seletivo, passou a contratar a Vunesp. Posteriormente, contratou a UFV e a UFU, mas a contratação foi contestada pela CGU com a alegação de outras empresas/instituições também poderiam ser consideradas como aptas e de reconhecida competência na área de realização de concursos e vestibulares. A Unifal-MG também realizou concursos vestibular próprio para cursos na modalidade EaD em parceria com a Facepe. A contratação de fundações para realizar processos seletivos foi contestada em todas as universidades públicas. Com essa contestação, a Unifal-MG passou a realizar o vestibular para o ingresso de alunos em cursos EaD. Atualmente, a participação de fundações em vestibulares é possível, sendo esse assunto ponto pacífico para a CGU e o TCU.

No percurso empreendido pela Unifal-MG, ressalta-se que, em 2009, a empresa que venceu a licitação não foi uma universidade como vinha ocorrendo nos anos anteriores. Para a seleção de alunos que ingressariam em 2009/1, houve licitação e a empresa ganhadora foi AACP Assessoria em Organização de Concursos Públicos Ltda.. O valor do contrato foi R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais). À época, foram 5.370 inscritos para 1.012 vagas.

Dentre os problemas ocorridos nesse processo, relatamos que a empresa AACP publicou o resultado do processo com erros de classificação de candidatos. A Copeve detectou a tempo, mas 01 candidato, que estava na lista de aprovados publicada pela empresa e que, após detectado o erro, ele estaria excluído da lista de aprovados/classificados dentro do número de vagas, conseguiu assegurar sua vaga na Unifal-MG comprovando com documentos impressos sua situação anterior.

O processo ocorreu normalmente. A partir de 2010, a Unifal-MG aderiu ao Enem/SiSU para seleção de ingressantes nos cursos presenciais e o vestibular próprio para seleção de ingressantes em cursos a distância.

Em relação a essas experiências, a partir de relatos dos servidores responsáveis à época, elencamos os seguintes aspectos nos casos de terceirização do serviço (seleção de alunos):

- a. uma forte preocupação em relação às empresas participantes do processo de licitação, visto que, documentalmente, todas, hipoteticamente, estão aptas, porém a real capacidade técnica, a confiabilidade e a segurança em todas as etapas do processo só são observáveis com o processo em andamento e ao final

do processo, quando, então, não há mais tempo hábil para iniciar um novo processo;

- b. delegação de poderes a terceiros que farão a seleção de ingressantes nos cursos de graduação, sendo que a entrada (e a permanência) de alunos é um aspecto extremamente primordial para a vida da universidade;
- c. a realização de vestibular precisa levar em conta o cronograma de outras instituições que também fazem vestibular, o que ocasiona a realização de um vestibular em data precoce ou tardia;
- d. a possibilidade de concomitância de vestibulares implica a escolha e a exclusão antecipada de um ou outro vestibular pelo candidato de forma que não há garantias de que haja uma maior procura de alunos pela Unifal-MG;
- e. a realização de vestibular por uma empresa implica dar a essa empresa a autonomia para definir a condução do processo, ainda que, no contrato, haja a indicação de critérios e a prescrição de determinados procedimentos;
- f. Dirigente máximo e um servidor por ele indicado são responsáveis penal e administrativamente pelo acompanhamento do processo, sendo que há ações/procedimentos que não são possíveis de serem efetivamente acompanhados, pois não são realizados dentro da Unifal-MG (elaboração das questões, sigilo quanto à elaboração/revisão das questões/impressão e transporte das provas, correção das provas e da redação), ou seja, ocorre apenas o acompanhamento parcial das atividades realizadas pela empresa;
- g. risco de a empresa vencedora abandonar o processo ou ainda risco de não haver empresa apta (ou interessada em) a realizar o processo seletivo.
- h. não há garantia de que as questões e a correção das redações estejam sendo realizadas por pessoas idôneas e com formação na área.

Dentre os aspectos positivos, elencamos:

- a. liberação de docentes e técnicos para a realização de outras atividades/serviços;
- b. não ocupação de espaços físicos no período de 6 (seis) meses que é o tempo médio para a realização de um processo seletivo.

Todos esses aspectos levam à consideração de que os riscos corridos com a terceirização e processo licitatório para realização de vestibular são maiores do que os positivos. Observa-se, ainda, que a contratação de uma empresa ou de uma universidade,

seguindo a legislação que rege os procedimentos para a realização de um processo licitatório, não garante que todo o processo atenda plenamente às necessidades da Unifal-MG.

### ***iii. Experiências recentes com os vestibulares para graduações EAD***

A universidade realizou os processos seletivos EAD em 2009, 2010, 2012 e 2013. Em 2009, 2010 e 2012 a elaboração dos itens, impressão e resultados foram feitos com a colaboração da Universidade de Viçosa. Em 2013 a Unifal-MG realizou todas as etapas do processo. Mas com muitos percalços. Não havia local seguro para elaboração dos itens, não houve adesão dos docentes para elaboração, tornando-se muito difícil e morosa a formação das bancas e a elaboração das questões em número suficiente para a composição das provas. Além disso, os processos de aplicação eram descentralizados, ou seja, aconteciam nos polos onde seriam oferecidos os cursos. Essa particularidade demandou grande quantidade de recursos humanos e financeiros tanto da instituição quanto das cidades polos.

Em certa medida, esses processos tinham público-alvo específico: professores não habilitados que atuam em escolas da educação básica. Como havia vagas disponíveis para a comunidade, houve muitos candidatos inscritos. Com isso, uma outra dificuldade enfrentada foi compor uma banca de correção da Prova de Redação. Em consonância com o Edital foram corrigidos 4 vezes o número de vagas de cada curso. Ao total foram 300 vagas disponibilizadas, sendo assim 1200 redações foram corrigidas. A banca designada para corrigir as redações contou com 4 professores sobrecarregando sobremaneira os docentes que, paralelamente, estavam realizando suas atividades cotidianas. Foi pago o valor de R\$724,80 pelo trabalho realizado em cerca de quatro dias.

### ***iv. Experiências recentes com os concursos públicos***

A Copeve, desde que assumiu mais essa atribuição, realizou 168 concursos públicos para docentes, 4 concursos de técnico-administrativo em educação, 101 processos seletivos para professor substituto, 26 processos de estagiários. Recentemente, foi atribuído à Copeve realizar atividades de processo de seleção de tutores.

Nos concursos para efetivos docentes, efetivos técnicos e professores substitutos, o prazo de realização dos processos, ou seja, da abertura até a nomeação e assinatura do

contrato, conforme o caso, leva em média, 6 (seis) meses, 7 (sete) meses e 2 (dois) meses, respectivamente.

Em se tratando das últimas experiências, apontamos os seguintes aspectos que podem interferir negativamente no caso de a Unifal-MG passar a realizar processo seletivo próprio:

- a. Falta de docentes em todas as áreas de conhecimentos e com experiência em avaliação para a composição de banca examinadora;
- b. Falta de tempo dos docentes para participarem de treinamentos visando à qualidade técnica e pedagógica das questões e ao distanciamento de questões conteudistas;
- c. Dificuldade de docentes de propor questões que não sejam conteudistas, resolvidas pela análise de alternativas que se excluem mutuamente ou que possibilitam o chute;
- d. Indisponibilidade de docentes para idealizar, pesquisar textos, elaborar e revisar questões dentro de ambiente seguro, observando regras de segurança costumeiramente usadas em outras instituições em processos seletivos;
- e. Falta de servidores para participarem das etapas de aplicação das provas em função da remuneração da atividade realizada;
- f. Falta de docentes para elaborar a prova em função dos valores pagos nas etapas de elaboração e revisão de itens;
- g. Falta de docentes para elaborar a prova em função dos valores pagos nas etapas de elaboração e revisão de itens;
- h. Falta de equipamentos para impressão de grande quantidade de provas;
- i. Possibilidade de ter de contratar docentes de outras instituições para compor a banca por não haver docente disponível e/ou interessado na Unifal-MG, arcando, ainda, no caso, com os custos para buscar as questões em outras universidades.

Em relação aos aspectos potencialmente positivos, elencamos:

- a. Maior interação entre docentes e reflexão acerca das formas de avaliação adotadas em suas práticas docentes na própria universidade;
- b. Aprimoramento de processos já realizados;
- c. Aquisição de equipamentos necessários ao processo que poderão ser usados em concursos e outros processos seletivos;
- d. Adequação e ampliação de espaços com vistas a possibilitar um ambiente seguro para as bancas das diferentes áreas de conhecimento;

- e. Agilidade na divulgação de resultados;
- f. Captação de recursos financeiros para a Universidade dependendo da procura e das despesas previstas;
- g. Possibilidade de, indiretamente, contribuir para que o comércio local amplie sua demanda e serviços (hotéis, restaurantes, transporte rodoviário e táxi, escolas especializadas em cursos preparatórios para o Enem e Vestibular, etc.).

***v. Desenvolvimento na instituição do vestibular por equipe própria***

Para se instituir um processo seletivo, seja anual, seja seriado, necessário se faz apontar algumas diretrizes. Inicialmente, há de se refletir se a Unifal-MG dispõe de recursos financeiros e humanos, bem como de espaços e equipamentos para a realização de um concurso vestibular que atenda, em princípio e com base no número de inscritos no vestibular de 2009, cerca de 5.000 candidatos. Essa reflexão precisa levar em conta ser necessária a adesão de todas as unidades acadêmicas para a realização de um processo que visa ao preenchimento de vagas em cursos de graduação num cenário em que outras instituições se utilizam do Enem/SiSU como exame de ingresso.

Observando a missão da Unifal-MG, em especial, o compromisso com a sociedade, a realização de concursos vestibulares pode contribuir: a) diretamente com escolas locais e com a comunidade (oferta de cursos de formação docente e cursos preparatórios para o vestibular) e b) indiretamente com empresas formais e informais, em especial, na área de serviços.

A médio e curto prazos, demanda tempo e destinação de recursos financeiros para a formação de uma equipe que possa atuar em processos seletivos de candidatos a uma vaga em um curso de graduação e para a criação de um espaço que possa contemplar, de modo satisfatório, todas as áreas de conhecimento.

A perspectiva de propor e realizar um processo seletivo, que seja na modalidade seriada, objetivando contribuir diretamente com as escolas de educação básica ou ainda procurando pretensamente definir um perfil específico de aluno para ingresso na graduação, precisa levar em consideração as fragilidades e as potencialidades dos servidores (docentes e técnicos), bem como a capacidade de a Unifal-MG criar espaços físicos destinados especificamente para esse fim.

A análise das experiências vivenciadas no último triênio possibilita afirmar que a Unifal-MG é capaz de contornar determinadas situações e adaptar, dentro de limites possíveis

de segurança, processos a fim de realizar um vestibular próprio. Contudo, com base nessas mesmas experiências, necessário se faz ressaltar que haverá uma sobrecarga de trabalho para um grupo reduzido de docentes e técnicos administrativos que se dispõem a fazer parte desse processo.

Para a instituição de um vestibular próprio, estimamos serem necessários(as):

- a. uma sala para revisão de questões e composição da prova;
- b. duas salas para elaboração e revisão técnico-pedagógica das questões, bem como para a capacitação dos docentes das bancas;
- c. aquisição e manutenção de equipamentos de informática em cada uma das salas indicadas nos itens a e b;
- d. aquisição e manutenção de impressoras com capacidade de impressão em larga escala;
- e. aquisição de softwares e equipamentos de vigilância e segurança (alarmes, câmeras, sensores de movimento, scanner de corpo, etc);
- f. remuneração adequada e atrativa para as atividades realizadas (elaboração e revisão de questões, aplicação de provas, etc);
- g. treinamento de professores externos à Unifal-MG ou de pós-graduandos para a correção das redações;
- h. remuneração adequada e atrativa para a atividade de correção das redações e de supervisão das atividades de correção;
- i. proposição de peças publicitárias/atividades de marketing em escolas, na mídia e outros meios de divulgação;
- j. ampliação da equipe que atua na Copeve.

## **2 RECOMENDAÇÕES**

Nesta seção, apresentamos alguns aspectos que julgamos relevantes para a Unifal-MG em suas mais diferentes áreas.

### **2.1 Revisão dos pesos e notas mínimas nas provas - determinando perfil do ingressante**

Um aspecto a ser considerado é a análise do perfil de ingressantes em cada curso com base na nota de corte obtida em cada área do conhecimento. Recomenda-se que a Copeve faça essa análise e considere:

- a. a menor e a maior nota obtida em cada área do conhecimento e na redação;
- b. a possibilidade de, havendo a ampliação das notas e pesos, não haver inscritos no Enem/SISU no caso de uma exigência muito alta (notas e pesos maiores);
- c. a taxa de matrícula nos cursos na turma inicial/no primeiro semestre letivo do aluno ingressante;
- d. a taxa de concorrência aluno/vaga/curso em 2014 e 2015.

A partir desses dados, recomenda-se a discussão dos resultados com Coordenadores dos Cursos de Graduação e destes com os membros do Colegiado de Curso.

Posteriormente a essa análise e discussão, o encaminhamento, referendado pelo Colegiado, das notas e pesos a serem atribuídos em cada Enem/SiSU, no caso de a Unifal-MG aderir mais uma vez ao sistema.

### **2.2 Concepção da Matriz de habilidade**

A avaliação também perpassa o modo como se ensina. Considerando que, nos Cursos Superiores, a avaliação sistêmica é o Enade, que avalia por competência/habilidade, e o Enem também avalia por competência/habilidade, e que ambos os exames não focalizam única e exclusivamente a memorização de conteúdos, recomenda-se uma discussão no âmbito da Unifal-MG sobre a distinção entre ensinar/avaliar por competência e habilidades e avaliar/ensinar de forma conteudística.

Ressalte-se que, nas diretrizes curriculares de cursos de graduação, há a indicação de competências e habilidades a serem construídas ao longo do curso. Essas competências e habilidades são retomadas no Enade. Ressalte-se, ainda, que, nos concursos para técnicos administrativos, a concepção que norteia a prova é a avaliação por competências e habilidades buscando selecionar o servidor capaz de resolver problemas.

### **2.3 Equipe para produção de itens**

Considerada a possibilidade de a Unifal-MG aderir novamente ao Enem/SISU, recomenda-se que haja um esforço das unidades acadêmicas e equipe BNI/Enem para ampliar as equipes das áreas de Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Linguagens e Ciências da Matemática para as atividades de elaboração e de revisão de itens, não apenas para o Enem, para outros exames também, como: Prova Brasil, Enade, Encceja, Celpe-Bras.

Paralelamente, recomendam-se ações visando à formação de docentes e à familiarização dos processos para se avaliar por competências/habilidades. Sugere-se, ainda, que a participação nessas ações de formação ou nas atividades de elaboração/revisão de itens seja considerada (como forma de incentivo e reconhecimento) na progressão funcional dos docentes.

### **2.4 Ações de marketing e publicidade**

A Comissão, tendo em vista a análise realizada, recomenda fortemente que docentes, técnicos e colaboradores de cada curso de graduação conheçam melhor o público-alvo atendido, observando a demanda levantada à época da implantação do Curso e o Projeto Político Pedagógico vigente, e avaliando se o mesmo perfil de aluno e a mesma demanda permanecem inalteradas após a implantação do SiSU/Enem. Ressalte-se, em função dos dados levantados, que a Unifal-MG, mesmo com a mobilidade possibilitada pelo Enem, como exame de ingresso, mantém como público-alvo alunos oriundos de Minas Gerais e de São Paulo, ou seja, ainda predomina, no que se refere à localização, o público que era selecionado por vestibular.

Nesse sentido, tendo sido mantido o predomínio do público-alvo e considerando que a expansão do ensino superior ainda está em crescimento, recomenda-se fortemente a

implantação de ações estratégicas e a uma gestão de marketing visando ampliar as zonas de alcance da Unifal-MG. Nesse sentido, recomenda-se que as ações alcancem também os cursos de Pós-Graduação, as ações de Extensão e de Permanência Estudantil, bem como as ações, dentro da dimensão ensino, a fim de que futuros alunos vislumbrem as possibilidades de percurso formativo na Unifal-MG tanto para o campo profissional, atendendo aos alunos que objetivam o ingresso mais rápido no mercado de trabalho, quanto para o campo da pesquisa, atendendo aos alunos que objetivam se tornar pesquisadores.

Dessa forma, esta Comissão reconhece a importância de dar maior publicidade às ações e aos Cursos para além da região onde a Unifal-MG atua, o que, no caso, inclui também ações voltadas para a ampliação da mobilidade estudantil, recebendo um maior número de aluno, e para a internacionalização do ensino, firmando convênios e estabelecendo parcerias.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Finalizando este relatório, a Comissão destaca os seguintes aspectos:

- a. 100% das universidades e institutos federais se utilizam do Enem/SiSU, sendo que a maioria oferta 100% de vagas para preenchimento via SiSU;
  - b. a realização de um vestibular por meio de processo licitatório possibilita a ocorrência de riscos que podem fragilizar a imagem da Unifal-MG e criar situações de difícil gerenciamento (fraudes, frustração do processo licitatório, delegação de poderes a terceiros, etc);
  - c. a utilização do Enem/SiSU ampliou a taxa de concorrência e deu maior visibilidade à Unifal-MG;
  - d. um número maior de pessoas em condições de vulnerabilidade está ingressando na Unifal-MG, seja no segmento ampla concorrência, seja no segmento cotas sociais/raciais e houve um aumento progressivo de alunos egressos da rede pública, dados que revelam que a democratização do acesso ao ensino superior vem se concretizando;
  - e. o Enem/SiSU amplia as possibilidades de ingresso para o aluno e promove a redução de custos para os pais/responsáveis e os próprios candidatos;
- a ampliação da procura por cursos preparatórios para o Enem evidencia que o exame vem adquirindo robustez e confiabilidade como exame de ingresso de forma que o aluno precisa se preparar bem para prestar o exame se deseja entrar na universidade;
  - inexistência de custos para a Unifal-MG;
  - ocorrência de nota de corte bastante aproximada em ingressantes no segmento ampla concorrência e no segmento cotas sociais/raciais;
  - autonomia institucional para definir notas e pesos mínimos para cada curso a cada ano;
  - aumento de repasse de recursos para a assistência estudantil, via PNAE;
  - incremento das licenciaturas com a implantação de programas voltadas para a formação inicial (Pibid, Prodocência e Life);
  - a participação dos docentes da Unifal-MG no Banco Nacional de Itens (BNI) do Enem e a inclusão de itens elaborados ou revisados pela equipe nas edições do Enem de 2011 a 2015;
  - o acompanhamento da aplicação das provas do Enem por meio da RNIPFES;

- participação de docentes das IPFES na correção das redações;
- a pontuação média obtida pelos estudantes que ingressam na Unifal-MG é de 600 pontos, com nota mínima de 404,96 pontos (ampla concorrência), Curso de Física, e máxima 766,33 pontos (ampla concorrência), Curso de Medicina, no 1º semestre de 2015.

A Comissão reitera as conclusões constantes no Relatório 2010-2013. Comparando dados de ingressantes via vestibular e ingressantes via Enem/SiSU, observa-se que o perfil de aluno que ingressa na Unifal-MG exige um maior acompanhamento e a implantação de ações voltadas para a permanência e o sucesso do graduando. Contudo, ressalta que as ações desenvolvidas no âmbito das Pró-Reitorias de Extensão, de Ensino e de Pós-Graduação e Pesquisa, bem como pela Assessoria de Relações Interinstitucionais dialogam, interagem e contribuem com as ações da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis que visam à permanência e ao sucesso do estudante.

Em relação ao Enem, como exame de ingresso numa universidade, a Comissão considera que a adesão da Unifal-MG e que a manutenção de 100% das vagas por esse sistema devem ser mantidas, não apenas por questões de segurança e qualidade do exame, mas também porque o Enem/SiSU democratiza o acesso ao ensino superior e amplia as chances de o aluno, em especial, por questão financeira, conseguir uma vaga na universidade. Considera, ainda, que a adesão seja feita para o período de 03 (três) anos, ou seja, para 2016, 2017 e 2018.

A Unifal-MG, objetivando ampliar sua área de abrangência, necessita de ações que visem à divulgação dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação, bem como de outras ações desenvolvidas pela e na comunidade acadêmica.

Ainda que os dados não sejam significativos, mas considerando que hoje são poucos os alunos remanescentes selecionados via vestibular, a Comissão sugere que o Enem seja utilizado como exame de ingresso em outras modalidades de ingresso em um curso de graduação, tais como: transferência interna, externa e portador de novo título.

Compreende-se que a Unifal-MG faz parte de um processo de interiorização do ensino superior. A interiorização, porém, é ineficiente se o ingresso de estudantes ocorrer única e exclusivamente por vestibular, pois restringe o acesso e promove uma seleção de alunos egressos prioritariamente da própria. Para que ela resulte em oportunidades de formação para estudantes do interior numa instituição pública, gratuita e de qualidade, o ingresso na universidade deve ser pelo Enem e não por outro processo seletivo, que só geraria dificuldades financeiras e burocráticas, com as quais nem todos os estudantes podem arcar.

Desse modo, se a universidade não adere ao processo seletivo unificado, em favor de outro, próprio ou específico, corre o risco de ofertar vagas apenas para as cidades de seus campi e seus entornos próximos, pois nem todos os estudantes têm condições de prestar outro processo seletivo além do Enem, que é geral, abrangente e, portanto, assegura possibilidades de escolha de universidade. Um outro aspecto é o risco que a Unifal-MG corre de, não aderindo ao Enem/SIsu, ter menor concorrência entre candidatos e de bons candidatos optarem por realizarem o Enem para ingresso em outras instituições.

Ainda que boa parte dos alunos seja dos municípios de Alfenas, Poços de Caldas e Varginha e seus entornos, observa-se que alunos de outras regiões vêm optando por ingressar na Unifal-MG.

Diante do exposto e da realidade de que a Unifal-MG não conta com uma infraestrutura para a realização de um vestibular tradicional, diante do crescente aumento do número de candidatos, os membros desta comissão consideram a prova do Enem e o SiSU como a melhor opção para o ingresso na Unifal-MG e recomenda fortemente a sua manutenção para os anos de 2016, 2017 e 2018.

## **REFERÊNCIAS**

ADACHI, Ana Amélia Chaves Teixeira. **Evasão e evadidos nos cursos de graduação da Universidade Federal de Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG/FaE, 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996: estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, v.34, n.248, 23 dez 1996. Seção 1, p.833-841.

BRASIL. Ministério da Educação. Transforma em Centro Universitário Federal a Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas Portaria nº 2101, de 1º de outubro de 2001. Brasília, 1º de outubro de 2001.

BRASIL. **Lei nº 11.154** de 29 de julho de 2005. Dispõe sobre a transformação da Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas – Centro Universitário Federal – EFOA/CEUFE em Universidade Federal de Alfenas – Unifal-MG e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, v. , n. , 1º de ago 2005.

BRASIL. **Decreto nº 6.096** de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília, 24 de abril de 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **Termo de Referência Novo Enem e Sistema de Seleção Unificada**. Brasília, 08 de abril de 2009.

BRASIL. **Lei nº 12.089** de 11 de novembro de 2009. Proíbe que uma mesma pessoa ocupe 2 (duas) vagas simultaneamente em instituições públicas de ensino superior, Brasília, 11 de novembro de 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **Diretoria de Políticas e Programas de Graduação da Educação Superior**. Ofício no 17/2011/MEC/SESu/DIPES. Brasília, 09 de maio de 2011.

CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula. A educação superior no Brasil e as tendências das políticas de ampliação do acesso. **Atos de Pesquisa em Educação** – PPGE/ME FURB v. 2, nº3, p. 414-429, set/dez 2007

COSTA, Luiz Claudio. **O Plano Nacional de Educação e a Expansão do Ensino Superior**. Ministério da Educação. Brasília: 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Exame Nacional do Ensino Médio (Enem): fundamentação teórico-metodológica /Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. – Brasília : O Instituto, 2005. 121 p.

Histórico. Disponível em:

[http://historico.Enem.inep.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=105&Itemid=138](http://historico.Enem.inep.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=105&Itemid=138). Acesso em: 02 maio 2011.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, nº 32, maio/ago. 2006.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS – UNIFAL-MG**  
**CONSELHO UNIVERSITÁRIO**  
**RESOLUÇÃO Nº 095/2015, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2015**

O Conselho Universitário da UNIFAL-MG, no uso de suas atribuições regimentais e estatutárias, tendo em vista o que consta no Processo nº 23087.011091/2015-96 e o que ficou decidido em sua 143ª reunião, realizada em 13-11-2015, **resolve:**

**Art. 1º** **APROVAR** a utilização do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e a adesão desta Universidade ao Sistema de Seleção Unificada - Sisu, para o ingresso com 100% (cem por cento) das vagas nos cursos de graduação oferecidos pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), nos anos de 2016, 2017 e 2018.

**Art. 2º** **REVOGAR** as disposições em contrário.

**Art. 3º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Quadro de Avisos da Secretaria Geral.

**Prof. Paulo Márcio de Faria e Silva**  
Presidente do Conselho Universitário